Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2021 Nº 24.892 Preço banca: R$ 3,50

Governo destinará até R$ 15 bi para relançar BEm e Pronampe

O governo pretende destinar até R$ 15 bilhões para ajudar micro e pequenas empresas afetadas pela retomada da pandemia de covid-19, anunciou o Ministério da Economia. A pasta aguarda a aprovação de projeto que flexibiliza a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021. Dos R$ 15 bilhões, R$ 10 bilhões iriam para o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que complementa a renda de empregados de empresas que reduzem jornadas ou suspendem contratos de trabalho em função da pandemia. Os R$ 5 bilhões restantes iriam para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que financia pequenos negócios com juros baixos e regras simplificadas.

O projeto que altera a LDO de 2021 retira um dispositivo que obrigaria o governo a compensar os dois programas temporários com corte de despesas em outras áreas ou com aumento de tributos e de outras fontes de receita.

As medidas de ajuda aos negócios de menor porte têm sido uma das reivindicações dos setores mais atingidos pela segunda onda da pandemia de covid-19. Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), 91% das empresas do segmento não conseguiram pagar integralmente as folhas salariais em abril. (Agencia Brasil)

SP recebe matéria-prima para produzir mais doses da vacina do Butantan

Página 2

Mercado financeiro prevê inflação em 4,92% neste ano

Página 3

SP anuncia vacinação de trabalhadores do Metrô e da CPTM

Página 2

CFM diz no Senado que não aprova tratamento precoce contra covid-19

Durante audiência pública da Comissão Temporária da Covid-19 do Senado na manhã de segunda-feira (19), o vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Donizette Giamberardino Filho, esclareceu que "o Conselho Federal de Medicina não recomenda e não aprova tratamento precoce e não aprova também nenhum tratamento do tipo protocolos populacionais contra a covid-19". Página 12

Dólar fecha no menor nível em um mês após acordo sobre Orçamento

Página 3

Anvisa autoriza novo ensaio clínico de vacina contra covid-19

Foto/Marcelo Camargo/ABr

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou na segunda-feira (19) que aprovou, na última sexta-feira (16), um novo ensaio clínico de vacina contra a covid-19.

A vacina candidata terá duas doses com intervalo de 22 dias entre elas. O desenvolvimento clínico está sendo patrocinado pela empresa Sichuan Clover Biopharmaceuticals, sediada na China. Página 12

Sistema de saúde da Índia entra em colapso sob covid-19

A região da capital indiana de Nova Delhi determinou lockdown de seis dias na segunda-feira (19), já que os casos diários de covid-19 atingiram novo recorde nacional e o sistema de saúde entrou em colapso sob o número de novas infecções.

Os hospitais da Índia estão sofrendo com a falta de leitos, oxigênio e remédios essenciais, agora que as infecções passaram da marca de 15 milhões, número inferior apenas ao dos Estados Unidos.

"O sistema de saúde de Nova Delhi é incapaz de receber mais pacientes em grande quantidade", disse o ministro-chefe, Arvind Kejriwal, em entrevista coletiva virtual hoje. Página 3

Em greve de fome, opositor russo Navalny será transferido a hospital

Médicos russos decidiram transferir Alexei Navalny, principal líder de oposição da Rússia, a um hospital. A informação foi dada pela autoridade prisional do país na segunda-feira (19), 20 dias depois de Navalny ter iniciado uma greve de fome que provocou alertas internacionais sobre consequências caso ele morra encarcerado.

Aliados do opositor, que não têm contato com ele desde a semana passada, disseram que estão preparados para más notícias sobre sua saúde e planejam manifestações nacionais em massa no fim desta semana. Página 3

Previsão do Tempo

Terça: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. 23° C 16° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,55
Venda: 5,55

Turismo
Compra: 5,51
Venda: 5,70

EURO
Compra: 6,68
Venda: 6,68

Esporte

Verstappen brilha e dá o troco em Hamilton na Itália

Com um desempenho impecável, Max Verstappen, da Red Bull, superou a frustração do primeiro GP do ano, no Bahrein, e conseguiu dar o troco em Lewis Hamilton, da Mercedes, no domingo, 18, ao vencer o GP da Emilia Romagna de Fórmula 1, no circuito de Imola, na Itália.

Mesmo largando do terceiro lugar no grid, Max foi arrojado e ultrapassou seu companheiro de equipe, Sergio Pérez, e o pole Lewis Hamilton para assumir a liderança da prova, posição que manteve sem grandes sustos até a bandeirada final. Página 8

Foto/ Red Bull Content Pool

Max *Verstappen*

Quartararo vence pela segunda vez e lidera tabela de classificação

Foto/ Motogp

Ate *agora um campeonato bastante disputado*

A Yamaha demonstrou que está muito forte para a temporada 2021. Até o momento, ganhou todos os três primeiros Grandes Prêmios, um com Viñales e dois com Quartararo. Com as duas vitórias, o piloto francês demonstrou estar mais maduro para alcançar o título, mas a corrida de Portugal mostrou que a temporada será bastante equilibrada. O vitorioso afirmou: "Honestamente, a Yamaha deu um grande passo em relação ao ano passado e mentalmente me sinto muito mais forte". Em segundo chegou Peco Bagnaia com a Ducati. O italiano foi o mais rápido no sábado, mas teve sua pole cancelada devido a uma bandeira amarela durante sua volta rápida fazendo o piloto largar da 12ª posição. Página 8

Dudu Barrichello estreia no automobilismo europeu em "experiência incrível" em Ímola

Neste final de semana Eduardo Barrichello fez sua estreia na Fórmula Regional by Alpine no circuito de Ímola, em evento conjunto com a Fórmula 1.

O piloto apoiado pela Toyota Gazoo Racing, XP Investimentos e ALE Combustíveis completou as duas corridas válidas pela primeira etapa certame em um grid de 32 carros.

A primeira prova foi de adaptação e Dudu finalizou a corrida em vigésimo lugar geral e oitavo entre os estreantes. Página 8

Gabriel Medina assume a liderança no ranking da World Surf League na Austrália

Foto/ Cait Miers

O *aéreo nota 9 de Gabriel Medina*

O Rip Curl Narrabeen Classic apresentado pela Corona definiu as quartas de final na segunda-feira e três surfistas da seleção brasileira seguem na disputa dos títulos da terceira etapa do **World Surf League Championship Tour 2021**, o bicampeão mundial Gabriel Medina, Yago Dora e Tatiana Weston-Webb. Os dois bateram todos os recordes com seus aéreos nas ondas de Narrabeen e Medina assumiu a liderança no ranking 2021, com a inesperada derrota de Italo Ferreira nas oitavas de final. A primeira chamada para as quartas de final será as 6h45 da terça-feira em Sidney, 17h45 da segunda-feira no Brasil. Página 8

SP recebe matéria-prima para produzir mais doses da vacina do Butantan

O Governador João Doria, o Secretário da Saúde, Jean Gorinchteyn, e o Presidente do Instituto Butantan, Dimas Covas, acompanharam na segunda-feira (19) a chegada de mais um lote de 3 mil litros Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), suficientes para a produção local de 5 milhões de doses da vacina do Butantan contra o novo coronavírus. A carga desembarcou no Aeroporto Internacional de Guarulhos por volta de 6h.

"Estamos recebendo mais 3 mil litros dos insumos da vacina do Butantan que vieram de Pequim, na China, que serão transformados em 5 milhões de doses da vacina. Com isso vamos chegar a 46,4 milhões de doses da vacina. É São Paulo, é o Butantan ajudando a vacinar o Brasil", disse João Doria.

O lote enviado pela biofarmacêutica Sinovac, parceira internacional do Butantan e do Governo do Estado no desenvolvimento do imunizante chegou em um voo da companhia aérea Turkish Airlines que saiu de Pequim na sexta (16), fez escala em Istambul e em Dakar, até chegar em São Paulo na manhã desta segunda (19).

A matéria-prima recebida nesta segunda-feira passará pelos processos de envase, rotulagem, embalagem e por um rígido processo controle de qualidade antes de serem disponibilizadas para a população por intermédio do Programa Nacional de Imunizações do, coordenado pelo Ministério da Saúde.

Em março o Butantan recebeu uma remessa de 8,2 mil litros de IFA (Insumo Farmacêutico Ativo), correspondente a cerca de 14 milhões de doses. Outros 11 mil litros de insumos chegaram ao país em fevereiro. No final de 2020 o Butantan já havia recebido IFA que rendeu 3,8 milhões de vacinas.

Na última semana o Butantan chegou a marca de 40,7 milhões de doses entregues ao PNI. Somente em abril foram 4,5 milhões. O total de envios corresponde a 88,4% das 46 milhões de doses previstas até 30 de abril no primeiro contrato do Instituto Butantan com o Ministério da Saúde. Em março foram disponibilizadas 22,7 milhões de doses. Em fevereiro, 4,85 milhões e, em janeiro, 8,7 milhões de unidades.

Campanha no Metrô incentiva a doação de sangue

Para ajudar a aumentar o estoque dos serviços de hemoterapia, o Metrô de São Paulo e a Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH) se unem para estimular a doação de sangue, divulgando nas estações a campanha "Eu sou Doador de Sangue", entre os dias 19 e 23 de abril.

De acordo com o Ministério da Saúde, cada doação de sangue tem potencial para salvar a vida de até 4 pessoas. Por isso, serão afixados cartazes explicativos e transmitidas vinhetas nos monitores de publicidade das estações das linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata, visando incentivar os passageiros a praticarem a doação.

Serviço
Campanha: "Eu sou Doador de Sangue"
Local: Todas estações das linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata
Período: De 19 a 23/04

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (SÃO PAULO)
Vereadores e vereadoras da bancada cristã protestante podem repetir os apoios à reeleição de Bolsonaro 2022, uma vez que tanto as lideranças como os pastores das suas igrejas desejam um evangélico não só pro Supremo, mas também pra ser seu vice ...

.

PREFEITURA (SÃO PAULO)
Quanto mais o católico Bruno Covas (PSDB) sofre com tratamentos pela cura do câncer - agora também no fígado e nos ossos - mais seu coração se volta pra DEUS e pro Cristo Jesus. Na luta, seu vice Ricardo Nunes (MDB), católico que virou seu irmão de fé ...

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)
Pra deputada Marta Costa, pra sua irmã - a vereadora em São Paulo Rute Costa - e pro seu irmão deputado federal Paulo Freire (PL), todos da Assembleia de Deus (Ministério Belém), uma reeleição de Bolsonaro 2022 passa pelos votos dos cristãos evangélicos ...

.

GOVERNO (SÃO PAULO)
Caso o comunicador João Doria (PSDB liberal de centro) consiga vacinar todo o Estado e ainda ajudar na vacinação dos demais Estados, ainda assim pode ser atacado tanto por protestantes (evangélicos) como por católicos - como ele foi - na CPI Covid 19 ...

.

CONGRESSO (BRASIL)
CPI da pandemia do mutante Corona vírus (Covid 19) será mais um cenário da luta política entre católicos e evangélicos. Se prevalecer a Verdade Divina - pode pegar desde os ex-ministros (Saúde) até governadores e prefeitos - sejam católicos ou evangélicos ...

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)
Jair Bolsonaro vai usar - ainda mais - o slogan "DEUS Acima de Todos" na campanha pela reeleição 2022 como forma de manter ou ampliar os votos de protestantes e católicos, embora tenha mudado do catolicismo pro protestantismo cristão (evangélico) ...

.

PARTIDOS (BRASIL)
Caso a reforma política pra 2022 passe pelo que pensa a deputada federal (SP) Renata Abreu (Podemos ex-PTN), os partidos elegerão - via Distritão - seus mais votados. O Republicanos (ex-PRB) vai priorizar seus principais pastores e bispos da Igreja Universal ...

.

HISTÓRIAS
Se DEUS não fosse quem É e o Cristo Jesus também não, os católicos que foram ver e ouvir presencialmente o Papa Bergoglio no Vaticano estariam fritos. Muitos dos fiéis desrespeitaram o distanciamento e não usaram máscaras pra se protegerem da Covid 19 ...

.

M Í D I A S
A coluna de política do jornalista **Cesar Neto** vem sendo publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Via Internet desde 1996, o site cesarneto.com foi se tornando referência da liberdade possível. Twitter **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

cesar@cesarneto.com

Serviços digitais representam quase 75% das solicitações do Poupatempo

Há cerca de um ano, quando a pandemia da Covid-19 chegou ao Brasil, o Poupatempo acelerou o processo de transformação digital e ampliou a quantidade de serviços disponíveis pelos canais eletrônicos – portal www.poupatempo.sp.gov.br e aplicativo Poupatempo Digital. Desde março de 2020, o programa realizou 13,3 milhões de atendimentos, sendo 9,7 milhões por meio dos canais digitais, o que representa quase 75% da demanda total.

Das 131 opções online disponíveis, as mais solicitadas são as relacionadas ao Detran.SP, como pesquisa de pontuação (2,1 milhões de acessos), solicitação de renovação da CNH (1,9 milhão), Licenciamento de veículos (1,7 milhão), entre outros.

O serviço digital mais recente no app Poupatempo Digital é o de Adesão ao Sistema de Notificação Eletrônica (SNE). A funcionalidade permite ao motorista acessar as notificações de multas aplicadas pelo Detran.SP de maneira online, além de oferecer a possibilidade de obter até 40% de desconto no valor das infrações de trânsito aos condutores que aderirem à novidade, que faz parte das recentes alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A ferramenta possibilita ainda ao motorista acompanhar e realizar o pagamento antecipado da multa pela internet, além de disponibilizar campo para defesa prévia e recurso das infrações. Para realizar a adesão, basta baixar o aplicativo Poupatempo Digital, escolher a opção 'Infrações e multas de trânsito', clicar em 'SNE – Sistema de Notificação Eletrônica' e seguir os passos seguintes, conforme orientação do app.

As plataformas do Poupatempo também oferecem atendimentos de outros órgãos, secretarias e instituições públicas, como o serviço de emissão do Atestado de Antecedentes Criminais, consulta de IPVA, Carteira de Trabalho, seguro-desemprego e consulta de situação eleitoral, consulta de boletim escolar, pré-cadastro para vacinação contra a Covid-19, e muitos outros.

"O trabalho do programa está focado em aprimorar cada vez mais as opções eletrônicas e atender as necessidades do cidadão. Com a nova realidade imposta pela pandemia, diversos serviços que antes necessitavam da presença no posto foram migrados para o digital, oferecendo qualidade, rapidez e segurança ao usuário, que pode fazer tudo sem sair de casa, na palma da mão ou pela tela do computador", afirma o diretor da Prodesp – empresa que administra o Poupatempo em todo o Estado – Murilo Macedo.

Importante reforçar que, neste momento, as 82 unidades do Poupatempo estão temporariamente fechadas devido à Fase Vermelha do Plano São Paulo. Com a suspensão dos atendimentos presenciais, além das opções eletrônicas, o programa também oferece, mediante agendamento, retirada de documentos já prontos e solicitações de serviços emergenciais, que podem ser feitas pelo Fale Conosco.

Para facilitar cada vez mais a vida do cidadão, o Poupatempo disponibiliza no portal vídeos tutoriais e cartilhas digitais com o passo a passo para realização dos principais serviços.

São Paulo é o estado com mais vacinas aplicadas contra a COVID-19

São Paulo é o estado brasileiro que mais vacinou contra a COVID-19, segundo levantamento feito pelo consórcio de veículos de imprensa com dados coletados com as secretarias estaduais de Saúde. Na noite de sábado (17), a eficiência atingiu 88,42% de doses aplicadas em relação ao número de vacinas recebidas pelo estado dentro do PNI (Plano Nacional de Imunizações) do Ministério da Saúde.

Na prática, isso quer dizer que de cada 100 doses distribuídas no Estado, quase 90 foram aplicadas. A distribuição de lotes da vacina contra a COVID-19 pelo Ministério da Saúde obedece ao critério de proporcionalidade da população de cada estado. De acordo com o último levantamento divulgado, São Paulo aplicou 9.083.607 vacinas.

O alto percentual registrado pelo Estado de São Paulo é consequência da logística montada para a distribuição das vacinas disponíveis, com envio de remessas semanais pela Secretaria de Estado da Saúde para todas as regiões do estado. Trata-se de um criterioso planejamento executado pelo PEI (Plano Estadual de Imunização), criado para garantir que os cidadãos paulistas sejam imunizados com agilidade devido o recrudescimento da pandemia do novo coronavírus.

Outra ferramenta que contribuiu para o sucesso desse trabalho foi a criação do site do Vacina Já (www.vacinaja.sp.gov.br), que contribuiu com a celeridade do pré-cadastro da vacina contra a COVID-19, evitando filas nos locais de imunização.

Recorde de vacinas
Outro ponto a se considerar é que o Estado de São Paulo registrou o maior número de doses aplicadas em 24 horas na sexta-feira (16), com 299.559 imunizações. Segundo o consórcio de veículos de imprensa, São Paulo tem hoje 13,13% de sua população imunizada com a primeira dose e 6,49% com a segunda dose.

Prorrogado prazo para inscrições na Sciencetec

A Escola Técnica Estadual (Etec) Lauro Gomes ampliou para até o dia 20 de abril o prazo de inscrição de projetos para a 1ª Feira Científica STEAM, a Sciencetec 2021. Podem participar professores e estudantes de escolas públicas e particulares da região do ABC, que estejam no nono ano do Ensino Fundamental ou cursando o Ensino Médio e Técnico, com trabalhos baseados na metodologia STEAM & English. Os selecionados apresentarão suas propostas durante o evento online que será realizado entre os dias 10 e 14 de maio.

Apresentados por grupos de até três alunos e um ou dois professores, os projetos devem ser elaborados usando a metodologia STEAM & English, que consiste em um estudo desenvolvido utilizando as disciplinas de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática, com o Inglês.

Os docentes interessados em participar da Feira devem submeter um artigo de boas práticas, com relatos de sala de aula, para serem usados como tema de debate entre os educadores. Já os estudantes precisam apresentar um resumo do trabalho sugerido. Os selecionados deverão enviar até o dia 7 de maio o artigo científico completo, sendo este de montagem, informativo ou investigatório.

Alunos que tiverem seus artigos selecionados serão avaliados em apresentações, durante a semana do evento, em salas privadas pelo aplicativo Teams. Os trabalhos premiados serão publicados na Revista Sciencetec.

Também é possível participar da Feira como ouvinte. Além das apresentações dos trabalhos, a programação do evento inclui 23 palestras e 4 mesas-redondas, todas com certificação de uma hora.

Mais informações, o edital completo para submissão dos projetos e orientações para a inscrição de alunos e professores, estão disponíveis no site da Sciencetec 2021.

Sobre o evento
A feira terá sete categorias: Artes Visuais, Ciências Humanas e Ciências Sociais, Ciências Biológicas e Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e Ambientais, Ciências Aplicadas e Engenharia, Relatos de Boas Práticas na Sala de Aula – Professores.

A Sciencetec conta com o apoio da Embaixada e Consulado Americano; Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico (LSI-TEC); Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS); Instituto Mauá de Tecnologia (IMT); Faculdade STRONG ESAGS; Fatec São Bernardo do Campo; Fatec Diadema; Universidade São Judas; Universidade Federal do ABC (Ufabc); Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Metodista e Canal EnsiNANO, na organização do evento. As inscrições podem ser feitas pelo site: https://www.even3.com.br/sciencetec/.

SP anuncia vacinação de trabalhadores do Metrô e da CPTM

Operadores do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) de São Paulo vão ser vacinados contra a covid-19 a partir do dia 11 de maio. Essa prioridade na vacinação é uma reivindicação dos funcionários do transporte público do estado de São Paulo, que planejavam fazer uma paralisação nesta terça-feira, (20) para cobrar o governo para que fossem incluídos na campanha estadual de vacinação. A paralisação tem sido chamada de greve sanitária.

Segundo a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, serão vacinados 9,5 mil trabalhadores do transporte sob trilhos e que estão em contato direto com os usuários. Por meio de um vídeo dirigido aos trabalhadores, o secretário da pasta, Alexandre Baldy, confirmou a inclusão desses trabalhadores na campanha de vacinação do estado contra a covid-19.

Serão vacinados inicialmente todos os operadores de trens, independentemente da idade. Serão também incluídos os funcionários do setor de operações com idade superior a 47 anos e os funcionários da área de manutenção, seguranças e trabalhadores da limpeza e da bilheteria com idade superior a 47 anos.

Vacinação
A campanha de vacinação contra a covid-19 teve início no dia 17 de janeiro em São Paulo, com a aplicação de doses em profissionais da área da saúde, indígenas e quilombolas. No dia 8 de fevereiro, as doses começaram a ser aplicadas em idosos. Essa vacinação ocorre de forma gradual e decrescente: o governo anunciou para o dia 21 de abril o início de vacinação para idosos entre 65 e 66 anos.

O estado também começou a vacinar profissionais da área de segurança e da educação. Na primeira semana de abril teve início a vacinação de agentes de segurança pública e, no dia 12 de abril, começou a vacinação de professores e outros profissionais da área da educação com idade acima de 47 anos. (Agência Brasil)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Mercado financeiro prevê inflação em 4,92% neste ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), neste ano, subiu de 4,85% para 4,92%. Esse foi o segundo aumento consecutivo na estimativa que consta do boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2022, a estimativa de inflação subiu de 3,53% para 3,60%. Tanto para 2023 como para 2024 a previsão é 3,25%, mantida há várias semanas.

A projeção para 2021 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, mas permanece dentro do limite de tolerância. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

Taxa de juros

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2021 em 5,25% ao ano. Para o fim de 2022, a estimativa é que a taxa básica chegue a 6% ao ano. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é 6,5% ao ano e 6,13% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

Além da taxa Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

PIB e câmbio

As instituições financeiras consultadas pelo BC ajustaram a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano de 3,08% para 3,04%. Para o próximo ano, a expectativa para Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 2,34% (contra 2,33%, na semana passada). Para 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do PIB de 2,5%.

A expectativa para a cotação do dólar subiu de R$ 5,37 para R$ 5,40 ao final deste ano. Para o fim de 2022, a previsão é que a moeda americana fique em R$ 5,26. Na semana passada, a previsão para o próximo ano era R$ 5,25. (Agencia Brasil)

Auxílio emergencial é pago a beneficiários do Bolsa Família com NIS 2

Os beneficiários do Bolsa Família com Número de Inscrição Social (NIS) terminado em 2 receberam na segunda-feira (19) a primeira parcela do auxílio emergencial 2021. Os recursos podem ser movimentados pelo aplicativo Caixa Tem, por quem recebe pela conta poupança social digital, ou sacados por meio do Cartão Bolsa Família ou do Cartão Cidadão.

O recebimento dos recursos segue o calendário normal do Bolsa Família, pago nos últimos dez dias úteis de cada mês. A primeira parcela começou a ser depositada na última sexta-feira (16) e será paga até 30 de abril.

Em caso de dúvidas, a central telefônica 111 da Caixa funciona de segunda a domingo, das 7h às 22h. Além disso, o beneficiário pode consultar o site auxilio.caixa.gov.br.

O auxílio emergencial foi criado em abril do ano passado pelo governo federal para atender pessoas vulneráveis afetadas pela pandemia de covid-19. Ele foi pago em cinco parcelas de R$ 600 ou R$ 1,2 mil para mães chefes de família monoparental e, depois, estendido até 31 de dezembro de 2020 em até quatro parcelas de R$ 300 ou R$ 600 cada.

Neste ano, a nova rodada de pagamentos, durante quatro meses, prevê parcelas de R$ 150 a R$ 375, dependendo do perfil: as famílias, em geral, recebem R$ 250; a família monoparental, chefiada por uma mulher, recebe R$ 375; e pessoas que moram sozinhas recebem R$ 150.

Regras

Pelas regras estabelecidas, o auxílio será pago às famílias com renda mensal total de até três salários mínimos, desde que a renda por pessoa seja inferior a meio salário mínimo. É necessário que o beneficiário já tenha sido considerado elegível até o mês de dezembro de 2020, pois não há nova fase de inscrições. Para quem recebe o Bolsa Família, continua valendo a regra do valor mais vantajoso, seja a parcela paga no programa social, seja a do auxílio emergencial.

Quem recebe na poupança social digital, pode movimentar os recursos pelo aplicativo Caixa Tem. Com ele, é possível fazer compras na internet e nas maquininhas em diversos estabelecimentos comerciais, por meio do cartão de débito virtual e QR Code. O beneficiário também pode pagar boletos e contas, como água e telefone, pelo próprio aplicativo ou nas casas lotéricas. A conta é uma poupança simplificada, sem tarifas de manutenção, com limite mensal de movimentação de R$ 5 mil. (Agencia Brasil)

Dólar fecha no menor nível em um mês após acordo sobre Orçamento

Depois de abrir o dia em alta, o dólar reverteu o movimento e encerrou a segunda-feira (19) no menor nível em um mês, após o fechamento de um acordo sobre o Orçamento de 2021. A bolsa oscilou ao longo da sessão, mas fechou em pequena baixa, em um dia de ajustes.

O dólar comercial fechou o dia vendido a R$ 5,551, com recuo de R$ 0,034 (-0,61%). A cotação chegou a R$ 5,62 na máxima do dia, por volta das 10h20, mas passou a cair em meio a boas notícias internacionais e ao alívio com o acordo sobre o veto parcial ao Orçamento.

Esta foi a quinta queda consecutiva da moeda norte-americana. O dólar está no menor nível desde 23 de março (R$ 5,517) e acumula queda de 1,4% em abril.

O otimismo no mercado de câmbio não se refletiu na bolsa de valores. O índice Ibovespa, da B3, fechou a segunda-feira aos 120.934 pontos, com recuo de 0,78%. O indicador alternou altas e baixas, mas consolidou a tendência de queda na hora final de negociação, em um movimento de realização de lucros, quando investidores vendem ações para embolsar ganhos recentes.

O dólar caiu em todo o planeta, motivado pela expectativa de que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) não aumente os juros básicos da maior economia do planeta antes de 2023. Taxas baixas estimulam aplicações em mercados emergentes de maior risco, como o Brasil.

No cenário interno, o fechamento de um acordo entre a equipe econômica e o Congresso Nacional para o veto parcial ao Orçamento de 2021. As emendas parlamentares impositivas deverão ser mantidas em R$ 16,3 bilhões, cerca de R$ 10 bilhões a menos que o valor aprovado. Em troca, o Congresso comprometeu-se a aprovar um projeto de lei que flexibiliza regras para o enfrentamento à pandemia de covid-19 e autoriza o Executivo a cortar por decreto gastos discricionários (não obrigatórios). (Agencia Brasil)

Terminal de Paranaguá bate recorde mensal na movimentação de contêineres

Março foi um mês extremamente positivo para as movimentações pelo Terminal de Contêineres do Porto de Paranaguá, que fechou o mês com recorde histórico: melhor comércio geral em um único mês. Foram 95.633 TEUs (unidades de contêineres de 20 pés) importados e exportados em março. O número representa um crescimento de 24% quando comparado ao mesmo mês de 2020 (72.791 TEUs) e foi impulsionado, principalmente, pela movimentação de contêineres refrigerados, com 16.475 TEUs no período (17% do total).

De acordo com a TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, o recorde anterior havia sido registrado em novembro de 2020, com 94.406 TEUs. No acumulado do ano (janeiro a março), a movimentação totaliza 259.966 TEUs, volume 13,7% maior que o mesmo período de 2020. A meta é ultrapassar 1 milhão de TEUs, em 2021.

"No comércio internacional temos visto um momento delicado para o segmento. Fatores como falta de contêineres e alta no frete do segmento têm prejudicado. No entanto, aqui estamos na contramão. Estamos crescendo e o volume de cargas conteinerizadas tem aumentado", comenta o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Segundo o dirigente da empresa pública, o Terminal de Contêineres de Paranaguá é um dos maiores e mais estruturados do País. "Ganhamos também por eficiência. Os investimentos realizados aqui, pela iniciativa privada, são fortes e dão segurança para que as cargas venham para cá", afirma.

"A TCP vem se preparando para quebrar recordes – investindo em infraestrutura, equipamentos, sistemas operacionais e em gente. A qualificação dos times, especialmente comercial, institucional, marketing, operacional e tecnologia, é crucial para alcançar altos níveis de produtividade e atratividade. Além disso, focados no longo prazo, estamos recalibrando nossa estratégia de modo que nossos objetivos sejam entrelaçados a benefícios consistentes gerados à toda cadeia logística. Marcas como essa são resultado da confiança e do reconhecimento de nossos clientes", completa Thomas Lima, Diretor Comercial e Institucional do Terminal.

Além dos investimentos, o executivo destaca outros diferenciais da TCP. "A empresa é a única no Brasil a oferecer 10 dias livres de armazenagem na importação. Além disso, contamos com uma infraestrutura robusta, temos o maior parque de tomadas para contêineres refrigerados da América Latina e nossas soluções logísticas integradas (armazéns, depósito de contêineres e ferrovia) formam uma plataforma capaz de gerar competitividade a diferentes setores", afirma.

A movimentação de cargas de março contempla tanto os produtos de importação quanto os de exportação. Carnes de aves congeladas; madeira; celulose; congelados; papel, cartão e derivados são alguns dos itens que impulsionaram a exportação no mês de referência. Na importação, destacam-se fertilizantes e adubos; plástico e derivados; máquinas, aparelhos e materiais elétricos e produtos químicos orgânicos. (AENPR)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Sistema de saúde da Índia entra em colapso sob covid-19

A região da capital indiana de Nova Delhi determinou lockdown de seis dias na segunda-feira (19), já que os casos diários de covid-19 atingiram novo recorde nacional e o sistema de saúde entrou em colapso sob o número de novas infecções.

Os hospitais da Índia estão sofrendo com a falta de leitos, oxigênio e remédios essenciais, agora que as infecções passaram da marca de 15 milhões, número inferior apenas ao dos Estados Unidos.

"O sistema de saúde de Nova Delhi é incapaz de receber mais pacientes em grande quantidade", disse o ministro-chefe, Arvind Kejriwal, em entrevista coletiva virtual hoje.

"Se um lockdown não for implantado agora, a situação ficará fora de controle."

O primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, cancelou uma viagem planejada à Índia na semana que vem por causa do novo coronavírus, informou seu gabinete.

Menos de 100 leitos de tratamento intensivo estavam disponíveis na cidade de Nova Delhi, que tem mais de 20 milhões de habitantes, disse Kejriwal nesse domingo, e as redes sociais transbordavam de queixas.

O número diário de casos de covid-19 na Índia atingiu hoje 273.810, e as mortes chegaram a um recorde de 1.619.

A capital indiana, que entrou em lockdown na noite de segunda-feira, se soma a cerca de 13 estados de todo o país que decidiram impor restrições, toques de recolher ou lockdowns em suas cidades, incluindo Maharashtra, o estado indiano mais rico, e Gujarat, terra natal do premiê Narendra Modi. A cidade industrial de Ahmedabad também enfrenta escassez de leitos.

Aumentam as críticas à maneira como o governo Modi lida com a segunda onda da pandemia na Índia, já que festivais religiosos e comícios políticos estão reunindo milhares de pessoas.

Líderes como o ministro do Interior, Amit Shah, realizaram novos eventos itinerantes e reuniões públicas na segunda-feira.

Na noite dedomingo, o pólo financeiro de Hong Kong anunciou que suspenderá voos da Índia, do Paquistão e das Filipinas por duas semanas a partir desta terça-feira.

Até agora, a Índia havia administrado quase 123,9 milhões de doses de vacina, a maior quantidade depois dos EUA e da China, mas está muito atrás na vacinação per capita. (Agencia Brasil)

Em greve de fome, opositor russo Navalny será transferido a hospital

Médicos russos decidiram transferir Alexei Navalny, principal líder de oposição da Rússia, a um hospital. A informação foi dada pela autoridade prisional do país na segunda-feira (19), 20 dias depois de Navalny ter iniciado uma greve de fome que provocou alertas internacionais sobre consequências caso ele morra encarcerado.

Aliados do opositor, que não têm contato com ele desde a semana passada, disseram que estão preparados para más notícias sobre sua saúde e planejam manifestações nacionais em massa no fim desta semana.

O caso de Navalny isola Moscou ainda mais, depois que o governo dos Estados Unidos adotou sanções econômicas mais duras contra a Rússia e a República Tcheca.

O serviço penitenciário russo informou, em comunicado, a decisão de transferir Navalny, de 44 anos, a um hospital prisional regional, mas não deixou claro se a transferência já ocorreu. Acrescentou que seu estado é "satisfatório" e que ele consentiu em receber uma "terapia de vitaminas".

Ivan Zhdanov, chefe da Fundação Anticorrupção de Navalny, classificou a ação como "uma transferência para a mesma colônia de tortura, só que com um hospital maior, para onde eles levam pessoas gravemente doentes".

"Então só se pode entender que a situação de Navalny piorou, e piorou de tal maneira que até o torturador o admite", disse Zhdanov no Twitter.

Navalny, ativista anticorrupção que conquistou fama com vídeos viralizados que catalogam a riqueza acumulada por autoridades russas de alto escalão, que ele rotula de "trapaceiros e ladrões", está cumprindo pena de dois anos e meio por acusações antigas de apropriação indevida que ele chama de fabricadas.

Ele foi preso ao voltar à Rússia em janeiro, depois de se recuperar na Alemanha do que autoridades daquele país disseram ter sido um envenenamento com um agente nervoso russo proibido, o que ele e governos ocidentais qualificaram como tentativa de assassinato. O Kremlin nega qualquer culpa.

Navalny entrou em greve de fome no dia 31 de março para protestar contra o que ele disse ser uma recusa das autoridades prisionais de lhe proporcionar tratamento para dores na perna e nas costas. A Rússia diz que ele é bem tratado e que exagera suas doenças para chamar atenção. (Agencia Brasil)

Atividade econômica cresce 1,7% em fevereiro, diz BC

A atividade econômica registrou crescimento, em fevereiro, pelo décimo mês consecutivo. É o que mostra o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado na segunda-feira (19) pelo Banco Central (BC).

Em fevereiro, o índice apresentou alta de 1,7% na comparação com janeiro, segundo dados dessazonalizados (ajustados para o período). Em relação a fevereiro de 2020, a expansão ficou em 0,98% (sem ajustes).

No primeiro bimestre comparado ao mesmo período de 2019, foi registrado crescimento de 0,23%. Em 12 meses terminados em fevereiro de 2021, houve retração de 4,02%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar suas decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic.

O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

Mas o indicador oficial, com metodologia diferente do IBC-Br, é o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todas as riquezas produzidas pelo país, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado trimestralmente. (Agencia Brasil)

Número de acessos móveis no Brasil cresce e fecha 2020 com 234 milhões

O Brasil fechou o ano de 2020 com 234 milhões de acessos móveis, segundo relatório da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O total representou um aumento de 7,39 milhões em relação a 2019, o equivalente a 3,26%. Acesso móvel é o nome dado para os chips de celular, que podem ser usados para serviços de voz ou de conexão à Internet.

Com isso, houve uma inversão da tendência de queda que vinha marcando esse tipo de serviço desde 2015, quando o Brasil bateu os 284,17 milhões de acessos. O número, acima da população nacional, ocorre pelo fato de parte das pessoas ter mais de um acesso, ou seja, mais de um chip ou uma conta de telefone celular.

Na avaliação da Anatel, esse acréscimo teve relação com a pandemia do novo coronavírus. "Com a transferência forçada de atividades para a modalidade online, em especial as aulas de crianças e de adolescentes, houve um aumento na compra de dispositivos para permitir a realização dessas atividades. O celular é o dispositivo mais barato de acesso à internet, e muitos desses aparelhos já são vendidos atrelados à contratação de um novo plano", diz o relatório.

Quando analisados os números de acessos por 100 habitantes, índice denominado "densidade" pelo relatório, as regiões mais atendidas são o Sudeste (105,71), Centro-Oeste (102,2) e Sul (96,9). As densidades são menores no Nordeste (86,58) e Norte (85,37).

Os estados com mais acessos por 100 habitantes são Distrito Federal (116,37), São Paulo (110,22), Rio de Janeiro (103,86), Minas Gerais (98,96) e Rio Grande do Sul (98,96). Já os com os menores índices são Maranhão (74,94), Alagoas (81,49), Pará (82,06), Paraíba (85,24) e Roraima (85,95).

Pelo primeiro ano, os acessos pós-pagos superaram os pré-pagos, com pouco mais de 50%. Os pós-pagos são mais presentes na Vivo (57,14%) e os pré-pagos são mais frequentes na Oi (62,67%).

Atualmente, a operadora com mais acessos móveis é a Vivo (78,53 milhões). Em seguida vêm Claro (60,20 milhões), TIM (51,43 milhões) e Oi (36,65 milhões). No caso da OI, a parte de telefonia móvel da companhia está sendo negociada com as outras três operadoras. A Vivo lidera em 2.400 municípios, a Claro em 1.286, a TIM em 1.056 e a Oi em 777 cidades.

Na avaliação da integrante do Conselho de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST) Marina Pita, os dados podem levar ao engano uma vez que o relatório não deixa claro que se trata de chips, e não de conexões móveis.

"Os dados são simplesmente de chips ativos habilitados à conexão. Se a pessoa proprietária do chip fez uso de pacote de dados móvel, isso é algo que a Anatel não sabe porque não há obrigações de as operadoras informarem neste sentido. A Anatel não está contabilizando planos ativos e sim chips. Se a pessoa usou o chip apenas para receber ligações, a Anatel desconhece", avalia Pita.

Em nota à reportagem da Agência Brasil, a assessoria da Anatel confirmou se tratar de chip habilitado, não incluindo que tipo de atividade é realizada pelo usuário. (Agencia Brasil)

Fiocruz lança guia para mitigar impacto da covid em grupos vulneráveis

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) lançou na segunda-feira (19), com apoio da Embaixada do Reino Unido, um guia com recomendações para mitigar os efeitos da pandemia da covid-19 na população indígena, nas favelas e na desigualdade de gênero.

O guia foi elaborado por pesquisadores do Observatório Covid-19 da Fiocruz, ressaltam que "a pandemia tem mostrado de forma clara as grandes desigualdades que atingem a população brasileira em todos os níveis".

Denominado "Ações e políticas públicas para conter a Covid-19 e seus impactos sociais", o material é apresentado como "um guia para gestores públicos sobre melhores práticas e iniciativas baseadas em evidências para enfrentar a doença e seus efeitos nocivos sobre populações marginalizadas durante e após a pandemia". As orientações podem ser acessadas na página da Fiocruz.

Povos indígenas

O lançamento foi realizado na data em que é comemorado o Dia do Índio, e alerta que a pandemia chegou aos povos indígenas em um momento "de fragilização da política de saúde indígena".

"Agora há dois invasores contra os quais os indígenas precisam lutar: o de sempre, que querem tomar seus territórios e, muitas vezes, se apropriar de sua mão de obra, e o vírus", diz o texto, que aponta subnotificação dos registros de mortes de indígenas por covid-19, já que, entre outros problemas, secretarias estaduais e municipais nem sempre informam a variável cor ou raça nos atendimentos e notificações.

A análise referente aos povos indígenas no guia é resultado de um trabalho desenvolvido pelas pesquisadoras Ana Lúcia Pontes e Daniela Alarcon, ambas da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz). Segundo dados do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, até a sexta-feira (16), a covid-19 fez 1.038 vítimas nos povos indígenas, nos quais foram registrados mais de 52 mil casos.

Entre os motivos que aumentam a vulnerabilidade dessa população à covid-19 está o racismo, a invisibilidade e a elevada prevalência de desnutrição, anemia e doenças infecciosas como malária, tuberculose e hepatite B. Também têm sido mais frequentes nessa população doenças crônicas como hipertensão, diabetes e doenças renais. A falta de acesso a saneamento básico e o compartilhamento de objetos de uso pessoal agravam a situação, já que dificultam a adoção de medidas de prevenção nas aldeias.

Além dos óbitos, o guia destaca que os riscos impostos à população idosa faz com que boa parte das vítimas nas comunidades seja de anciãos, que têm um papel central na transmissão da cultura das tribos. "Nesse sentido, é como se a pandemia estivesse enterrando o passado desses povos junto com seus mortos, suas bibliotecas vivas. Suas mortes vão muito além da tragédia local e familiar".

O guia traz 13 recomendações para reduzir a vulnerabilidade dos povos indígenas à pandemia. Entre elas estão melhorar a qualidade da vigilância da pandemia e a testagem; conter as invasões e proteger os povos isolados e de recente contato; e fortalecer a atenção primária nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

O guia também pede que as autoridades ouçam os povos indígenas e suas lideranças. "Os conhecimentos locais são essenciais para identificar dificuldades e promover ações coordenadas que sejam eficientes localmente. Por isso, as comunidades, famílias e lideranças precisam participar em todas as etapas do processo de formulação e implementação de qualquer ação de enfrentamento da doença". (Agencia Brasil)

Educação convoca mais profissionais aprovados em concurso

Na última sexta-feira (16), a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo publicou no Diário Oficial da Cidade a convocação de 330 candidatos aprovados em concursos públicos de acesso e ingresso para diversas funções da educação municipal.

Ingressam na rede municipal 231 Auxiliares Técnicos de Educação (ATEs) e acessam para novos cargos 82 coordenadores pedagógicos, 12 diretores e 5 supervisores escolares. As correspondências foram enviadas e as escolhas acontecem no próximo mês.

Nos dias 3 e 4 de maio, ocorre a escolha de vagas em escolas e Diretorias Regionais de Educação para os aprovados nos concursos de Diretor de Escola e Supervisor Escolar. Nos dias 6 e 7 de maio, é vez dos Coordenadores Pedagógicos. Indicação das unidades pretendidas ocorrerá via sistema Escola On-Line (EOL).

Os candidatos a Auxiliares Técnicos de Educação (ATEs) deverão participar de escolha presencial entre os dias 4 e 6 de maio, no Auditório da SME/COGEP (Avenida Angélica, 2606, Consolação). Data e horário de apresentação para a escolha de vagas estão definidos na publicação. Vagas destinadas aos Negros, Negras e Afrodescendentes

Os candidatos aprovados em lista específica de Negro, Negra ou Afrodescendente convocados deverão comparecer para aferição presencial da veracidade da autodeclaração como pessoa Negra ou Afrodescendente da cor Preta ou Parda. Procedimento ocorre no dia 20 de abril, na SME/COGEP – Avenida Angélica, 2.606 – Consolação – SP. Conforme segue: Auxiliar Técnico de Educação, às 9 horas;

Coordenadores Pedagógicos, às 11 horas.

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

PÁTRIA TERRAS AGRÍCOLA III S.A. | CNPJ nº 22.165.101/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E DE 2019 - Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/20, acompanhadas do relatório do auditor independente. Durante o exercício de 2020, a Sociedade concentrou seus esforços na realização de atividades agrícolas relacionadas ao cultivo, colheita e venda de soja e milho ou safras culturas, seja diretamente ao através de participação de terceiros operadores. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais

ATIVO	Nota	2020	2019
Circulante		**2.319**	**2.073**
Caixa e equivalentes de caixa	4	219	4
Clientes	5	2.087	2.175
Adiantamento a fornecedores		-	681
Imposto a recuperar		13	13
Não circulante		**35.858**	**35.885**
Propriedade para investimento	6	35.858	35.885
Total do ativo		**38.177**	**38.758**

PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	Nota	2020	2019
Circulante		**3.086**	**3.074**
Fornecedores		13	5
Obrigações tributárias		2	2
Outras contas a pagar	7	1.000	1.000
Impostos diferidos		47	50
Dividendos propostos		24	17
Patrimônio líquido		**37.091**	**37.684**
Capital social	8	35.311	35.880
Reservas de lucros		1.780	1.804
Total do passivo e patrimônio líquido		**38.177**	**38.758**

Demonstrações das Mutações do Patrimonio Liquido

	Nota	Subscrito	Capital social A integrar	Capital social	Reservas Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/18		**38.000**	**(32.000)**	**12**	**226**	-	**6.238**
Integralização de capital		-	29.880	-	-	-	29.880
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.581	1.581
Constituição de reserva legal	8	-	-	79	-	(79)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	8	-	-	-	-	(15)	(15)
Destinação de lucros do exercício	8	-	-	-	1.487	(1.487)	-
Saldos em 31/12/19		**38.000**	**(2.120)**	**91**	**1.713**	-	**37.684**
Redução de capital	8	(680)	-	-	-	-	(680)
Integralização de capital	8	-	111	-	-	-	111
Cancelamento de ações não integralizadas	8	(2.009)	2.009	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	763	763
Constituição de reserva legal	8	-	-	38	-	(38)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	8	-	-	-	-	(7)	(7)
Distribuição de dividendos	8	-	-	-	-	(780)	(780)
Destinação de lucros do exercício		-	-	-	-	718	(718)
Saldos em 31/12/20		**35.311**	-	**129**	**1.651**	-	**37.091**

Demonstrações do Resultado

	Nota	2020	2019
Receita líquida	**9**	**1.728**	**1.912**
Resultado financeiro			
Despesas gerais e administrativas	10	(925)	(311)
Lucro antes do resultado financeiro e das receitas financeiras		**803**	**1.601**
Receitas financeiras	11	10	33
Despesas financeiras		-	(1)
		10	**32**
Lucro antes do IR e da CS		**813**	**1.633**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	13	(53)	(8)
Diferidos	13	3	(44)
Lucro líquido do exercício		**763**	**1.581**
Quantidade média ponderada de ações		**37.182.249**	**38.000.000**
Lucro por ação - R$		**0,0205**	**0,0416**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2020	2019
Lucro do exercício	**763**	**1.581**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**763**	**1.581**

Demonstrações do Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		763	1.581
Baixa da propriedade para investimento		27	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Clientes	5	88	(1.912)
Adiantamento a fornecedores		681	(681)
Imposto a recuperar		-	(13)
Fornecedores		8	-
Obrigações tributárias		-	(4)
Impostos diferidos		(3)	44
Outras contas a pagar	7	-	1.000
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**1.564**	**15**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de propriedades de investimento	6	-	(35.885)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(35.885)**	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	8	111	29.880
Redução de capital	8	(680)	-
Distribuição de dividendos		(780)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		**(1.349)**	**29.880**
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**215**	**(5.990)**
No início do exercício		4	5.994
No fim do exercício		219	4
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**215**	**(5.990)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Pátria Terras Agrícola III S.A. ("Sociedade") tem sede administrativa e fora legal na Cidade de São Paulo/SP, Avenida Cidade Jardim, 803, 9º andar, Sala 1 (CEP 01.453-000, e filial na Cidade de Balsas, na Rodovia BR 020 s/n, KM 147, Fazenda Tapi X Gleba: 15 e 16, Distrito de Roda Velha - Zona Rural, Município de São Desiderio, CEP 47620-000, foi constituída em 26/3/15 tem por objeto social: (i) a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimento, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior; (ii) a administração de bens imóveis próprios; (iii) a compra e venda de imóveis próprios; (iv) a realização de atividades agrícolas relacionadas ao cultivo, colheita e comércio atacadista de soja, milho e algodão, seja diretamente ou através da contratação de terceiros operadores. Em 30/10/18, a Sociedade celebrou com Richardo Hidecazu Uemura e Marcia Furne Suzuki Uemura um compromisso de compra e venda de um imóvel rural em São Desiderio, Bahia, de 1.125 hectares brutos, com 2.246 hectares agricultáveis, essa transação foi concluída em 24/1/19. O valor da aquisição foi de R$ 35.885 que engloba o valor total das fazendas (Fazenda Tapi, Fazenda Tapi III, Fazenda Tapi X Fazenda Hideame e suas benfeitorias) e também os custos relacionados a operação. Em 31/1/18, a Pátria Terras Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia adquiriu 51,8% das ações da Sociedade da Pátria Terras Internacional - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis: 2.1.** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Sociedade em 9/4/21. **2.2.** Base de elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo pago na compra de ativos. **2.3.** Moeda funcional de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R$, que é a moeda funcional e de apresentação. **2.5.** Contas a receber de clientes: Registradas inicialmente ao valor justo e posteriormente ao custo amortizado menos qualquer perda por redução ao valor recuperável. Provisões adequadas para perdas estimadas são registradas no resultado quando há evidência objetiva de que os ativos não poderem ser recuperados, com base uma análise das contas a receber realizada pela Administração da Sociedade. **2.6.** Demais ativos circulantes e não circulantes: Demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. **2.7.** Propriedade para investimento: Representados por terrenos mantidos para auferir rendimento de aluguel, conforme divulgado na nota explicativa nº 6. A propriedade para investimento é registrada pelo método de custo com base no valor de aquisição, formação ou construção. Os gastos incorridos com reparos, implementos e manutenção que representem melhoria e aumento da capacidade ou de vida útil são capitalizados, enquanto os demais são registrados no resultado do exercício. A recuperação da propriedade de investimento por meio das operações futuras é acompanhada periodicamente. **2.8.** Tributação: A Sociedade vem aderindo o regime de tributação com base no lucro presumido. Em cada trimestre, para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, aplica-se sobre a receita bruta auferida o coeficiente fixado pela legislação vigente de 8%, adicional a receitas de atividade rural. O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 ao ano. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **2.9.** Demais passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais. **2.10.** Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida de acordo com o regime de competência. A receita da participação na parceria agrícola é reconhecida de forma linear com base no preço médio da saca de soja a valor de mercado multiplicado pela quantidade de hectares objeto da parceria agrícola de acordo com o contrato. **2.11.** Normas vigentes para exercícios a partir de 1/1/20 (CPCs): Novas normas ou alterações: • Definição de Negócio (Alterações ao CPC 15/ IFRS 3); • Definição de Materialidade (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); • Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7); • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16. A Administração da Sociedade concluiu que não há impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade causados pelas novas normas. **3. Principais fontes de julgamento e estimativas:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Mudanças em estimativas contábeis podem ser necessárias se ocorrerem alterações nas circunstâncias nas quais elas foram baseadas ou como resultado de novas informações ou de maior experiência. Essas mudanças são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras principais fontes de incertezas em estimativas, envolvendo risco relevante de causar ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são as seguintes: Propriedade para investimento - esses ativos são submetidos a testes de "impairment" anualmente ou quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Caso existam indicadores de redução ao valor recuperável, são feitas estimativas dos fluxos de caixa futuros resultantes do uso do ativo e de sua eventual alienação. Os resultados efetivos podem variar significativamente dessas estimativas de fluxos de caixa descontados. Fatores como mudanças no uso planejado dos prédios, máquinas ou equipamentos, no fechamento de unidades, presença ou ausência de concorrência, obsolescência técnica ou vendas abaixo das expectativas para produtos com direitos capitalizados poderem resultar em vidas úteis ou valores contábeis não recuperáveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2020	2019
Caixa	-	4
Banco Itaú S.A.	17	-
Banco Itaú S.A. - Aplicação Itaú	201	-
Total	**219**	**4**

Em 31/12/20, a Sociedade possuía saldo de aplicação na modalidade Certificado de Depósito Bancário - CDB, com taxas de rendimento que variam entre 85% e 95% do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI.

5. Clientes:

	2020	2019
Contas a receber (parceria agrícola)	2.087	2.175

Refere-se ao valor correspondente à proporção de sacas a receber conforme contratos de parceria agrícola de 2019 e de 2020. **6. Propriedade para investimento:** Fazendas:

	2020	2019
Propriedade para investimento	35.858	35.885

O imóvel classificado na rubrica de "Propriedade para investimento" refere-se ao terreno adquirido em 2019 localizado em São Desiderio, Bahia, a 1.125 hectares brutos, com 2.246 hectares de terras produtivas objeto de contrato de parceria agrícola, assinado com Ricardo Hidecazu Uemura e Marcia Furne Suzuki (Uemura que possui um prazo de 3 anos safra. Em 2019 foi assinado o primeiro adiamento contratual onde mencionou ao seu objeto que a empresa Pátria Terras Agrícolas III S.A. somente fará jus a sua participação na Parceria a partir de colhita safra 2019/2020. O valor do imóvel está acrescido dos custos de taxas e emolumentos necessários à sua aquisição. O Pátria Investimentos Ltda., como mandatária do fundo e gestor do fundo Pátria Real Estate II - Fundo de Investimento em Participações, para fins de divulgação nas demonstrações financeiras, avaliou a propriedade para investimento a valor justo no montante de R$70.546 em 31/12/20. **7. Outras contas a pagar:** Em 31/12/20, o montante de R$ 1.000 corresponde a parcela remanescente da aquisição do terreno adquirido em 2019, localizado em São Desiderio, Bahia, objeto do contrato de parceria agrícola, assinado com Ricardo Hidecazu Uemura e Marcia Furne Suzuki Uemura. **8. Patrimônio líquido:** Capital social: Em 31/12/20 o capital social subscrito é R$35.311 (R$ 38.000 em 2019), representado por 35.311.000 ações ordinárias. Durante o exercício findo em 31/12/20 as acionistas realizaram as seguintes movimentações no Capital: **a)** Integralização de montante de R$ 111; **b)** Cancelamento de 2.009.000 ações não integralizadas, totalizando R$ 2.009; **c)** Redução de capital no montante de R$ 680. Em 31/12/20, o capital está representado conforme segue:

	Ações	Capital social
Pátria Investimentos Ltda.	1	1
Pátria Terras Fundos de Investimento em Part. Multiestratégia	35.310.999	35.310
Total emitido e em circulação	**35.311.000**	**35.311**

Reserva Legal: A reserva legal foi constituída como destinação de 5% do lucro líquido do período. Em 31/12/20, o montante de R$ 129 (R$91 em 2019). Dividendos: Conforme capítulo VI e §2º, o Estatuto Social estabelece que a dividendo mínimo obrigatório deve ser calculado considerando o lucro líquido ajustado na forma da lei conforme abaixo demonstrado. Durante o exercício de 2020 foram pagos dividendos no montante de R$ 780 sobre a reserva de lucros da sociedade.

9. Receita de atividade rural:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	763	1.581
Reserva legal	(38)	(79)
Base	**725**	**1.502**
Alíquota - 1%	7	15
Receita líquida	1.728	1.912
10. Custos e despesas gerais e administrativas:	**2020**	**2019**
Contabilidade	(33)	(36)
Advogados	(463)	(219)
Assessoria	(17)	(9)
Auditoria	(27)	(18)
Outras despesas	(330)	(28)
Publicidade	(25)	(1)
Total	**(925)**	**(311)**
11. Resultado financeiro:	**2020**	**2019**
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	10	33
Despesas financeiras: Juros e multas pagos	-	(1)
Total	**10**	**32**

Os candidatos a Auxiliares Técnicos de Educação (ATEs) deverão participar de escolha presencial entre os dias 4 e 6 de maio, no Auditório da SME/COGEP (Avenida Angélica, 2606, Consolação). Data e horário de apresentação para a escolha de vagas estão definidos na publicação. Vagas destinadas aos Negros, Negras e Afrodescendentes

Os candidatos aprovados em lista específica de Negro, Negra ou Afrodescendente convocados deverão comparecer para aferição presencial da veracidade da autodeclaração como pessoa Negra ou Afrodescendente da cor Preta ou Parda. Procedimento ocorre no dia 20 de abril, na SME/COGEP – Avenida Angélica, 2.606 – Consolação – SP. Conforme segue: Auxiliar Técnico de Educação, às 9 horas;

Coordenadores Pedagógicos, às 11 horas.

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1058776-06.2019.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 38ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. LUIZ FERNANDO RODRIGUES QUERRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Hoani Mohamed El Zogbi (CPF: 232.947.198-09), que Banco Bradesco S/A ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 117.080,86 (dezembro de 2018), referente ao empréstimo pessoal nº 3439988236 (internamente nº 3489988236) em 13/04/2018. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 20 e 21 / 04 / 2021

Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0044209-50.2020.8.26.0100. A Dra. RAQUEL MACHADO CARLEIAL DE MORAES, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Houmann MRS INFRA 1 (13.266.990/0001-56), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Banco Santander (Brasil) S/A, foi convertido em mandado de execução judicial de quantia certa, no valor de R$ 211.537,66 (setembro de 2020). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 08 de abril de 2021. 20 e 21 / 04 / 2021

Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0008366-87.2021.8.26.0100. O Dr. Henrique Dada Paiva, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Houmann MRS INFRA 1 (CNPJ: 035.166.948-58), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Instituto Educacional Octagon S/S Ltda, foi julgada procedente, condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 72.027,45 (fevereiro de 2021). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 20 e 21 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1009216-34.2015.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Pinto Lima Canetta, na forma da Lei, etc. FAZ SABER (a) ORMINDA RIBEIRO BERTUZZI, RG nº 16.833.398-0, CPF/MF nº 052.280.888-05, ré ausente que ora se encontra em lugar incerto e não sabido, nos autos da Ação Monitória, movida por ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIAÇÃO LTDA ME, para que pague o valor de débito de R$ 17.896,95 atualizado até julho/2015 ou ofereça embargos no prazo de 15 dias. Ficando ciente de que, não opondo embargos, constituir-se-á de pleno direito, independente de nova citação, o valor do débito e expedido o presente mandado. Decorrido o prazo de 30 dias, findos os quais se iniciará a contagem do prazo para oposição de embargos. Não inercia, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será oprresente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 20 e 21 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1017981-03.2015.8.26.0001. O Dr. Ademir Modesto de Souza, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Regional de Santana/SP, Faz Saber a Bruno dos Santos Silva (CPF: 333.202.328-43), que José Gonçalves Lustosa lhe ajuizou ação de Indenização por Danos Materiais, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 5.419,00 (junho/2015), como ressarcimento por danos materiais e emergentes efetivamente suportados pelo requerente, decorrente da colisão traseira do veículo de propriedade do requerido, modelo Volkswagen Gol 1.8 Power, Preto, ano 2005, placa DRH 1403, no veículo modelo Honda Civic Sedan EXR 2.0 Flex, Cinza, ano 2014, placa FJO 2G06, de propriedade do requerente. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 31/03/2021. 20 e 21 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1019710-22.2019.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ALEXANDRE BATISTA ALVES, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Armando Lindemann (CPF: 515.902.049-72), que Regina Celia Almeida Rego Prandini, Maria Cristina Prandini da Costa Reis e Paulo Sergio Almeida Rego Prandini lhe ajuizaram ação de Procedimento Comum, com pedido de Tutela de Urgência, objetivando que a presente ação seja julgada totalmente procedente, para declarar-se a nulidade absoluta de: 1) do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel de 04.07.1989, levado a registro em 22.10.2010 (R.3/2.968), por meio do qual WERNER LINDEMANN e KATHE LINDEMANN teriam alienado o imóvel objeto da matrícula n. 2.998, do 11º Registro de Imóveis à ARMANDO LINDEMANN, assim como da Escritura de 20.08.2014, registrada em 02.08.2016 (R.52.988) via Cartório de Notas, por meio do qual WERNER LINDEMANN e KATHE LINDEMANN teriam alienado o imóvel objeto da matrícula n. 2.998, do 11º Registro de Imóveis à ARMANDO LINDEMANN, assim como da Escritura de 20.08.2016 (R.52.988) via Cartório de Notas, outorgada em 12 de 2016 e 2) do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel datado de 20.10.2016, por meio do qual ANTONIO LINDEMANN, tornando por base a Procuração Pública de 12.05.2016, vendeu os Lotes 25 e 15 ao consu JOEL PEDRO DE GOIS; e 4) do Subdatabelecimento Público lavrado em 13.08.2016 perante o 1º Tabelião de Notas de Diadema, SP por meio do qual ANTONIO LINDEMANN substabeleceu na pessoa do contro JOELON PIRES os poderes que recebeu por força da Procuração Pública lavrada em 12.08.2016, além da condenação ao pagamento das demais cominações legais. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NINDA NMAS Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de março de 2021. 20 e 21 / 04 / 2021

VOTORANTIM energia

Santra Cruz Geração de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 07.614.088/0001-80

Demonstrações Financeiras 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Administração: Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2020 e consideram também a legislação societária brasileira. **Perfil:** A Santa Cruz Geração de Energia S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Brasil, foi constituída em 1º de agosto de 2005. A Companhia é controlada direta da Votorantim S.A. ("VSA"). A VSA é uma companhia de capital fechado integralmente controlada pela família "Ermírio de Moraes" e que constitui a holding das empresas Votorantim, com sede na cidade de São Paulo, Brasil. **Sistema Elétrico e Operação:** A Companhia possui duas centrais geradoras hidroelétricas (CGHs) em operação, com capacidade instalada de 1,8 MW ou 15 GWh/ano. **Resultado do Exercício:** A Companhia atua no segmento de geração de energia e apresentou prejuízo após os impostos de R$ 1.936 mil no exercício de 2020. **Recursos Humanos:** A Companhia oferece a seus colaboradores, planos de benefícios destinados à alimentação, assistência médica e odontológica, participação nos resultados e plano de previdência privada com contribuição definida através da Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM). **A Diretoria**

Balanço patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	174	89
Aplicações financeiras	2.943	3.430
Concessionários e permissionários	123	179
Tributos a recuperar	4	49
Ativo financeiro de indenização	4.025	4.025
Outras contas a receber	132	117
	7.401	7.889
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Ativo financeiro de indenização	2.145	6.574
Depósitos judiciais e outros	507	502
	2.652	7.076
Imobilizado	981	1.035
	981	1.035
Total ativo não circulante	3.633	8.111
Total do ativo	11.034	16.000

Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
Circulante		
Fornecedores	55	33
Dividendos a pagar	–	2.883
Tributos e contribuições sociais a pagar	418	267
Provisões	2.251	2.583
Outros Passivos	93	81
	2.817	5.847
Não circulante		
Outros Passivos	22	22
	22	22
Total do passivo	2.839	5.869
Patrimônio líquido		
Capital social	12.153	12.153
Prejuízo acumulado	(3.958)	(2.022)
Total do patrimônio líquido	8.195	10.131
Total do passivo e patrimônio líquido	11.034	16.000

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Operações continuadas		
Receita líquida dos produtos vendidos	827	1.221
Custo dos produtos vendidos	(1.477)	(1.278)
	(650)	(57)
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(523)	(694)
Outras receitas operacionais	1	62
	(522)	(632)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(1.172)	(689)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	278	1.111
Prejuízo/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(894)	422
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(1.042)	(1.043)
Prejuízo do exercício	(1.936)	(621)
Ações em circulação no final do exercício	12.153	12.153
Prejuízo diluído por lote de mil ações - em R$	(159,30)	(51,10)

Demonstração do prejuízo/lucro do período - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(894)	422
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	54	54
Juros sobre aplicações financeiras	(70)	(439)
Ganho pelo valor do ativo financeiro de indenização	(242)	(738)
	(1.152)	(701)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Concessionários e permissionários	56	(55)
Ativo financeiro de indenização	4.671	4.258
Depósitos judiciais e outros	(5)	(50)
Outros ativos	30	(35)
Decréscimo (acréscimo) em passivos		
Fornecedores	22	(18)
Tributos e contribuições sociais	151	(14)
Pesquisa e desenvolvimento	31	64
Provisões	(363)	(2)
Outros passivos	12	3
Caixa gerado pelas operações	3.453	4.450
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.042)	(1.043)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.411	3.407
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos pagos	(2.883)	(6.500)
Aplicações financeiras	557	3.057
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.326)	(3.443)
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	85	(36)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	89	125
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	174	89

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(1.936)	(621)
Total do resultado abrangente do exercício	(1.936)	(621)

Demonstração do prejuízo/lucro por lote de mil ações - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(1.936)	(621)
Total do prejuízo/lucro do exercício	(1.936)	(621)

Demonstração do prejuízo/lucro abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(1.936)	(621)
Total do resultado abrangente do exercício	(1.936)	(621)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2019	12.153	(1.401)	10.752
Prejuízo do exercício	–	(621)	(621)
Em 31 de dezembro de 2019	12.153	(2.022)	10.131
Em 1º de janeiro de 2020	12.153	(2.022)	10.131
Prejuízo do exercício	–	(1.936)	(1.936)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.153	(3.958)	8.195

Diretoria

Fábio Rogério Zanfelice – Diretor Presidente
Raul Almeida Cadena – Diretor
Carlos Guerra Farias – Diretor

Contador

Rodrigo Teixeira Cocchi - CRC 1SP243650/O-2 | CPF 212.847.268-78

Essencis Soluções Ambientais S.A.

CNPJ nº 40.263.170/0001-83 - NIRE 35.300.371.780

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 09.03.2021

Data, Hora, Local: 09.03.2021, às 11h, na sede social, Avenida Gonçalo Madeira, 400, galpão fundos, São Paulo/SP. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Ciro Camila Gouveia – Presidente, Célia Maria Bucchianeri Francini Vasconcellos – Secretária. **Deliberação aprovada**: Autoriza a celebração de contrato de operação financeira com o Banco Santander, no valor de até R$ 22.700.000, na modalidade 4131, prazo total de 48 meses, com 6 meses de carência e CDI + 3,85% a.a., sem fee, tendo como avalistas as companhias Solvi Participações S.A. e Essencis Soluções Ambientais S.A., e covenant anual Dívida Líquida/EBITDA <=3,0 X na demonstração financeira consolidada da Solvi Participações S.A. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 09.03.2021. **Acionista: Solvi Participações S.A.,** Celso Pedroso e Célia Maria Bucchianeri Francini Vasconcellos. JUCESP nº 142.663/21-9 em 24.03.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Nova Piramidal Thermoplastics S.A.

CNPJ/NIRE 09.220.921/0001-34 - NIRE No. 35.300.49976-0

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22 de Março de 2021.

Data, Hora e Local: 22 de março de 2021, às 10:00h, na sede da Nova Piramidal Thermoplastics SA, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1266, conjunto 46 – Vila Olimpia, CEP 04547-005. **Presença:** Presentes os sócios representantes da totalidade do capital social da Sociedade, conforme Lista de Presença constante no **Anexo I** desta Ata, os quais se reuniram atendendo todas as normas da OMS imposta em relação à Pandemia do COVID-19, com utilização de máscaras e mantendo o distanciamento. **Mesa:** Presidente: Sr. Wilson Donizetti Cataldi; Secretário: Sr. Amauri dos Santos. **Ordem do Dia:** (a) Aprovação do relatório anual da Diretoria e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluindo as contas de todas as filiais (**b**) Destinação do Resultado do exercício em questão (**c**) Outros Assuntos de interesse da Companhia **Deliberações Tomadas por Unanimidade: (a)**Aprovado o Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado e Relatório da Diretoria e as Demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, publicadas no " Diário Oficial Empresarial" e no Jornal " O Dia", anteriormente publicadas nas Edições de 18 de março de 2021 respectivamente; **(b)** Aprovado que o Lucro apurado do Exercício no valor de R$ 58.987.364,75 (cinquenta e oito milhões, novecentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), o qual terá a destinação que oportunamente será deliberada pelos acionistas em Assembleia. **(c)** Nada mais havendo a ser tratado, e oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta, a qual, após ser sido reaberta a sessão foi lida, achada conforme, aprovada e assinada. São Paulo, 22 de março de 2021. **Amauri dos Santos** - Secretário da Mesa; **Wilson Donizetti Cataldi** - Presidente da Mesa. JUCESP - Registrado sob no número 168.868/21-0, em 12/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretaria Geral.

ISEC SECURITIZADORA S.A. - NIRE 35.300.340.949 - CNPJ/ME 08.769.451/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócios ("Titulares") da Série Única da 1ª Emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócios ("CRA") da **ISEC SECURITIZADORA S.A.** ("Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), a **H.COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, convidados a se reunir, em primeira convocação, em Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em 10 de maio de 2021, às 14 horas, de forma exclusivamente remota por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberarem sobre: (i) A ratificação ou não, pelo Vencimento Antecipado da Escritura de Emissão de Debêntures, nos termos da cláusula 8.1.1 item (i) do Termo de Securitização, em razão, da Devedora realizar o pagamento da parcela de amortização prevista para 12 de abril de 2021, (pagando apenas os juros), depositando os recursos na conta centralizadora suficientes para o pagamento devido de amortização e juros do CRA, entretanto foi por drasto estabelecido na Debênture, do horário de expediente bancário e as B3; (ii) Uma vez deliberada o item (i) acima, deliberar a respeito da destinação dos recursos recebidos na conta centralizadora; (iii) Uma vez deliberado o item (i) acima, pela não ratificação do Vencimento Antecipado, autorizar ou não, a Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, efetuar o aditamento no Termo de Securitização na cláusula que diz respeito ao vencimento antecipado automático, para em caso de descumprimento de eventos pecuniários deverá ser convocada uma Assembleia, respeitando-se os respectivos prazos, para deliberar sobre o vencimento antecipado da emissão; e, (iv) Autorização para Securitizadora em conjunto com o Agente Fiduciário, praticarem todos os atos necessários para efetivar o que fora deliberado pelos Titulares de CRA, incluindo, mas não se limitando, a celebração do aditamento ao Termo de Securitização, e de quaisquer outros documentos que se façam necessários para fazer frente às deliberações. **Informações Gerais: Quórum:** O quórum de instalação da assembleia em primeira convocação é de 50% mais um dos titulares dos CRA em circulação, ou em segunda convocação de 50% mais um dos Titulares dos CRA presentes nos termos da cláusula 14.6 do TS, sem prejuízo do disposto nas cláusulas específicas para deliberação. **Procuração:** Os Titulares dos CRA poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos. Todas as procurações devem ser apresentadas com o reconhecimento de firma do signatário e deverão ter o prazo de no máximo 1 (um) ano. Considerando as medidas restritivas relacionadas principalmente ao fluxo e aglomeração de pessoas impostas pelo governo nacional e internacional em face da ampla e corrente disseminação do novo corona vírus causador da Covid-19, bem como observado Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SIN, de 26 de março de 2020, informamos aos Titulares dos CRA que a assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma remota através do sistema Teams de conferência via internet, sendo certo que o link de acesso à assembleia será disponibilizado, pela Emissora, por correio eletrônico aos Titulares dos CRA àqueles que enviarem solicitação e documentos de representação para juridico@isecbrasil.com.br; gestao@isecbrasil.com.br e fiduciario@commcor.com.br; juridico@commcor.com.br e "Securitizadora", respectivamente, a **H.COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** e representantes da Emissora, convidados a se reunir, em primeira convocação, em Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em 10 de maio de 2021, às 14 horas, de forma exclusivamente remota por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), para deliberarem sobre: (i) A ratificação ou não, pelo Vencimento Antecipado da Escritura de Emissão de Debêntures, nos termos da cláusula 8.1.1 item (i) do Termo de Securitização, em razão, da Devedora realizar o pagamento da parcela de amortização prevista para 12 de abril de 2021, (pagando apenas os juros), depositando os recursos na conta centralizadora suficientes para o pagamento devido de amortização e juros do CRA, entretanto foi por drasto estabelecido na Debênture, do horário de expediente bancário e as B3; (ii) Uma vez deliberada o item (i) acima, deliberar a respeito da destinação dos recursos recebidos na conta centralizadora; (iii) Uma vez deliberado o item (i) acima, pela não ratificação do Vencimento Antecipado, autorizar ou não, a Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, efetuar o aditamento no Termo de Securitização na cláusula que diz respeito ao vencimento antecipado automático, para em caso de descumprimento de eventos pecuniários deverá ser convocada uma Assembleia, respeitando-se os respectivos prazos, para deliberar sobre o vencimento antecipado da emissão; e, (iv) Autorização para Securitizadora em conjunto com o Agente Fiduciário, praticarem todos os atos necessários para efetivar o que fora deliberado pelos Titulares de CRA, incluindo, mas não se limitando, a celebração do aditamento ao Termo de Securitização, e de quaisquer outros documentos que se façam necessários para fazer frente às deliberações,

Fortuneto Securitizadora S.A.

CNPJ/MF: 21.610.418/0001-00

Demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31/12/2020 (Valores expressos em reais)

Senhores Acionistas, A Administração da **Fortuneto Securitizadora S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas as Demonstrações Financeiras, com o Parecer dos Auditores Independentes relativas aos exercícios findos de 31/12/2020 comparadas a 31/12/2019. A companhia foi constituída em 19/10/2020 e iniciou suas operações em 29/10/2020 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social (i) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agrongocial e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação de respectivas garantias em créditos imobiliários; (ii) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (iii) prestação de serviços relacionados a operações no mercado securitizador de títulos e valores mobiliários; (iv) prestação de serviços a realização de outros negócios referentes a operações no mercado securitizador de crédito imobiliário, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (v) Emissão de Debêntures em regime de registro público ou privado, nos termos da Lei 6.404/76; (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de crédito lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de crédito. Os possíveis riscos de não realização dos direitos creditórios, são de responsabilidade dos investidores em sua totalidade. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31/12/2020 foram auditadas pelo Conselho de administração em 29/03/2021. **3) Riscos: 2.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado a perspectiva de exercício adversos, que poderiam gerar aos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros econômicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações. **2.2 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de hiperinflação nos contratos inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza a ocorrência a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Esses medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.3 Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos órgãos agentes do mercado competidos) e do comércio doméstico. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nesse tipo de risco. **2.4 Risco financeiro:** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2021 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5 RIS/ CUFRG:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança, sendo não justificável existirem duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2021, incerteza, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Haverá mudança no mapeado estado e risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos desenho de terem o efeito do "não cumulatividade" elevando demasiadamente as alíquotas - PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% - ocasionando também um aumento do custo da operação e possível fuga de clientes. **2.6 Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intimamente associados aos pontos fortes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a políticas internas de gestão e procedimentos operacionais. **2.7 Riscos Creditícios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos rendimentos dos devedores de direitos creditícios causado pela inadimplência no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **2.8 Risco de Crédito:** Risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9 Inadimplência:** O cuadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente pode um aumento da taxa de juros por conta do cenário deteriorado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, não pode alterar o retorno pelos investidores. **3) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, as Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologadas pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao **"Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC"** e por consequência em conformidade com as normas contábeis internacionais. **4) Práticas Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas pelo mercado contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incertidas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. **4.1 Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda o Real (R$) a moeda funcional da Companhia. **4.2 Reconhecimento de receita:** 1 Prestação de serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços prestados. Nos contratos celebrados entre as partes ou na própria constituição dos mesmos, os quais, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. 2 Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e de ações financeiras que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. 3 Receita de securitização: O apreaé da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em suas atividades, a Companhia adquire o lastro de crédito, adicionando nesse lastro algo que somente será em parte repassada como forma de remuneração de modo que a diferença observada entre os lastros consiste no ganho realizado. **4.3 Impostos e contribuições:** Imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido - provisão: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240,000 por ano e 9% de CSLL) e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de tributações, quando aplicável. Portanto, as incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou receitas e despesas temporariamente não tributáveis, considerações para apuração do lucro tributável corrente, gerem créditos e débitos tributários diferidos. 5 Impostos sobre receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelos seguintes alíquotas: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS foi elevada para 4% para as pessoas jurídicas enquadradas no PIS e IF do Art 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário da Autoridade Monetária Brasileira**. **Demonstrações Financeiras:** As Acionistas e Administradores da **Fortuneto Securitizadora S.A.**, São Paulo - SP **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Fortuneto Securitizadora S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras notas explicativas, bem como os demonstrativos do valor adicionado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** A Companhia tem como base para contabilização de seus ativos e passivos os valores não liquidados, os títulos vencidos com mais de 180 dias. Para a apuração do saldo de 31/12/2020, procedemos a elaboração do cálculo, com base no relatório financeiro de direitos creditórios a receber, sendo identificado uma diferença de R$ 185,484 (quinze e oitenta e cinco mil quatrocentos e oito reais) entre o valor apurado e o saldo contábil registrado, conforme nota explicativa 6. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 11):** A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de crédito. Durante o exercício a colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), (iii) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (iv) prestação de serviços a realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de crédito imobiliário, de acordo com a Lei 9.514/97 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (v) Emissão de Debêntures em regime de distribuição pública ou privada nos termos da Lei 6.404/76; (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de crédito lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de crédito. Os possíveis riscos de não realização dos direitos creditórios, são de responsabilidade dos investidores em sua totalidade. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31/12/2020 foram auditadas pelo Conselho de administração em 29/03/2021. **2) Riscos: 2.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado a perspectiva de exercício adversos, que poderiam gerar aos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros econômicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações. **2.2 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de hiperinflação nos contratos inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza a ocorrência a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Esses medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.3 Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos órgãos agentes do mercado competidos) e do comércio doméstico. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nesse tipo de risco. **2.4 Risco financeiro:** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2021 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5 RIS/ CUFRG:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança sendo não justificável existirem duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2021, incerteza, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Haverá mudança no mapeado estado e risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos desenho de terem o efeito do "não cumulatividade" elevando demasiadamente as alíquotas - PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% - ocasionando também um aumento do custo da operação e possível fuga de clientes. **2.6 Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intimamente associados aos pontos fortes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a políticas internas de gestão e procedimentos operacionais. **2.7 Riscos Creditícios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos rendimentos dos devedores de direitos creditícios causado pela inadimplência no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **2.8 Risco de Crédito:** Risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9 Inadimplência:** O cuadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente pode um aumento da taxa de juros por conta do cenário deteriorado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, não pode alterar o retorno pelos investidores. **3) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologadas pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao **"Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC"** e por consequência em conformidade com as normas contábeis internacionais. **4) Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas pelo mercado contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incertidas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. **4.1 Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda o Real (R$) a moeda funcional da Companhia. **4.2 Reconhecimento de receita:** 1 Prestação de serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços prestados. Nos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria constituição dos mesmos, os quais, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. 2 Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e de ações financeiras que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. 3 Receita de securitização: O apreaé da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em suas atividades, a Companhia adquire o lastro de crédito, adicionando nesse lastro algo que somente será em parte repassada como forma de remuneração de modo que a diferença observada entre os lastros consiste no ganho realizado. **4.3 Impostos e contribuições:** Imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido - provisão: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240,000 por ano e 9% de CSLL) e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de tributações, quando aplicável. Portanto, as incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou receitas e despesas temporariamente não tributáveis, considerações para apuração do lucro tributável corrente, gerem créditos e débitos tributários diferidos. 5 Impostos sobre receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelos seguintes alíquotas: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS foi elevada para 4% para as pessoas jurídicas enquadradas no PIS e IF do Art 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário da Autoridade Monetária Brasileira**. **Demonstrações Financeiras:** As Acionistas e Administradores da **Fortuneto Securitizadora S.A.**, São Paulo - SP **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Fortuneto Securitizadora S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras notas explicativas, bem como os demonstrativos do valor adicionado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** A Companhia tem como base para contabilização de seus ativos e passivos os valores não liquidados, os títulos vencidos com mais de 180 dias. Para a apuração do saldo de 31/12/2020, procedemos a elaboração do cálculo, com base no relatório financeiro de direitos creditórios a receber, sendo identificado uma diferença de R$ 185,484 (quinze e oitenta e cinco mil quatrocentos e oito reais) entre o valor apurado e o saldo contábil registrado, conforme nota explicativa 6. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 11):** A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de crédito. Durante o exercício a

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2020	2019
Recebe de Securitização	2.919.099	3.886.909
Recebe de Juros	61.860	113.392
(-) Custo de captação	(586.931)	(1.112.336)
(-) Despesas de receita	(116.837)	(64.941)
Receita líquida financeira	**2.277.191**	**2.747.724**
Receita líquida	**2.277.191**	**2.747.724**
(Despesas) / Receitas operacionais:		
Despesas pessoal e administrativas	(2.647.914)	(3.360.328)
Total das despesas operacionais	**(2.647.914)**	**(3.360.328)**
Lucro antes do Resultado Financeiro	**13 (370.723)**	**(612.604)**
Despesas financeiras	(112.067)	(172.815)
Receitas financeiras	546.768	784.972
Resultado financeiro líquido	**14 434.696**	**799.257**
Resultado Operacional	**63.973**	**186.653**
Outras receitas/despesas	-	-
Outras Receitas/Despesas	**1.292**	-
Outras receitas não operacionais	-	88.377
Receitas não operacionais	**-**	**88.377**
Resultado Antes das provisões	**65.265**	**275.030**
(-) Provisão para imposto de renda	(17.634)	(49.983)
(-) Provisão para contribuição social	(10.580)	(24.757)
Lucro líquido do período	**37.051**	**200.283**
Lucro líquido por ação	**0,74102**	**4,00566**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2020	2019
Lucro líquido do período	**37.051**	**200.283**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	**37.051**	**200.283**

Balanço Patrimonial

Ativo	**Nota**	**2020**	**2019**
Ativo circulante		**10.728.844**	**12.162.896**
Caixa e equivalentes de caixa		3.229.518	829.870
Direitos creditícios a receber		7.498.313	11.362.726
Impostos a recuperar		1.013	-
Ativo não circulante		**580.815**	**574.916**
Outros Créditos	7	556.293	544.413
Imobilizado/Imóveis	8	24.522	30.503
Total do Ativo		**11.309.659**	**12.767.812**
Passivo	**Nota**	**2020**	**2019**
Passivo circulante		**117.860**	**277.290**
Obrigações com Fornecedores		7.801	184.977
Obrigações Tributárias	9	23.670	12.318
Obrigações trabalhistas e sociais	10	86.189	80.095
Passivo não circulante		**10.644.798**	**11.980.222**
Títulos e valores mobiliários		11.160.544	11.980.222
Patrimônio líquido	**12**	**547.051**	**510.000**
Capital social		50.000	50.000
AFAC		450.000	450.000
Reserva legal		10.000	10.000
Lucros e Prejuízos Acumulados		37.051	-
Total do Passivo		**11.309.659**	**12.767.812**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social Subscrito	AFAC	Lucro Reserva Legal	Resultados Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018	**50.000**	**450.000**	**10.000**	**1.004.904**	**1.514.904**
Resultado do período				200.283	200.283
Ajuste de exercício anterior				(854.753)	(854.753)
Destinação do Resultado					
- Dividendos obrigatórios				(2.750.000)	(2.750.000)
Saldo em 31/12/2019	**50.000**	**450.000**	**10.000**	**-**	**510.000**
Resultado do período				37.051	37.051
Saldo em 31/12/2020	**50.000**	**450.000**	**10.000**	**37.051**	**547.051**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1) Contexto Operacional: A Fortuneto Securitizadora S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 29/10/2014 e tem como objetivo social (i) aquisição de direitos creditícios comerciais, industriais, financeiros, agrongocial e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação de respectivas garantias em créditos imobiliários; (ii) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços a realização de outros negócios referentes a operações no mercado securitizador de crédito imobiliário, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) Emissão de Debêntures em regime de registro público ou privado, nos termos da Lei 6.404/76; (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de crédito lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de crédito. Os possíveis riscos de não realização dos direitos creditícios, são de responsabilidade dos investidores em sua totalidade. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31/12/2020 foram autorizadas pelo Conselho de administração em 29/03/2021. **2) Riscos: 2.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado a perspectiva de exercício adversos, que poderiam gerar aos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros econômicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações. **2.2 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de hiperinflação nos contratos inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza a ocorrência a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Esses medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.3 Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos órgãos agentes do mercado competidos) e do comércio doméstico. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nesse tipo de risco. **2.4 Risco financeiro:** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2021 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5 RIS/ CUFRG:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança sendo não justificável existirem duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2021, incerteza, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Haverá mudança no mapeado estado e risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos desenho de terem o efeito do "não cumulatividade" elevando demasiadamente as alíquotas - PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% - ocasionando também um aumento do custo da operação e possível fuga de clientes. **2.6 Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intimamente associados aos pontos fortes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a políticas internas de gestão e procedimentos operacionais. **2.7 Riscos Creditícios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos rendimentos dos devedores de direitos creditícios causado pela inadimplência no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **2.8 Risco de Crédito:** Risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9 Inadimplência:** O cuadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente pode um aumento da taxa de juros por conta do cenário deteriorado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditícios, não pode alterar o retorno pelos investidores. **3) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologadas pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao **"Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC"** e por consequência em conformidade com as normas contábeis internacionais. **4) Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas pelo mercado contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incertidas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. **4.1 Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda o Real (R$) a moeda funcional da Companhia. **4.2 Reconhecimento de receita:** 1 Prestação de serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços prestados. Nos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria constituição dos mesmos, os quais, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. 2 Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e de ações financeiras que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. 3 Receita de securitização: O apreaé da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em suas atividades, a Companhia adquire o lastro de crédito, adicionando nesse lastro algo que somente será em parte repassada como forma de remuneração de modo que a diferença observada entre os lastros consiste no ganho realizado. **4.3 Impostos e contribuições:** Imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido - provisão: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240,000 por ano e 9% de CSLL) e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de tributações, quando aplicável. Portanto, as incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou receitas e despesas temporariamente não tributáveis, considerações para apuração do lucro tributável corrente, gerem créditos e débitos tributários diferidos. 5 Impostos sobre receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelos seguintes alíquotas: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS foi elevada para 4% para as pessoas jurídicas enquadradas no PIS e IF do Art 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário da Autoridade Monetária Brasileira**. **Demonstrações Financeiras:** As Acionistas e Administradores da **Fortuneto Securitizadora S.A.**, São Paulo - SP **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Fortuneto Securitizadora S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras notas explicativas, bem como os demonstrativos do valor adicionado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** A Companhia tem como base para contabilização de seus ativos e passivos os valores não liquidados, os títulos vencidos com mais de 180 dias. Para a apuração do saldo de 31/12/2020, procedemos a elaboração do cálculo, com base no relatório financeiro de direitos creditórios a receber, sendo identificado uma diferença de R$ 185,484 (quinze e oitenta e cinco mil quatrocentos e oito reais) entre o valor apurado e o saldo contábil registrado, conforme nota explicativa 6. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 11):** A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de crédito. Durante o exercício a

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	**2020**	**2019**
Circulante	**28.004**	**18.656**
Caixa e equivalentes de caixa

Empresa de Transmissão Baiana S.A.

ETB - Empresa Transmissora Baiana S.A.

CNPJ nº 24.870.961/0001-15

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. As demonstrações contábeis completas, que incluí as notas explicativas e o relatório do auditor independente, encontram-se à disposição na sede da Companhia e disponíveis no website www.eltbenergia.com.br. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos relativos às contas prestadas. São Paulo, 31 de março de 2021 **A Administração**

Balanço Patrimonial

em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo/Circulante	**246.793**	**353.489**
Caixa e equivalentes de caixa	311	311
Investimento de curto prazo	71.623	335.233
Concessionárias e permissionárias	18.713	–
Partes relacionadas	–	12.000
Impostos a recuperar	5.981	5.822
Adiantamento a fornecedores	20.578	–
Ativo contratual da concessão	129.227	–
Outros ativos	160	123
Não circulante	**1.244.109**	**697.715**
Ativo contratual da concessão	1.243.686	697.130
Direito de uso sobre arrendamento	423	585
Total do ativo	**1.490.902**	**1.051.204**
Passivo/Circulante	**127.248**	**20.839**
Debêntures	12.788	12.457
Arrendamentos a pagar	112	160
Fornecedores	14.096	2.621
Salários, férias e encargos sociais	1.612	1.058
Tributos e contribuições sociais a recolher	3.296	4.543
Tributos e contribuições sociais diferido	11.952	–
Dividendos - partes relacionadas	37.686	–
Provisões pré-operacionais	44.053	–
Outros passivos	1.654	–
Não circulante	**1.025.056**	**847.842**
Debêntures	757.584	722.319
Arrendamentos a pagar	348	450
Imposto de renda e contribuição social diferidos	151.708	60.528
Tributos e contribuições sociais diferido	115.040	64.485
Outros passivos	376	–
Patrimônio líquido	**338.597**	**182.523**
Capital social	100.244	65.164
Reservas de lucros	238.353	117.359
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.490.902**	**1.051.204**

Demonstração do Resultado Abrangente

em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	**158.686**	**112.399**
(+/-) Outros resultados abrangentes da companhia	–	–
Resultado abrangente do exercício	**158.686**	**112.399**

A Diretoria

Contadora: Patrícia Nalini Sávio Ferreira - CRC 1 SP 237063/O-2

Demonstração do Resultado

em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	**655.563**	**574.649**
Custos operacionais		
Custo de infraestrutura	(368.222)	(404.125)
Custo dos serviços prestados	(1.157)	–
	(369.379)	**(404.125)**
Lucro bruto	**286.184**	**170.524**
Receitas (Despesas) operacionais		
Administrativas e gerais	(365)	142
	(365)	**142**
Lucro antes do resultado financeiro	**285.819**	**170.666**
Despesas financeiras	(36.689)	(61)
Receitas financeiras	730	–
	(35.959)	**(61)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**249.860**	**170.605**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(91.180)	(58.206)
	(91.180)	**(58.206)**
Lucro líquido do exercício	**158.686**	**112.399**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em milhares de reais - R$)

			Reservas de lucros				
Descrição	**Capital social**	**Reserva legal**	**Especial para dividendos não distribuídos**	**Reserva de lucros a realizar**	**Reserva de lucros**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total**
Saldos em 31/12/2018	65.164	40	–	–	4.920	–	70.124
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	112.399	112.399
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	5.620	–	–	–	(5.620)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	26.695	–	(26.695)	–	–
Reservas de lucros a realizar	–	–	–	80.088	(80.088)	–	–
Saldos em 31/12/2019	**65.164**	**5.660**	**26.695**	–	**85.004**	–	**182.523**
Transferência da reserva de lucros para reserva de lucros a realizar conforme AGOE	–	–	85.004	(85.004)	–	–	–
Aumento de capital	35.080	–	–	–	–	–	35.080
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	158.680	158.680
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	–	7.934	–	–	(7.934)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(37.686)	(37.686)	–
Reservas de lucros a realizar	–	–	113.060	–	(113.060)	–	–
Saldos em 31/12/2020	**100.244**	**13.594**	**26.695**	**198.064**	–	–	**338.597**

Demonstrações do Fluxos de Caixa

em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**249.860**	**170.605**
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias líquidas)	75.204	68.210
Receita de aplicações financeiras	(4.710)	(33.804)
Descontos financeiros obtidos	(188)	–
Contingências e encargos regulatórios diferidos	62.509	58.291
Amortização	170	169
	382.845	**263.471**
Aumento no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(18.713)	–
Adiantamento a fornecedores	(20.578)	–
Ativo contratual da concessão	(675.783)	(632.939)
Outros ativos	11.802	(5.513)
	(703.272)	**(638.452)**
Aumento no passivo		
Fornecedores	11.663	1.758
Salários, férias e encargos sociais	(620)	274
Provisões pré-operacionais	44.053	–
Tributos e contribuições sociais a receber	(72)	4.218
Outros passivos	2.029	–
	57.053	**6.250**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(263.374)**	**(368.731)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de títulos e valores mobiliários e investimento de curto prazo	338.059	390.244
Aplicações em títulos e valores mobiliários e investimento de curto prazo	(69.939)	(691.673)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**268.120**	**(301.429)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal e juros dos arrendamentos	(205)	(206)
Amortização e pagamento de juros de debêntures	(39.621)	(24.452)
Aumento de capital	35.080	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(4.746)**	**(24.658)**
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	–	**(694.818)**
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	311	695.129
Saldo no final do exercício	311	311
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	–	**(694.818)**

ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA BIO PLAZA LTDA.

CNPJ/ME Nº 05.636.746/0001-00 - NIRE Nº 35.237.952.637

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os senhores sócios da **ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA BIO PLAZA LTDA.** ("Sociedade") para a reunião de sócios da Sociedade a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2021, às 14 horas, **por meio exclusivamente digital**, na plataforma Zoom (o link de acesso será disponibilizado pela Sociedade), para deliberar sobre o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras dos resultados e mutações do patrimônio líquido da Sociedade relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com o disposto no artigo 1.078 do Código Civil. Os sócios que participarem remotamente da reunião, por meio da plataforma digital, serão considerados presentes e signatários da ata de reunião respectiva. Para participar e votar por meio da plataforma digital, os sócios deverão enviar à Sociedade, ao endereço de e-mail societarios@smartfit.com, até 3 dias úteis antes da data de realização da reunião (ou seja, até as 14 horas do dia 21 de abril de 2021) solicitação acompanhada de cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com fotos; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do sócio, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na reunião de sócios, obedecidas as condições legais, e documento(s) de identidade do(s) procurador(es). A Sociedade envia aos sócios que manifestarem seu interesse em participar da reunião, em resposta ao e-mail de solicitação e após a análise dos documentos enviados, um e-mail contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico. A Sociedade não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos sócios. São Paulo, 16 de abril de 2021. **Edgard Gomes Corona** - Diretor.

M2 - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.

CNPJ/ME 17.147.843/0001-18 - NIRE 35.227.132.733

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os senhores sócios da **M2 - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.** ("Sociedade") para a reunião de sócios da Sociedade a ser realizada em primeira convocação, no dia **27 de abril de 2021, às 14 horas**, por meio exclusivamente digital, na plataforma Zoom (o link de acesso será disponibilizado pela Sociedade), para deliberar sobre o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras dos resultados e mutações do patrimônio líquido da Sociedade relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com o disposto no artigo 1.078 do Código Civil. Os sócios que participarem remotamente da reunião, por meio da plataforma digital, serão considerados presentes e signatários da ata de reunião respectiva. Para participar e votar por meio da plataforma digital, os sócios deverão enviar à Sociedade, ao endereço de e-mail societarios@smartfit.com, até 3 dias úteis antes da data de realização da reunião (ou seja, até as 14 horas do dia 22 de abril de 2021) solicitação acompanhada de cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com fotos; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do sócio, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na reunião de sócios, obedecidas as condições legais, e documento(s) de identidade do(s) procurador(es). A Sociedade envia aos sócios que manifestarem seu interesse em participar da reunião, em resposta ao e-mail de solicitação e após a análise dos documentos enviados, um e-mail contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico. A Sociedade não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos sócios. Brasília, 16 de abril de 2021. **Edgard Gomes Corona e Thiago Lima Borges** - Diretores.

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ/MF nº 27.352.303/0001-20 - NIRE nº 35.300.502.329

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da **UHE São Simão Energia S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 28 de abril de 2021, às 8h30min (oito horas e trinta minutos), exclusivamente de forma digital, por meio de plataforma a ser disponibilizada pela Companhia, para deliberar sobre as seguintes matérias: (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; e (2) deliberar sobre a destinação dos resultados do referido exercício social. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, as Demonstrações Financeiras da UHE São Simão Energia S.A., acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. São Paulo, 20 de abril de 2021. A Administração.

Rumo Malha Central S.A.

CNPJ/ME nº 33.572.408/0001-97 - NIRE nº 35300535936

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração

Realizada em 25/03/2021, às 18h00 horas por conferência telefônica. **Presenças:** Totalidade. **Mesa:** Daniel Rockenbach, como Presidente; Fabyma Blum Gonçalves, como Secretária. **Deliberações**: Foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade dos conselheiros presentes: A unanimidade dos Conselheiros presentes deliberou e aprovou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2019, bem como o parecer da KPMG Auditores Independentes, autenticados pela mesa e arquivados na sede da Companhia, os quais serão submetidos à AGO de Acionistas da Companhia na forma da lei, bem como que não haverá proposta de destinação dos prejuízos do exercício. A unanimidade dos Conselheiros presentes deliberou e aprovou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2020, bem como o parecer da Ernest & Young Auditores Independentes S.S., autenticados pela mesa e arquivados na sede da Companhia, os quais serão submetidos à AGO de Acionistas da Companhia na forma da lei, bem como que não haverá proposta de destinação do lucro em função dos prejuízos do exercício. Apresentar como proposta a ser aprovada em AGO de Acionistas da Companhia, a remuneração global da Administração (incluindo Conselho de Administração e Diretoria), para o exercício social de 2021, o valor global máximo de até R$ 15.000.000,00. Ratificar, sem quaisquer restrições, a contratação da EY - Ernest Young Auditores Independentes (CNPJ 59.527.788/0001-31), para a prestação de serviço de auditoria independente para a Companhia. Apresentar como proposta a ser aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, o pedido de autorização para a realização de registro de emissor de valores mobiliários da Companhia, na categoria "B", perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos termos da Instrução CVM 480/09. Aprovar a "Política de Negociação de Valores Mobiliários e Política de Divulgação de Informações" presente no **Anexo I** da presente ata. Autorizar a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária nos prazos legais para (i) aprovar as contas da Companhia, nos termos do artigo 142, inciso IV, da Lei 6.404/76, assim como a demais matérias estabelecidas no artigo 132 da Lei 6.404/76 e (ii) aprovar o processo de registro de emissor de valores mobiliários da Companhia perante a CVM. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 26/03/2021. Daniel Rockenbach - Presidente; Fabyma Blum Gonçalves - OAB/PR nº 73.891 - Secretária e Advogada. **JUCESP** nº 169.990/21 em 14/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Rumo Malha Central S.A.

CNPJ/ME nº 33.572.408/0001-97 - NIRE nº 35300535936

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Em 26/03/2021, às 09 horas, na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, Andar 03, Conjunto 32, Sala 06, Itaim Bibi. **Mesa:** Daniel Rockenbach, Presidente; Fabyma Blum Gonçalves, Secretária. **Presenças:** Totalidade. **Deliberações tomadas por unanimidade dos acionistas presentes: Em AGO:** Dispensar a presença do representante dos auditores independentes, por não haver necessidade de esclarecimentos a respeito dos documentos disponibilizados pela administração da Companhia pertinentes às matérias da ordem do dia. Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, inclusive suas Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2019. Consignar que não será efetuada a distribuição de dividendos aos acionistas, uma vez que a Companhia não apurou lucro líquido no exercício social encerrado em 31/12/2019. Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, inclusive suas Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020. Consignar que não será efetuada a distribuição de dividendos aos acionistas, uma vez que a Companhia não apurou lucro líquido no exercício social encerrado em 31/12/2020. Aprovar a remuneração global da Administração (incluindo Conselho de Administração e Diretoria), para o exercício social de 2021, no valor global máximo de até R$ 15.000.000,00. Não instalar o Conselho Fiscal para o presente exercício social. **Em AGE:** Aprovar, sem ressalvas, a realização de pedido de registro de emissor de valores mobiliários da Companhia, na categoria "B", perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos termos da Instrução CVM 480/09, autorizando os administradores a praticarem todos os atos e tomar todas as providências necessárias para tanto. Aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela administração da Companhia com vistas à realização do pedido de registro de emissor de valores mobiliários da Companhia perante a CVM. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 26/03/2021. Daniel Rockenbach - Presidente; Fabyma Blum Gonçalves - OAB/PR nº 73.891 - Secretária e Advogada. **JUCESP** nº 169.990/21 em 14/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PÁTRIA TERRAS AGRÍCOLA III S.A. | CNPJ nº 22.165.101/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E DE 2018 Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/19, acompanhadas do relatório do auditor independente. Durante o exercício de 2019, a Sociedade concentrou seus esforços na realização de atividades agrícolas relacionadas ao cultivo, colheita e venda de soja e milho ou outras culturas, seja diretamente ao arrendatário ou de terceiros operadores.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

	Nota	2019	2018 (Reapresentado)
A T I V O			
Circulante		**2.873**	**6.257**
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	5.994
Clientes	5	2.175	263
Adiantamento a fornecedores	6	681	–
Imposto a recuperar		13	–
Não circulante		**35.885**	**-**
Propriedade para investimento	7	35.885	-
Total do ativo		**38.758**	**6.257**
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	**Nota**	**2019**	**2018 (Reapresentado)**
Circulante		**1.074**	**19**
Fornecedores		5	-
Obrigações tributárias		2	5
Outras contas a pagar	8	1.000	-
Impostos diferidos		50	6
Dividendos propostos		17	2
Patrimônio líquido		**37.684**	**6.238**
Capital social	9	35.880	6.000
Reserva de lucros		1.804	238
Total do passivo e patrimônio líquido		**38.758**	**6.257**

Demonstrações das Mutações do Patrimonio Líquido

	Nota	Subscrito	Capital social A integralizar	Legal	Reservas Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/17		**1**	-	-	-	-	**1**
Aumento de capital	5	37.999	-	-	-	-	37.999
Integralização de capital	5	-	(32.000)	-	-	-	(32.000)
Lucro do exercício		-	-	-	-	240	240
Contribuição de reserva legal		-	-	12	-	(12)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(2)	(2)
Destinação de lucros do exercício		-	-	-	226	(226)	-
Saldos em 31/12/18 (Reapresentado)		**38.000**	**(32.000)**	**12**	**226**	**-**	**6.238**
Integralização de capital		-	29.880	-	-	-	29.880
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.581	1.581
Constituição de reserva legal		-	-	79	-	(79)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(15)	(15)
Destinação de lucros do exercício		-	-	-	1.487	(1.487)	-
Saldos em 31/12/19		**38.000**	**(2.120)**	**91**	**1.713**	-	**37.684**

Demonstrações do Resultado

	Nota	2019	2018 (Reapresentado)
Receita líquida		**1.912**	**263**
Despesas administrativas			
Despesas pessoal e administrativas	6	(311)	(32)
Lucro antes do resultado financeiro		**1.601**	**231**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	8	33	19
Despesas financeiras		(1)	-
		32	**19**
Lucro antes do IR e da CS		**1.633**	**250**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente		(8)	(4)
Diferido		(44)	(6)
Lucro do exercício		**1.581**	**240**
Quantidade média ponderada de ações		**38.000.000**	**38.000.000**
Prejuízo por ação - R$		**0,0416**	**0,0063**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2019	2018 (Reapresentado)
Lucro do exercício	**1.581**	**240**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**1.581**	**240**

Demonstrações do Fluxos de Caixa

	2019	2018 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	1.581	240
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Clientes	(1.912)	(263)
Adiantamento a fornecedores	(681)	-
Imposto a recuperar	(13)	-
Fornecedores	(1)	6
Obrigações tributárias	(3)	5
Impostos diferidos	44	6
Outras contas a pagar	1.000	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**15**	**(6)**
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisições de propriedades de investimentos	(35.885)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(35.885)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	29.880	5.999
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**29.880**	**5.999**
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(5.990)**	**5.993**
No início do exercício	5.994	1
No fim do exercício	4	5.994
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(5.990)**	**5.993**

Demonstrações do Valor Adicionado

	2019	2018 (Reapresentado)
Receita Bruta	1.945	263
Outras receitas	33	19
Perdas/Recuperação de valores ativos	(1)	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(311)**	**(32)**
Custos dos serviços prestados	(1)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas	(310)	(32)
Valor adicionado bruto	**1.634**	**231**
Depreciação, amortização e exaustão	**(1)**	**-**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.633**	**231**
Valor adicionado recebido em transferência	**33**	**19**
Receitas financeiras	33	19
Valor adicionado total a distribuir	**1.666**	**250**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	(32)	(4)
Remuneração direta	(25)	(3)
Benefícios	(6)	(1)
Impostos, taxas e contribuições	(8)	(4)
Federais	(8)	(4)
Remuneração de capitais de terceiros	-	-
Aluguéis	-	-
Remuneração de capitais próprios	(1.626)	(242)
Lucros retidos / prejuízo do exercício	(1.626)	(242)
Valor adicionado total distribuído	**1.666**	**250**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Pátria Terras Agrícola III S.A. ("Sociedade"), com sede na Cidade de São Paulo/SP, Avenida Cidade Jardim, 803, 9º andar, Sala 1, CEP 01453-000, e filial no Município de São Desiderio/BA, na Fazenda Tupi I, Distrito de Roda Velha - Zona Rural, CEP 47820-000, foi constituída em 26/3/15 tem por objeto social: (i) a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresariais ou não, ou fundos de investimento, na qualidade de sócio, acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior; (ii) a administração de bens próprios a administração de bens próprios; (iii) a realização de atividades agrícolas relacionadas ao cultivo, colheita a venda de soja, e milho ou outras culturas, seja diretamente ou através da contratação de terceiros operadores. Em 30/10/18, a Sociedade celebrou com Ricardo Hidecazu Uemura e Marcia Fumie Suzuki Uemura um compromisso de compra e venda de um imóvel rural em São Desidério, Bahia, de 3.125 hectares totais, com 2.246 hectares agricultáveis; essa transação foi concluída em 24/1/19, o valor da aquisição foi de R$ 35.885 que engloba o valor total das fazendas (Fazenda Tupi, Fazenda Tupi III, Fazenda Tupi V, Fazenda Hidoeme e suas benfeitorias) e também os custos relacionados a operação. Em 30/11/18, a Pátria Terras Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia adquiriu 51,8% das ações da Sociedade da Pátria Terras Internacional - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis: 2.1.** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração no seu gerido. **2.2.** Autorização para a emissão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 9/4/21. **2.3. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo pago na compra de ativos. **2.3.** Moeda funcional de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R$, que é a moeda funcional e de apresentação. **2.4.** Normas vigentes a partir de 1/1/19 (CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil". A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: I. Reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais. **ii.** Reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente. **iii.** Reconhecer a depreciação e os juros no arrendamento separadamente no resultado. A Administração da Sociedade concluiu que não há impactos nas demonstrações financeiras. **2.5.** Contas a receber de clientes: Registradas inicialmente ao valor justo e posteriormente ao custo amortizado menos qualquer perda por redução ao valor recuperável. Provisões adequadas para perdas estimadas são registradas no resultado quando há evidência objetiva de que os ativos não poderão ser recuperados, com base uma análise das contas a receber realizada pela Administração da Sociedade. **2.6.** Demais ativos circulantes e não circulantes: Demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. **2.7.** Propriedade para investimento: Representados por terrenos mantidos para auferir rendimento de aluguel, conforme divulgado na nota 7. A propriedade para investimento é registrada pelo método de custo com base no valor de aquisição, formação ou construção. Os gastos incorridos com reparos, empilamentos e manutenção que representem melhoria e aumento da capacidade ou de vida útil são capitalizados, enquanto os demais são registrados no resultado do exercício. A recuperação da propriedade de investimento por meio das operações futuras é acompanhada periodicamente. **2.8.** Tributação: A Sociedade vem adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. Em cada trimestre, para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, aplica-se sobre a receita bruta auferida o coeficiente fixado pela legislação vigente de 8% aplicável a receita de atividade rural. O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R$240 ao ano. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **2.9.** Demais passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais. **2.10.** Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida de acordo com o regime de competência. A receita da participação na parceria agrícola é reconhecida de forma linear com base no preço médio de saca de soja a valor de mercado multiplicado pela quantidade de hectares objeto da parceria agrícola de acordo com o contrato. **2.11.** Reapresentação das demonstrações financeiras para a exercício findo em 31/12/18 (reapresentado): Durante o exercício de 31/12/19, a Administração revisou as suas práticas contábeis para o reconhecimento de receita e capitalização dos custos necessários da colheita em no reconhecimento da receita linear dos contratos de arrendamento. Por essa razão, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/18 estão sendo reapresentadas conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os efeitos dos ajustes contabilizados em decorrência deste erro impactam apenas o exercício findo de 31/12/18 e estão apresentados abaixo:

Balanço patrimonial	Saldos anteriormente apresentados	Ajustes	31/12/18 Saldos reapresentados
Ativo circulante			
Contas a receber (a)	-	263	263
Passivo circulante			
Impostos diferidos (a)	-	6	6
Dividendos propostos (b)	-	2	2
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros (b)	(17)	255	238
Demonstração do resultado			
Receita líquida (a)	-	263	263
IRPJ e CSLL diferidos (a)	-	(6)	(6)
Lucro líquido do exercício	(17)	257	240

Demonstrações do fluxos de caixa	Saldos anteriormente apresentados	Ajustes operacionais	31/12/18 Saldos reapresentados
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício	(17)	257	240
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa nas atividades operacionais:			
Contas a receber	-	(263)	(263)
Impostos diferidos	-	6	6
(a) Revisão da adoção da prática contábil de reconhecimento da receita dos contratos de arrendamento de forma linear, em consonância com as práticas contábeis. (b) Efeito dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido. **3. Principais fontes de julgamento e estimativas:** No preparo das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Mudanças em estimativas contábeis podem ser necessárias se acorrerem alterações nas circunstâncias nas quais elas foram baseadas ou como resultado de novas informações ou de maior experiência. Essas mudanças são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada. As principais premissas adotadas sobre o futuro e incertezas na estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas, envolvendo risco relevante de causar ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são as seguintes: Propriedade para investimento - esses ativos são classificados a testes de "impairment" anualmente ou quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que seu valor contábil pode não ser recuperável. Caso existam indicadores de redução ao valor recuperável, são feitos estimativas dos fluxos de caixa futuros resultantes do uso de ativo e de sua eventual alienação. Os resultados efetivos podem variar significativamente dessas estimativas de fluxos de caixa descontados. Fatores como mudanças no uso planejado dos prédios, mudanças no desempenho dos ou fechamento de unidades, presença ou ausência de concorrentes, obsolescência técnica ou vendas abaixo das expectativas para produtos com base em contratos capitalizados poderiam resultar em vidas úteis mais curtas ou redução no valor recuperável. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderão resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2019	2018
Caixa	4	1
Banco Itaú S.A.	-	75
Banco Itaú S.A. - Aplicação Itaú	-	5.918
Total	**4**	**5.994**

Em 31/12/2019 e de 2018, a Sociedade possuía saldo de caixa na modalidade Certificado de Depósito Bancários - CDB, com fases de vencimentos operações entre 81% e 95% do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI.

5. Contas a receber de parceria agrícola:	2019	2018 (reapresentado)
Contas a receber (parceria agrícola)	2.175	263

Refere-se ao valor correspondente à participação de terceiros a receber conforme contrato de parceria agrícola até 31/12/2019 e de 2018.

6. Adiantamento de fornecedores:	2019	2018
Adiantamento a fornecedores	681	-

Trata-se de adiantamento de fornecedores advocatícios referentes para a aquisição da propriedade para investimento (nota 7) adquirida em 2018.

7. Propriedade para investimento:	Terras/ha	2019	2018
Propriedade para investimento	3.125	35.885	-

O imóvel classificado na rubrica de "Propriedade para investimento" refere-se ao terreno

Verstappen brilha e dá o troco em Lewis Hamilton na Itália

Por Tiago Mendonça

Com um desempenho impecável, Max Verstappen, da Red Bull, superou a frustração do primeiro GP do ano, no Bahrein, e conseguiu dar o troco em Lewis Hamilton, da Mercedes, no domingo, 18, ao vencer o GP da Emília Romagna de Fórmula 1, no circuito de Imola, na Itália.

Mesmo largando do terceiro lugar no grid, Max foi arrojado e ultrapassou seu companheiro de equipe, Sergio Pérez, e o pole Lewis Hamilton para assumir a liderança da prova, posição que manteve sem grandes sustos até a bandeirada final. Max e Hamilton chegaram a se tocar na primeira curva e o inglês da Mercedes perdeu parte da asa dianteira.

"Foi importante largar bem. Você precisa estar na frente em Imola, pois é uma pista muito difícil de se ultrapassar. Até eu fiquei surpreso com minha largada", destacou Verstappen. O piloto que venceu largando da posição mais distante do grid em toda a história da corrida foi Nelson Piquet, em quinto lugar em 1980 e 1981.

Foto: Red Bull Content Pool

Max *Verstappen*

Com um começo de corrida com a pista molhada, muitos pilotos enfrentaram dificuldades para se manter no traçado, facilitando ainda mais a vida do holandês, que já disparava na liderança. Após a paralisação por causa do acidente violentíssimo envolvendo Valtteri Bottas e George Russell, a pista acabou secando, mas o cenário não mudou para o piloto holandês, que seguiu liderando, terminando a corrida 22 segundos à frente de Hamilton.

"Para ser honesto, foi muito difícil permanecer no caminho certo. Mas tudo correu muito bem hoje (domingo)", ressaltou Max, que chegou a cometer um pequeno erro em uma das relargadas, mas escapou ileso. "Foi difícil decidir quando ir para os pneus de pista seca. Tínhamos pouca aderência, os pneus já começavam a ficar mais desgastados, mas ainda era cedo para os de pista seca. Com tudo isso, acredito que escolhemos a melhor volta para parar", continuou ele.

Agora o campeonato de pilotos fica ainda mais acirrado. Com 43 pontos, Verstappen está a apenas um ponto de Hamilton, que fez uma corrida de recuperação chegando em segundo e ainda segue na liderança graças ao ponto extra da volta mais rápida da corrida. Hamilton teve problemas no pit stop, chegou a bater durante a prova e ficou próximo de um abandono.

Pra sorte dele, a corrida foi interrompida em bandeira vermelha por conta do caos do acidente entre Bottas e Russell e ele conseguiu sair da barreira de pneus onde havia batido, dando ré por toda a caixa de brita para voltar à prova. "Estamos próximos [no campeonato], mas precisamos manter a calma e acelerar ao máximo. Precisamos seguir melhorando, pois eles [Mercedes] já vieram bem melhores para esta corrida", avaliou Verstappen.

O campeonato retorna daqui a duas semanas com o GP de Portugal, em 2 de maio.

Dudu Barrichello estreia no automobilismo europeu em "experiência incrível" em Ímola

Foto: Dudu Barrichello

Neste final de semana Eduardo Barrichello fez sua estreia na Fórmula Regional by Alpine no circuito de Ímola, em evento conjunto com a Fórmula 1.

O piloto apoiado pela Toyota Gazoo Racing, XP Investimentos e ALE Combustíveis completou as duas corridas válidas pela primeira etapa certame em um grid de 32 carros.

A primeira prova foi de adaptação e Dudu finalizou a corrida em vigésimo lugar geral e oitavo entre os estreantes.

Na corrida 2 a história foi diferente. Mais adaptado à carga aerodinâmica do carro e ao motor turbo, fez belas ultrapassagens e terminou em 14º lugar e sétimo entre os estreantes.

Vindo do vice-campeonato da USF 2000 na última temporada, Dudu realiza a transição para a Europa nesta temporada, na repaginada categoria fruto da fusão da Fórmula Renault Eurocup com a Fórmula Regional.

O próximo compromisso do piloto pela categoria é no dia 09 de maio, na etapa de Barcelona, novamente em evento suporte de um GP da F1.

As corridas:

No sábado Barrichello realizou dois treinos classificatórios. Na primeira sessão, valendo vaga para a corrida de domingo, Barrichello fez o 16º tempo entre os 32 carros do grid. No segundo treino foi o 19º colocado.

A corrida 1 aconteceu no fim da tarde italiana e Dudu fez uma largada limpa e, embora tenha perdido posições, escapou dos múltiplos acidentes da primeira volta.

No segundo giro de corrida Brad Benavides escapou da pista devido a quebra da suspensão traseira direita na curva Acqua Minerale e provocou a primeira intervenção do safety-car.

A relargada foi dada faltando 22 minutos para fim, com liderança do pole position David Vidales, seguido por Alex Quinn. Eduardo Barrichello avançou duas posições e ocupava o 21º lugar.

Cinco minutos depois aconteceu a segunda intervenção do safety-car devido a escapada de pista de Tommy Smith, australiano companheiro de Barrichello na equipe JD Motorsport.

Após a bandeira verde a corrida seguiu com muitas disputas no meio do grid, Eduardo Barrichello tentava escalar o pelotão e após cair para vigésimo quarto, conseguiu recuperar quatro posições.

Faltando apenas um minuto para a bandeirada Kas Haverkort rodou depois de ser tocado por Patrik Pasma e bateu no muro, causando a terceira intervenção do carro de segurança.

O safety-car saiu faltando apenas alguns metros para o término da corrida e a vitória ficou com David Vidales. Barrichelo foi o vigésimo na geral e oitavo entre os rookies.

A segunda prova aconteceu no domingo, como preliminar do GP de Emília Romagna e a largada aconteceu sem grandes incidentes. O suíço Gregoire Saucy manteve a liderança, Dudu fechou a primeira volta na 18ª posição.

Jasin Ferati escapou da pista na terceira volta e causou o primeiro safety-car da corrida. Na relargada nada Saucy manteve a liderança enquanto Dudu batalhava para escalar o pelotão.

Após 16 minutos de prova Dudu já ocupava o 14º lugar, recuperando posições, quando o safety-car voltou à pista devido ao acidente envolvendo Alex Quinn e Dino Beganovic.

Faltando menos de dez minutos para o fim da corrida Barrichello travava uma batalha curva a curva com Brad Benavides e Lorenzo Fluxa, chegando a colocar lado a lado na variante Tamburello por duas vezes.

Na última volta, em disputa tripla com Benavides e Lorenzo Fluxa, Dudu ultrapassou Benavides e cruzou a linha de chegada em 14º lugar geral e sétimo na Rookie. Gregoire Saucy foi o vencedor da etapa.

Então são muitas coisas diferentes, a primeira corrida foi de adaptação e a segunda corrida foi muito divertida, eu acabei caindo para 18º lugar mas vim ultrapassando e subi para décimo terceiro. Tive um momento que acabou faltando sorte onde um carro quebrou na minha frente e eu caí para 15º, mas consegui no fim da última volta recuperar mais uma posição.

Também posso dizer que aprendi muito e me diverti demais nessa segunda corrida, com a atmosfera de correr junto com a Fórmula 1, então foi uma experiência incrível para mim, **disse Dudu Barrichello**."

Quartararo vence pela segunda vez e lidera tabela de classificação

Foto: Motogp

Marquez *(93) retornou em grande estilo*

Por Járcio Baldi

A Yamaha demonstrou que está muito forte para a temporada 2021. Até o momento, ganhou todos os três primeiros Grandes Prêmios, um com Viñales e dois com Quartararo. Com as duas vitórias, o piloto francês demonstrou estar mais maduro para alcançar o título, mas a corrida de Portugal mostrou que a temporada será bastante equilibrada. O vitorioso afirmou: "Honestamente, a Yamaha deu um grande passo em relação ao ano passado e mentalmente me sinto muito mais forte". Em segundo chegou Peco Bagnaia com a Ducati. O italiano foi o mais rápido no sábado, mas teve sua pole cancelada devido a uma bandeira amarela durante sua volta rápida fazendo o piloto largar da 12ª posição. Para remontar posições durante a prova, Bagnaia fez um esforço extra, desgastando seu equipamento e, se não fosse essa situação, certamente lutaria pela vitória e com grandes chances de êxito. O atual campeão do mundo Joan Mir fechou o pódio com sua Suzuki.

Mas os holofotes nesse final de semana em Portimão estavam focados de como seria o retorno ao Mundial do octacampeão Marc Márquez, e ele demonstrou ser realmente um fenômeno e mesmo com dores, recebeu a bandeirada em 7º. As lágrimas após a prova foram inevitáveis, mas segundo o piloto não foi pela dor e sim pela conquista após nove meses de incertezas em sua carreira. Na realidade Marc superou-se, e conseguiu terminar a prova estando entre os 10 primeiros. "Foi um alívio para mim, me sinto livre mentalmente. Poder subir em uma Motogp, sentir-me piloto novamente, mesmo não sendo da maneira como eu gostaria, ao entrar no box não contive a emoção. Eu estava sem dor, mas me faltava forças, foi algo do tipo: conseguimos. Foi o passo mais importante da recuperação. Estou muito feliz de poder terminar essa prova" relatou o piloto da Honda. Marc disse após a prova que se fosse pilotar ao seu estilo, não suportaria três voltas e que alguns músculos do braço ainda não trabalham como deveriam, mas sentiu que pouco a pouco retornará ao seu estilo. O ex-campeão Alex Crivillé escreveu em sua coluna que não descarta a possibilidade de Márquez ser campeão.

Na Moto2, o debutante na categoria, Raul Fernandes, venceu a prova. O campeonato agora é liderado pelo Australiano Remy Gardner, filho do ex-campeão das 500cc Wayne Gardner. A próxima etapa acontecerá em Jerez na Espanha dia 2 de maio.

Na categoria Moto3, Pedro Acosta de apenas 16 anos, está se firmando como um futuro grande campeão. Após vencer no Catar, largando dos boxes e com um atraso de sete segundos do pelotão, o espanhol venceu a segunda consecutiva. O piloto, que lidera o mundial, demonstrou mais uma vez que tem um estilo de pilotagem rápido e refinado.

Gabriel Medina assume a liderança no ranking da World Surf League na Austrália

O Rip Curl Narrabeen Classic apresentado pela Corona definiu as quartas de final na segunda-feira e três surfistas da seleção brasileira seguem na disputa dos títulos da terceira etapa do **World Surf League Championship Tour 2021**, o bicampeão mundial Gabriel Medina, Yago Dora e Tatiana Weston-Webb. Os dois bateram todos os recordes com seus aéreos nas ondas de Narrabeen e Medina assumiu a liderança no ranking 2021, com a inesperada derrota de Italo Ferreira nas oitavas de final. A primeira chamada para as quartas de final será as 6h45 da terça-feira em Sidney, 17h45 da segunda-feira no Brasil.

Os novos recordes do Rip Curl Narrabeen Classic foram registrados nos dois duelos brasileiros da segunda-feira na Austrália. O catarinense **Yago Dora** fez a melhor apresentação do evento contra o paranaense Peterson Crisanto, nas baterias da terceira fase que abriram o dia. **Yago** completou aéreos incríveis e o melhor valeu nota 8,83, que somou com o 7,50 que tinha recebido no voo anterior, para fazer o maior placar do campeonato, 16,33 pontos.

"No domingo tinha aquele vento maral fechando as ondas. Hoje (segunda-feira), mesmo um pouco menor, o vento terral deixa as ondas mais limpas e melhores para surfar", analisou **Yago Dora**. *"Eu caí em alguns aéreos no início, mas quando completei o primeiro, fiquei mais confiante e logo depois acertei o segundo. O Peterson é um dos meus surfistas favoritos no Tour. Lembro que no meu primeiro campeonato, ele tinha uns 15 anos e tirava duas notas 10 em cada bateria. Ganhava tudo e eu queria ser como ele, então estar neste grupo é incrível"*.

Nas oitavas de final, quem brilhou foi **Gabriel Medina** no confronto com Caio Ibelli. Ele decidiu ficar mais ativo dentro d´água, pegando várias ondas, enquanto **Caio** preferiu esperar pelas melhores. Só que a condição do mar estava difícil e a tática de Medina deu certo. Ele foi aumentando a vantagem a cada onda, até pegar uma direita boa e sair acelerando para voar muito alto, fazer o giro completo no ar e aterrissar com perfeição. Os juízes deram a maior nota do campeonato - 9,00 - para ele vencer fácil por 14,00 a 4,93 pontos.

"Estou feliz por conseguir pegar boas ondas nas baterias. Estou me divertindo e focado, porque eu quero chegar na final", disse **Gabriel Medina**, que competiu antes de **Italo Ferreira** e **John John Florence**, que também brigavam pela liderança do ranking em Narrabeen. *"Estou feliz pelas minhas notas e agora é esperar o último dia né, que vai ser irado. Graças a Deus está dando tudo certo até agora e esse evento aqui em Narrabeen está sendo incrível. Tem dado altas ondas, o lugar é maneiro e estou feliz por estar aqui"*.

Foto: Matt Dunbar

Italo *Ferreira*

O também bicampeão mundial **John John Florence** foi o próximo a competir e novamente foi batido pelo estreante na elite do CT 2021, **Morgan Cibilic**. Na etapa passada em Newcastle, o havaiano perdeu para ele na terceira fase e agora nas oitavas de final. O australiano mostrou mais uma vez toda a potência das suas manobras de borda e fez o segundo maior placar em Narrabeen, 15,70 pontos, somando notas 8,53 e 7,17. Agora, **Morgan Cibilic** vai voltar a enfrentar **Gabriel Medina**, que o derrotou nas semifinais em Newcastle.

A QUEDA DO LÍDER – Após a eliminação do terceiro colocado no ranking, entrou o líder **Italo Ferreira** precisando vencer para não perder a lycra amarela de número 1 da World Surf League para **Gabriel Medina**. O potiguar já mostrou que iria para os aéreos e começou voando muito alto numa direita, mas não completou. Repetiu o ataque numa esquerda e caiu também. Já **Conner Coffin** fez o tradicional, usando as manobras de borda numa esquerda para começar na frente com nota 5,00. O californiano logo consegue 5,67 e o brasileiro fica precisando de 8,60 pontos para vencer nos 10 minutos finais.

Italo então muda a tática e manda três batidas e rasgadas jogando água pra cima que igualam a maior nota do americano, 5,67. Com ela, passa a precisar de um 5,00 para vencer. Aí pega uma direita que forma a rampa para voar alto, faz o giro no ar e aterrisa em pé na prancha, porém os juízes avaliaram que a manobra não foi completada. Ele ainda faz duas tentativas e consegue os exatos 5,00 pontos que precisava para vencer. Só que **Conner** ainda pega uma onda e tira nota 5,80, para sacramentar a vitória por 11,47 a 10,67 pontos.

ÚLTIMO CLASSIFICADO – Com a derrota, **Italo Ferreira** caiu para a segunda posição no ranking e **Gabriel Medina** é quem vai vestir a lycra amarela de número 1 do World Surf League na próxima etapa da "perna australiana", que começa no dia 2 de maio em Margaret River. Em Narrabeen, **Medina** tenta chegar em sua quarta final consecutiva e **Yago Dora** é o único que pode repetir a final brasileira que aconteceu em Newcastle, que **Italo** venceu.

O catarinense usou a força das suas manobras de frontside para despachar o sul-africano **Jordy Smith** por 11,43 a 7,80 pontos no penúltimo duelo das oitavas de final. **Gabriel Medina** vai disputar a segunda vaga para as semifinais com a sensação australiana, **Morgan Cibilic**. Já **Yago Dora** vai fechar as quartas de final enfrentando o norte-americano **Griffin Colapinto**, que barrou o capitão da seleção brasileira, Adriano de Souza, na manhã da segunda-feira.

TRANSMISSÃO AO VIVO – O **Rip Curl Narrabeen Classic apresentado pela Corona** está sendo transmitido ao vivo pelo www.worldsurfleague.com e pelo aplicativo grátis da World Surf League e pelos canais da ESPN Brasil. A primeira chamada para as quartas de final foi marcada para as 6h45 da terça-feira na Austrália, 17h45 da segunda-feira no fuso horário de Brasília.

PERNA AUSTRALIANA – As quatro etapas da nova "perna australiana" são apresentadas pela Corona. O **Rip Curl Newcastle Cup** terminou no sábado com **Italo Ferreira** ganhando a disputa pela liderança do ranking na final com **Gabriel Medina**. A segunda é o **Rip Curl Narrabeen Classic**, que começou na sexta-feira com prazo até 26 de abril para ser encerrado em Sidney, também em New South Wales. As outras serão na região de West Australia, o **Boost Mobile Margaret River Pro** de 02 a 12 de maio em Margaret River e o **Rip Curl Rottnest Search** de 16 a 26 de maio em Rottnest Island.

Miguel Donha Jr.
Leiloeiro Oficial - Matrícula: 14/256L - Jucepar
www.donhaleiloes.com

149 veículos

COLISÃO - ROUBO/FURTO
ENCHENTE E
VEÍCULOS EM FIM
DE VIDA ÚTIL

11 3651-8800

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: 2 2008: 2019 2016 2017 2006 SW 2005 2007 2011 2012 3 2008: 2013 2014 2016 2017 2017 2018 2 308: 2012 2013 2012 2013 2 408: 2011 2012 2013 2014 AMAROK 2012 2013 APACHE 2010 2011 ASTRA 2003 2004 BIZ 125 2006 2007 C3 2008 2009 C4 2008 CELTA 2006 2007 2 C125: 1989 2007 CG 150 2014 5 CIVIC: 2010 2011 2016 2017 2014 2015 2004 2005 2007 2008 CLASSE C 2017 CLASSE E 2010 2011 CLASSE GLA: 2016 CLASSE GLE 2019 2020 CLASSE GLK 2014 6 CLASSIC: 2007 2008 2012 2013 2014 2015 2006 2007 2015 2016 2017 2018 CLIO: 2006 2007 2015 2016 2006 CROSS FOX 2008 CROSSTELLA 2012 2013 2014 2015 2016 2019 2 COROLLA: 2009 2008 2009 CORSA 2001 2 C.R-V: 2011 2011 DELIVERY 2010 2011 DS3 2012 2013 DUSTER 2015 2016 3 DOBLO: 2004 2005 2013 2014 2020 ETIOS 2015 2016 F 800 2013 FIESTA: 2018 2005 2006 2012 2013 2009 2010 2006 2007 2010 2013 2014 FIORINO 2009 FLUENCE 2017 2018 4 FOCUS: 2008 2013 2014 2011 2012 2011 2012 FOX 2013 2014 FRONTIER CD 2013 2014 7 GOL: 2011 2012 2011 1998 1999 2006 2007 1995 1996 2009 2010 GRAND VITARA 2011 2012 GSR 2015 2016 4 HB20: 2019 2020 2013 2014 HILUX: 2009 2011 2012 HR-V 2016 2130 2019 2020 2017 2018 2 JETTA: 2011 2012 2013 2014 2019 2020 2 MEGANE: 2007 2008 2012 2013 3 MONTANA: 2013 2014 2014 2015 2019 2020 NINJA 400 2018 2019 4 ONIX: 2019 2020 2020 2021 2020 2017 2018 5 PALIO: 2012 2004 2009 2010 2002 2013 POLO 2009 2010 PRISMA 2018 R 1200 2010 RANGER CD 2012 2013 2 S10: 2010 2011 2013 2014 3 SANDERO: 2013 2019 2020 2020 2020 2021 SANTA FE 2010 2011 SAVEIRO 2009 2016 SERIE 1 2011 2012 SERIE 3 2011 2012 SPACEFOX 2008 2009 2010 2011 SPACE FOX 2013 STRADA: 2011 2012 2015 2016 SW4 2019 2020 TORO 2019 2020 TRACKER 2017 4 TUBB: 2004 2020 2021 2015 2016 2008 2 VECTRA: 2009 2010 2011 VIRTUS 2018 2019 XBE 300 2009 2010 YARIS 2018 2019 YBR 125 2011 **ENCHENTE:** 2 ECOSPORT: 2013 2019 2020 ZAFIRA 2009 **ROUBO/FURTO:** 460 SUBARU 2011 S10 CABINE DUPLA 2014

Nº dos Chassis: 1C230753 Recortado 22330164 Recortado 42442418 Nomal 44576999 Remarcado 4H137877 Nomal 58645267 Nomal 5B030393 Nomal 5Z103699 Nomal 68380954 Nomal 63671311 Nomal 78265970 Nomal 7B168881 Recortado 7G181539 Nomal 7J797732 Nomal 7R013615 Recortado 7T062011 Nomal 86100387 Nomal 8G561982 Nomal 8J179174 Nomal 8J970230 Nomal 8R148448 Recortado 9B327242 Nomal 9Z102642 Nomal 9501724 Nomal 9506031 Nomal 9607253 Nomal 98853630 Normal 9B503168 Nomal 9B787790 Nomal A356189 Nomal A547774 Recortado A602721 Recortado A602722 Recortado A602723 Recortado A602724 Recortado A604019 Recortado AP042287 Normal AR001652 Normal AU773328 Normal AZY07932 Normal B001295 Normal BA320691 Normal BB303249 Normal BC422314 Normal BG048147 Normal BG504024 Normal BG506945 Normal BM010986 Normal BP161948 Normal BR106450 Normal BU664286 Normal BU104053 Normal C410012 Normal C581294 Normal C615460 Normal C747461 Normal CB009421 Normal CG503984 Normal CG832552 Recortado C082224 Normal C707676 Normal D502483 Normal D8803979 Normal DA014380 Normal DG002096 Normal DG025872 Normal DJ072614 Normal DJ331210 Normal DJ632895 Normal DM115015 Normal DR148740 Normal DS582795 Recortado DV500429 Normal DZ428479 Normal E4080216 Recortado E8880544 Normal EB005194 Normal EB135437 Normal EB147861 Normal EC426528 Normal EC467063 Normal EG021910 Recortado EG300864 Normal E3196826 Normal E3772953 Normal EM129424 Normal ER025171 Normal EZV87525 Normal FB151824 Normal FP321065 Normal FR161467 Normal FZ217033 Normal G069987 Normal G2204154 Recortado G1966336 Normal G1217557 Normal G1813766 Recortado G3186250 Normal G3125257 Normal GMH9028 Normal GM209462 Normal GP096602 Normal GP546138 Normal GP625083 Normal GZ165554 Normal HB030198 Normal HB038812 Recortado HL282807 Recortado HM004848 Normal HP776690 Normal HR319919 Recortado HZ101822 Normal J8145245 Normal JB026656 Normal JB616548 Normal JG107956 Recortado JG302751 Normal JL017706 Recortado KB023416 Normal KB036824 Normal KF500358 Normal KP532186 Normal KR410420 Recortado KR916934 Normal KZ076275 Normal L0276725 Normal L8768068 Normal L8828811 Normal LA153522 Recortado LB121577 Normal LD003216 Normal LG168851 Normal LG228859 Normal LJ220663 Normal LJ941671 Normal LKC97379 Normal LK279495 Normal M189819 Normal MG113044 Normal MJ384575 Normal MJ386110 Normal S114264 Recortado TT147281 Recortado WB604451 Recortado WP558776 Recortado

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE ESTÃO E NOS TERMOS DA LEI. NÃO HÁ TAXA DE ESTADIA. DÉBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO DEVE SER BAIXADO. LEILOEIRO OFICIAL - JUCEPAR 14256L. IMAGENS SEM MEDIDAS ILUSTRATIVAS. RUA PEDRO ZANETTI, 220 - COLOMBO - PR - TEL: 11 3651-8800

(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

ONLINE LEILÃO dia 20/04/2021 TERÇA-FEIRA

Leilão 11h30

Santana Administração de Bens Próprios S/A

CNPJ 00.278.338/0001-74 - NIRE 35300311654
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas a se reunirem às 14hs, do dia 30/04/2021, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 ano (05/2021 a 04/2022) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2022; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas. Devido à pandemia do Covid-19 e conforme o Artigo 9º da Lei nº 14.030/2020, comunicamos que a Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, acessível pelo aplicativo "ZOOM", cujo acesso será disponibilizado pela companhia, através de correio eletrônico, 24 horas antes da realização da Assembleia. Pederira/SP, 19/04/2021. **Diretores:** Ana do Carmo dos Santos Gouveia Lenzi; Mateus Lopes; Sérgio Ruas Dias Mauricio.

Empreendimentos Imobiliários Caracol S/A

CNPJ 53.859.120/0001-05 - NIRE 35300055578
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas a se reunirem em 1ª chamada, no dia 30/04/2021, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 ano (05/2021 a 04/2022) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2022; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas. Devido à pandemia do Covid-19 e Artigo 9º da Lei nº 14.030/2020, comunicamos que a Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, acessível pelo aplicativo "ZOOM", cujo acesso será disponibilizado pela companhia, através de correio eletrônico, 24 horas antes da realização da Assembleia. Pederira/SP, 19/04/2021. **Diretores:** Ana Tereza Lopes; Alexandre Magno dos Santos Gouveia; José Eduardo Ruas Dias Mauricio.

Segpartners Brasil Corretora de Seguros S/A

CNPJ/NIR Nº 04.772.866/0001-77 - NIRE Nº 35300148.262-0
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Digital

O Diretor Presidente, CONOCA sociedade anônima, para se reunirem em AGOs e realizar-se por meio eletrônico, através do sistema Zoom Meeting, no dia 30/04/2021, às 14hs em 1ª convocação com acesso remoto no fuso da lei do ou às 14:30hs em 2ª convocação com acesso remoto com qualquer número de participantes, para deliberarem sobre a ordem do dia e demais matérias: **Em AGO:** (i) demonstrações financeiras, relatórios da auditoria e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) destinação do resultado do exercício de 2020; e (i) Eleição do Conselho de Administração **Em AGE:** a) aprovação da Sociedade ser Sociedade Anônima por ações; b) aprovação da consequente extinção das referidas ações; (ii) extinção das ações Ordinárias e Preferenciais Tipo A em tesouraria e da totalidade das ações Preferenciais Tipo B; (c) convenção de parte das ações Preferenciais Tipo A em Ordinárias; d) desdobramento das ações restantes na forma do artigo 12 da Lei das S/Ac e) novo texto consolidado do Estatuto Social; f) re-ratificação da atual composição acionária da Companhia; e g) outros assuntos de interesse da Companhia. **Notas:** I) Assembleia acontecerá de forma digital conforme IN à DREI nº 79/2020, 2) As orientações para a participação e votação pelos Acionistas estão disponíveis na sede da Companhia e serão enviadas ao e-mail cadastrado dos Acionistas. 3) O acesso pelo Zoom Meeting atende aos requisitos de segurança previstos na lei. São Paulo, 16/04/2021. **Diretor Presidente**

vivo **LEILÕES ON LINE** FRAZÃO LEILÕES

Data: 23 de abril de 2021 às 14h00

ADAPTADORES, DESKTOPS, FONTES, HDs, HEADPHONES, IPADs, MACBOOKs, MONITORES, MEMÓRIA PARA DESKTOP, NOTEBOOKs, PLACAS DE VÍDEO, SCANNER, TECLADO, TELEFONES TERRA, TELEVISÕES E WEBCANs.

CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO

OBS: PODENDO APRESENTAR AVARIAS, FALTA DE COMPONETES E SEM GARANTIA DE FUNCIONAMENTO.

Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, ramal 1003, pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br

Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

BIOSANTA ACADEMIA LTDA.

CNPJ/NIE 10.272.640/0001-04 - NIRE 35.222.572.646
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os senhores sócios da **BIOSANTA ACADEMIA LTDA.** ("Sociedade") para a reunião de sócios da Sociedade a ser realizada em primeira convocação, no dia **27 de abril de 2021, às 10 horas**, por meio exclusivamente digital, na plataforma Zoom (o link de acesso será disponibilizado pela Sociedade), para deliberarem sobre o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras dos resultados e do patrimônio líquido da Sociedade relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com o disposto no artigo 1.078 do Código Civil. Os sócios que participarem remotamente da reunião, por meio da plataforma digital, serão considerados presentes e signatários da ata de reunião respectiva. Para participar e votar por meio da plataforma digital, os sócios deverão enviar à Sociedade, ao endereço de e-mail societario@smartfit.com, até 3 dias úteis antes da data de realização da reunião (ou seja, até as 10 horas do dia 22 de abril de 2021) solicitação acompanhada de cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do sócio, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is), (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na reunião de sócios, obedecidas as condições legais, e documento(s) de identidade do(s) procurador(es). A Sociedade enviará aos sócios que manifestarem seu interesse em participar da reunião, em resposta ao e-mail de solicitação e após a análise dos documentos enviados, um e-mail contendo as orientações para acesso e os dados para acesso à sistema eletrônico. A Sociedade não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos sócios. São Paulo, 16 de abril de 2021. **Edgard Gomes Corona** e **Thiago Lima Borges** - Diretores.

CENTRALE COMPRA, VENDA E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.

CNPJ/NIRE Nº 04.251.958/0001-66 - NIRE Nº 35.216.727.412
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os senhores sócios da **CENTRALE COMPRA, VENDA E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.** ("Sociedade") para a reunião de sócios da Sociedade a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2021, às 10 horas, **por meio exclusivamente digital,** na plataforma Zoom (o link de acesso será disponibilizado pela Sociedade), para deliberar sobre o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras dos resultados e mutações do patrimônio líquido da Sociedade relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com o disposto no artigo 1.078 do Código Civil. Os sócios que participarem remotamente da reunião, por meio da plataforma digital, serão considerados presentes e signatários da ata de reunião respectiva. Para participar e votar por meio da plataforma digital, os sócios deverão enviar à Sociedade, ao endereço de e-mail societario@smartfit.com, até 3 dias úteis antes da data de realização da reunião (ou seja, até as 10 horas do dia 21 de abril de 2021) solicitação acompanhada de cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do sócio, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is), (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na reunião de sócios, obedecidas as condições legais, e documento(s) de identidade do(s) procurador(es). A Sociedade enviará aos sócios que manifestarem seu interesse em participar da reunião, em resposta ao e-mail de solicitação e após a análise dos documentos enviados, um e-mail contendo as orientações para acesso e os dados para acesso à sistema eletrônico. A Sociedade não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos sócios. São Paulo, 16 de abril de 2021. **Edgard Gomes Corona** - Diretor.

Vientos Participações S.A.

CNPJ - 31.582.351/0001-10

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *Valores expressos em reais*

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.605.944	721.736
Impostos a recuperar	5	96.749	96.060
Títulos a receber	6	147.000	-
Despesas antecipadas		2.976	3.322
		1.852.669	**821.118**
Não Circulante			
Cessão de crédito	7	268.025.892	268.025.892
		268.025.892	**268.025.892**
Total do Ativo		**269.878.561**	**268.847.010**

Passivo	Notas	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	8	255.000	-
Obrigações tributárias	9	969	1.253
Títulos a pagar	10	1.755.743	61.000
		2.011.712	**62.253**
Não Circulante			
Empréstimos	11	275.402.007	266.942.308
		275.402.007	**266.942.308**
Patrimônio Líquido			
Capital social	13	27.215.545	27.215.545
Prejuízos acumulados		(34.750.703)	(25.373.096)
		(7.535.158)	**1.842.449**
Total do Passivo		**269.878.561**	**268.847.010**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultados

	Nota	2020	2019
Despesas operacionais			
Despesas com serviços prestados	15	(91.577)	(4.118.379)
Despesas tributárias		(7.003)	(9.340)
Despesas com pessoal		(14.238)	-
Despesas administrativas	14	(667.419)	(23.552)
Outras despesas		(5.780)	(2.961)
		(919.997)	**(4.154.232)**
Resultado antes do resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	2.143	447.179
Despesas financeiras	16	(8.459.753)	(24.063.076)
		(8.457.610)	**(23.615.897)**
Prejuízo líquido do exercício		**(9.377.607)**	**(27.770.129)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2020	2019
Prejuízo líquido do exercício	(9.377.607)	(27.770.129)
Resultado abrangente do exercício	**(9.377.607)**	**(27.770.129)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(9.377.607)	(27.770.129)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Ajuste de exercício anterior	-	(308.520)
	(9.377.607)	**(28.096.649)**
Diminuição (aumento) nas contas de ativos		
Impostos a recuperar	(689)	(96.060)
Títulos a receber	(147.000)	-
Despesas antecipadas	346	(3.322)
Aumento (diminuição) nas contas de passivos		
Fornecedores	255.000	(194.151)
Obrigações tributárias	(284)	(1.668.416)
Títulos a pagar	1.694.743	61.000
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**(7.575.491)**	**(29.997.598)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	12.214.545
Empréstimos	8.459.699	17.638.063
Cessão de crédito	-	(4.137.250)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	**8.459.699**	**25.715.360**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**884.208**	**(4.282.238)**
Demonstração da variação de caixa		
Saldo em caixa e bancos	721.736	5.003.974
Disponibilidades e aplicações financeiras no final do período	1.605.944	721.736
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**884.208**	**(4.282.238)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Patrimônio Líquido

	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**17.001.000**	**(2.000.000)**	**2.723.553**	-	**17.724.553**
Integralização de capital conforme Ata 30.01.2019	-	2.000.000	-	-	2.000.000
Aumento de capital conforme Ata 06.03.2019	1.014.545	-	-	-	1.014.545
Aumento de capital conforme Ata de 12.06.2019	8.200.000	-	-	-	8.200.000
Aumento de capital conforme Ata de 27.11.2019	1.000.000	-	-	-	1.000.000
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	(326.520)	(326.520)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(27.770.129)	(27.770.129)
Absorção do prejuízo	-	-	(2.723.553)	2.723.553	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**27.215.545**	-	-	**(25.373.096)**	**1.842.449**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**27.215.545**	-	-	**(25.373.096)**	**1.842.449**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(9.377.607)	(9.377.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**27.215.545**	-	-	**(34.750.703)**	**(7.535.158)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Vientos Participações S/A ("Companhia") foi constituída em 26 de março de 2018 com a finalidade de prestar a cessão de crédito no valor de R$ 20.000.000, tendo com garantia a cessão fiduciária das ações da CGI SPVs e a Cessão Fiduciária das Ações da Fiadora. No mês de dezembro de 2018 foi liberado o montante de R$10.000.000. O valor da cessão de crédito incidirá juros a uma média ponderada dos financiamentos diários acumulados pela SELIC, além de juros de mora conforme cláusulas 6 e 7 do Contrato de Mútuo. Em 16 de maio de 2019 foi assinado Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Créditos sem Coobrigação e Outras Avenças entre a Vientos Participações S.A e Ativas Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, resolvem e mutualmente outorgar e aceitam, que todos os direitos e obrigações com relação aos Direitos Cedidos relacionados acima são cedidos e transferidos, na proporção de 15 (dez) ações para o Cessionário. Ativas Cedente ao Cessionário sem coobrigação ou qualquer garantia de pagamento pelo Cedente ao Cessionário.

8. Fornecedores	2020	2019
FVI Serviços Administrativos para Empresas Ltda.	255.000	-
Total	**255.000**	-

9. Obrigações tributárias:	2020	2019
Retenções sociais a pagar	308	560
PIS/COFINS	607	642
Outras obrigações	54	51
Total	**969**	**1.253**

10. Títulos a pagar: A operação refere-se a Compartilhamento da Estrutura Administrativa e Operacional entre as partes. A fim de otimizar o desenvolvimento das atividades das Partes em seus respectivos territórios, e o rateio das Despesas a elas correspondentes.

	2020	2019
	727.541	61.000
Vientos Agrícolas Intermediação de Negócios	1.028.202	-
Energia do Caninde Participações Sociétarias S.A.	-	-
	1.755.743	**61.000**

11. Empréstimos:

Instituição	2020	2019
Banco do Brasil	275.402.007	266.942.308
Total dos financiamentos	**275.402.007**	**266.942.308**

Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Crédito sem Coobrigação e Outras Avenças, firmado entre o Banco do Brasil e a Companhia ("Contrato de Cessão"), sendo o preço de cessão no valor de R$245.522.417 a ser pago em três anos da assinatura do Contrato, tendo como garantia a) cédula de crédito bancário, b) penhor de ações e outras avenças, c) de acordo de credores, compartilhamento de garantias, direitos e outras avenças, d) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, e) contrato de penhor de direitos creditórios, e) instrumento de constituição de penhor em primeiro e segundo grau e outras avenças, f) contrato de penhor de ações e de direitos, entre outras garantias listadas no contrato de cessão e a cessão incidirão encargos financeiros correspondentes a 115% da taxa média do CDI. **12. Provisão para Contingências:** A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2020 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável e possível de perda. **13. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O Capital Social está representado por 27.215.545 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **b) Dividendos:** Ações ordinárias são assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Conforme Art. 15 do Estatuto Social da Companhia os dividendos estarão sujeitos à aprovação prévia e escrita dos acionistas.

14. Despesas administrativas:	2020	2019
Apoio administrativo	(627.902)	-
Fretes e carretes	-	(3.768)
Viagens e hospedagens	-	(12.005)
Outras despesas	(39.517)	(7.779)
Total	**(667.419)**	**(23.552)**

15. Despesas com serviços prestados:	2020	2019
Honorários de advogados	-	(3.170.075)
Honorários de consultoria e auditoria	(91.577)	(590.560)
Propaganda e publicidade	-	(87.759)
Outras despesas	-	(269.985)
Total	**(91.577)**	**(4.118.379)**

16. Resultado financeiro líquido:	2020	2019
Receitas financeiras		
Renda de créditos vinculados	-	464.257
Receita financeira	2.248	5.393
(-) Impostos sobre receita financeira	(105)	(22.430)
	2.143	**447.179**
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(22)	(107)
Juros passivos	(8.459.699)	(17.143.712)
Reversão de provisão	-	(6.892.943)
Outra despesa financeira	(32)	(26.314)
	(8.459.753)	**(24.063.076)**
Total	**(8.457.610)**	**(23.615.897)**

17. Cobertura de Seguros (não auditado): A Companhia possui cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir possíveis riscos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão quanto a suficiência das coberturas de seguros, a qual foi determinada pela administração. **18. Instrumentos Financeiros:** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em comparação com as vigentes no mercado. A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operações com instrumentos que prestam a especulação com riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no período. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **19. Transações substanciais - Combate aos efeitos da COVID-19 "Coronavírus":** A administração da Companhia vem acompanhando sistematicamente, e qualitativa e/ou quantitativamente, os impactos que seus negócios podem sofrer nos mercados em função de um possível desaquecimento da economia local, nacional e global. Contudo, não seja possível prever nesse momento a extensão e duração dos possíveis impactos do COVID-19 em nossa economia, a administração da Companhia entende que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócio e a mensuração dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. A Companhia mantém as providências que estão sendo tomadas pelas autoridades de saúde sejam capazes e suficientes para conter a expansão do COVID-19 em nível local, nacional e global. **20. Evento Subsequente:** Não ocorreu outros eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Diretoria

Sr. Gustavo Florentino Ribeiro

Contador

Sra. Fabiana D'Avila Souza

Jefferson Augusto Pessoa dos Santos - CRC MG 123005/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmo Srs. Aos Administradores e Acionistas da Vientos Participações S.A. - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Vientos Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as mencionadas demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Vientos Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia manter a sua operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso desta base de contabilidade na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realística para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o propósito de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional. Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 26 de março de 2021. **Moore Consulting Neves Auditores Independentes** - CRC - MG 006494/O-4; **Adelmo de Oliveira** - Contador - CRC-MG 46.236.

Captalys Companhia de Crédito - CNPJ/NIE Nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da Captalys Companhia de Crédito ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") na sede social da Companhia, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1017, 10º andar (parte), Itaim Bibi, CEP 04530-001, na Capital do Estado de São Paulo, no dia 28 de abril de 2021, às 10h, a fim de deliberarem a respeito das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **1.** aprovar a realização da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), referente a emissão de 90.000 (noventa mil) e no máximo de 166.000 (cento e sessenta e seis mil) Debêntures, ao valor de R$1.000,00 (um mil reais) cada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; **2.** aprovar os termos e disposições previstos no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Companhia ("Escritura de Emissão") a ser celebrado entre a Companhia e o Fundo de Investimento em Participações Development Fund Without Frontiers ("Fundo"), na qualidade de investidor, que formalizará a Emissão; **3.** aprovar a concessão de garantias reais no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, alienação fiduciária sobre ações de emissão da Companhia e ações de emissão da Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A., alienação fiduciária sobre quotas de emissão da Captalys Gestão Ltda., Captalys Serviço de Crédito Ltda., Captalys Pagamentos Ltda. e IDTRust Tecnologia de Software Ltda., direitos autorais, cessão fiduciária sobre quaisquer Bens de recreitas da Companhia, recebíveis e os fluxos atualmente oneradas em favor de operação bancária existente, com o comprometimento de constituir esta garantia em cessão fiduciária assim que tais fluxos estejam liv

REC Resi II Participações S.A

CNPJ/MF nº 17.550.000/0-55

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (em milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo / Circulante	**543**	**22.932**	**253.138**	**217.555**
Caixa e equivalentes de caixa	417	22.868	71.478	51.440
Contas a receber	75	-	120.307	45.510
Imóveis a comercializar	-	-	59.156	119.359
Adiantamentos a terceiros	-	-	1.356	836
Tributos a recuperar	50	2	525	258
Outros créditos	-	62	316	152
Não circulante	**161.650**	**128.993**	**43.861**	**21.242**
Contas a receber	-	-	43.861	19.380
Imobilizado	-	-	-	2.865
Investimento em controlada	161.650	128.993	-	-
Total do ativo	**162.193**	**151.925**	**296.999**	**238.797**
Passivo / Circulantes	**22**	**10**	**64.389**	**54.451**
Fornecedores	9	8	9.266	1.490
Terrenos a pagar	-	-	21	769
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.404	29
Adiantamentos de clientes	-	-	41.676	46.906
Tributos a recolher	13	2	7.715	1.076
Outras obrigações	-	-	5.006	2.580
Provisões	-	-	2.301	1.601
Não circulante	**16.194**	**4.886**	**53.015**	**10.198**
Empréstimos e financiamentos	-	-	33.285	4.404
Dividendos a pagar	15.182	3.873	13.841	3.873
Tributos Diferidos	1.013	1.013	5.889	1.921
Patrimônio líquido	**145.977**	**147.029**	**179.595**	**174.148**
Capital social	104.823	111.563	104.823	111.563
Reserva de lucros	41.022	12.374	41.022	12.374
Ajuste avaliação patrimonial	132	132	132	343.152
AFAC	-	22.960	-	22.960
Total de patrimônio líquido dos acionistas controladores	**145.977**	**147.029**	**145.977**	**147.029**
Total do patrimônio líquido dos acionistas não controladores	-	-	**33.618**	**27.119**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**162.193**	**151.925**	**296.999**	**238.797**

Demonstrações do resultado	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacionais líquidas	-	-	262.527	139.717
Custo com imóveis vendidos	-	-	(188.366)	(96.384)
Lucro bruto	-	-	**75.943**	**33.334**
Despesas (receitas) operacionais				
Gerais e administrativas	(332)	(237)	(6.538)	(17.649)
Tributárias	-	-	(15)	(1)
Provisão para perda de crédito esperada	-	-	(2.532)	(1.305)
Resultado de equivalência patrimonial	52.187	11.179	-	-
Resultado operacional antes dos resultados financeiros	**51.855**	**10.942**	**66.656**	**14.576**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			**Reservas de Lucro**	
	Capital social	**Reserva legal**	**de Lucro**	**Total do exercício**
Saldo em 31/12/2018	**111.563**	**222**	**3.734**	-
AFAC	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-
Absorção de prejuízos	-	-	-	-
Reversão dividendos	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.040
Destinação do Lucro:				
Constituição de reservas	-	552	7.866	(8.418)
Dividendos a pagar	-	-	-	(2.622)
Saldo em 31/12/2019	**111.563**	**774**	**11.600**	-
Deliberações de exercícios anteriores:				
Distribuição de dividendos de 2019	-	-	(3.127)	-
Antecipação de dividendos de 2019	-	-	(7.831)	-
Deliberações do exercício corrente:				
Aumento de capital	22.960	-	-	-
Redução de capital	(29.700)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	51.943
Destinação do Lucro:				
Constituição de reservas	-	2.597	37.009	(39.606)
Dividendos a pagar	-	-	-	(12.337)
Saldo em 31/12/2020	**104.823**	**3.371**	**37.651**	**0**

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (em milhares de Reais)				
Demonstrações do Resultado	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras	102	103	1.935	1.851
Despesas financeiras	-	(5)	(879)	(283)
Resultado financeiro antes do imposto de renda e da contribuição social	**51.957**	**11.040**	**67.712**	**16.144**
Imposto de renda e CS corrente	(13)	-	(4.955)	(218)
Imposto de renda e CS diferido	-	-	-	(2.686)
Lucro(prejuízo)líquido do exercício	**51.944**	**11.040**	**62.757**	**13.240**
Atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	**51.944**	**11.040**
Acionistas não controladores	-	-	**10.812**	**2.200**
	Capital social	**Reserva de Lucro**	**Ajuste de Avaliação patrimonial**	**Adiantamento para aumento de capital**	**Total do patrimônio líquido controladores**	**Participação acionistas não controladores**	**Total do patrimônio líquido consolidado**
Saldo em 31/12/2018	**111.563**	**222**	**3.734**	**132**	**5.570**	**121.221**	**24.795**	**146.006**
AFAC	-	-	-	-	17.390	17.390	134	17.524
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.040	2.200	13.240	
Destinação do Lucro								
Constituição de reservas	-	552	7.866	(8.418)	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(2.622)	-	(2.622)	-	(2.622)
Saldo em 31/12/2019	**111.563**	**774**	**11.600**	**132**	**22.960**	**147.029**	**27.119**	**174.148**
Deliberações de exercícios anteriores:								
Distribuição de dividendos de 2019	-	-	(3.127)	-	-	(3.127)	-	(3.127)
Antecipação de dividendos de 2019	-	-	(7.831)	-	-	(7.831)	-	(7.831)
Deliberações do exercício corrente:								
Aumento de capital	22.960	-	-	-	(22.960)	-	(4.313)	(4.313)
Redução de capital	(29.700)	-	-	-	-	(29.700)	-	(29.700)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	51.943	10.812	62.756	
Destinação do Lucro:								
Constituição de reservas	-	2.597	37.009	(39.606)	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(12.337)	-	(12.337)	-	(12.337)
Saldo em 31/12/2020	**104.823**	**3.371**	**37.651**	**0**	**132**	**145.977**	**33.618**	**179.595**

Thiago Carmello Publicidade da Costa - CPF: 091.440.386-70 **Ronualdo Figueredo Delgado** - CRC: TSP-257948/O-0

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

ASSOCIAÇÃO CONCEPCIONISTA DO ENSINO

C.N.P.J. nº 62.428.560/0001-07

Demonstração Financeira de 2020 e 2019

Balanço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Nota	2.020	2.019
Circulante		**10.540.042**	**358.258**
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.521.967	343.152
Outros ativos circulantes		18.075	15.106
Não Circulante		**750.672**	**750.672**
Realizável a longo prazo		**224.602.787**	**223.850.177**
Impostos a recuperar	5	750.672	750.672
Propriedades para investimento - imóveis	6	100.879.101	98.552.465
Imobilizado, líquido	7	123.723.686	125.297.712
Total do Ativo		**235.893.501**	**224.959.106**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2.020	2.019
Circulante		**131.562**	**111.479**
Obrigações sociais e trabalhistas		131.489	111.364
Obrigações fiscais		73	115
Não Circulante		**43.634.531**	**36.446.926**
Empréstimos - Parte relacionada	8a	33.354.578	36.446.926
Contas a pagar - Parte relacionada	8b	10.279.953	-
Patrimônio Líquido		**192.127.408**	**188.400.700**
Patrimônio social		75.767.443	74.716.118
Ajuste de avaliação patrimonial	9	112.633.259	116.044.889
Superávit (déficit) dos exercícios		3.726.706	(2.360.307)
Total do Passivo		**235.893.501**	**224.959.106**

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

	Nota	2.020	2.019
Receitas		**14.524.507**	**4.568.448**
Recursos Próprios			
Receitas com locações	6	4.918.288	3.757.022
Receitas com alienação de ativos	1b	6.784.698	-
Receitas com doações		895.568	810.576
Receitas diversas		6.049	850
Receitas com serviços voluntários	10	1.919.904	-
Total de Receitas		**14.524.507**	**4.568.448**
Despesas			
Despesas com pessoal		(1.025.453)	(1.060.054)
Serviços gerais		(607.276)	(588.807)
Serviços médicos		-	(10.165)
Assistência médica - plano de saúde		-	(395.861)
Materiais e insumos		(16.464)	(15.811)
Impostos, taxas		(32.314)	(140.241)
Publicidade e publicações		(15.805)	(27.714)
Conservação e reparos		(81.691)	(68.042)
Serviços públicos		(107.482)	(248.715)
Depreciação	7b	(3.989.835)	(3.433.137)
Arrendamento		(3.005.674)	(946.012)
Despesas com serviços voluntários	10	(1.919.904)	-
		(10.801.898)	**(6.934.559)**
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas			
Receitas financeiras		12.835	7.143
Despesas financeiras		(8.738)	(1.339)
		4.097	**5.804**
Superávit (Déficit) dos Exercícios		**3.726.706**	**(2.360.307)**

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

	2.020	2.019
Superávit (Déficit) dos Exercícios	**3.726.706**	**(2.360.307)**
Outras resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente dos Exercícios	**3.726.706**	**(2.360.307)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

	2.020	2.019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) dos exercícios	**3.726.706**	**(2.360.307)**
Ajustado por:		
Depreciação	3.989.835	3.433.137
Arrendamento	-	(2)
Superávit dos exercícios ajustados	**7.716.541**	**1.072.828**
Variações nos ativos e passivos		
Outros ativos	(2.969)	334
Contas a pagar	-	(9.193)
Obrigações sociais e trabalhistas	20.125	1.031
Obrigações fiscais	(42)	87
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**7.733.655**	**1.065.087**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(4.742.446)	(268.349)
Alienação de imóveis - recebimento	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(4.742.446)**	**(268.349)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação (pagamento) de empréstimos com entidade congênere	7.187.605	(730.636)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**7.187.605**	**(730.636)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**10.178.815**	**66.103**
Demonstração de aumento do caixa		
Saldo inicio do caixa		
No início do exercício	343.152	277.049
No fim do exercício	10.521.967	343.152
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**10.178.815**	**66.103**

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

Descrição	2.020	2.019
1 - Receitas	**12.604.603**	**4.568.448**
1.1 - Serviços (locação de imóveis)	4.918.288	3.757.022
1.2 - Outras receitas	7.686.315	811.426
2 - Serviços e Insumos	**3.834.392**	**2.301.127**
2.1 - Materiais	607.276	588.807
2.2 - Serviços médicos	-	10.165
2.3 - Assistência médica - Plano de Saúde	-	395.861
2.4 - Materiais e insumos	16.464	15.811
2.5 - Conservação e reparos	81.691	68.042
2.6 - Publicidade e propaganda	15.805	27.714
2.7 - Serviços públicos e comunicação	107.482	248.715
2.8 - Outras despesas gerais e administrativas	3.005.674	946.012
3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	**8.770.211**	**2.267.321**
4 - Retenções	**3.989.835**	**3.433.137**
4.1 - Depreciação	3.989.835	3.433.137
5 - Valor Adicionado Líquido (3 - 4)	**4.780.376**	**(1.165.816)**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**12.835**	**7.143**
6.1 - Receitas financeiras	12.835	7.143
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	**4.793.211**	**(1.158.673)**
8 - Distribuição do Valor Adicionado		
8 - Distribuição do Valor Adicionado (7 = 8)	**4.793.211**	**(1.158.673)**
8.1 - Remuneração do trabalho assalariado (encargos)	1.025.453	1.060.054
8.2 - Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	32.314	140.241
8.3 - Remuneração de terceiros (juros, aluguéis etc.)	8.738	1.339
8.4 - Superávit (déficit) do exercício - resultado retido	3.726.706	(2.360.307)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.020 e de 2.019 - Cifras apresentadas em reais

1. Contexto Operacional: a) Objeto social: A Associação Concepcionista do Ensino, ou **"a Associação"**, é uma entidade civil de direito privados, sem fins lucrativos, filantrópica e sem fins econômicos, constituída sob a égide da Teologia, a assistência social, como instrumento de defesa, proteção e promoção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos em condições de risco com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). A Associação é composta pelas seguintes unidades: Associação Concepcionista do Ensino - Sede - Casa do Encontro Betania Betânia; -Comunidade Maria Imaculada - Mococa; -Comunidade Maria Imaculada - Rio de Janeiro; -Comunidade Madre Carmen Salles; -Comunidade Imaculada Conceição - Machado; -Comunidade Imaculada Conceição - Varginha; -Comunidade Maria Imaculada - São Paulo; e -Residência Carmen Salles - São Paulo. **b) Plano de ação da Administração para regularização dos empréstimos com entidades congêneres (partes relacionadas).** Nos últimos exercícios a Associação tomou empréstimos financeiros de entidades congêneres (partes relacionadas), para a aquisição de ativos imobilizados (terrenos e edificações), demonstrados na nota explicativa nº 8. Como forma de devolver parte dos recursos financeiros tomados das entidades congêneres, a administração da Associação formalizou um plano de ação, com o propósito de ajustar a posição patrimonial e financeira das entidades congêneres, que prevê a venda de imóveis não são utilizados para o desenvolvimento de atividade de serviços educacionais do Grupo no montante de R$ 24.604.135. No exercício de 2020, a administração concretizou a venda de um dos imóveis previsto no plano de ação. O valor da venda montou a R$ 12.500.000, que subtraído do valor do custo contábil de R$ 5.715.302, resultou num ganho líquido de R$ 6.784.698 no valor do ativo. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as IFRS e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2.002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 31 de março de 2.021. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e do ativo imobilizado que foi avaliado o custo atribuído. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3 Uso de Estimativas e julgamento:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e projeções que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentam risco significativo de ajuste para um ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 e 7 - Depreciação das propriedades para investimento e do imobilizado. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. • **Propriedades para investimento - imóveis:** Correspondem a imóveis e terrenos, inicialmente mensurados pelo custo de aquisição ou construção do custo atribuído, que estão locados a terceiros com o objetivo de auferir rendas. A depreciação corresponderá à mensuração pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimada dos bens. • **Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado, inicialmente são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, acrescido do custo atribuído. A depreciação correspondente é mensurada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimada dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **e) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, inclui o efeito líquido entre as receitas e as despesas, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. As receitas com locações são registradas pelo valor do serviço contratado: **f) Arrendamentos operacionais: a) Objeto social: A Associação** Concepcionista do Ensino - Sede - Casa do Encontro Betania Betânia; -Comunidade Maria Imaculada - Mococa; -Comunidade Maria Imaculada - Rio de Janeiro; -Comunidade Madre Carmen Salles; -Comunidade Imaculada Conceição - Machado; -Comunidade Imaculada Conceição - Varginha; -Comunidade Maria Imaculada - São Paulo; e -Residência Carmen Salles - São Paulo. **b) Plano de ação da Administração para regularização dos empréstimos com entidades congêneres (partes relacionadas).** Nos últimos exercícios a Associação tomou empréstimos financeiros de entidades congêneres (partes relacionadas), para a aquisição de ativos imobilizados (terrenos e edificações), demonstrados na nota explicativa nº 8. Como forma de devolver parte dos recursos financeiros tomados das entidades congêneres, a administração da Associação formalizou um plano de ação, com o propósito de ajustar a posição patrimonial e financeira das entidades congêneres, que prevê a venda de imóveis não são utilizados para o desenvolvimento de atividade de serviços educacionais do Grupo no montante de R$ 24.604.135. No exercício de 2020, a administração concretizou a venda de um dos imóveis previsto no plano de ação. O valor da venda montou a R$ 12.500.000, que subtraído do valor do custo contábil de R$ 5.715.302, resultou num ganho líquido de R$ 6.784.698 no valor do ativo. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as IFRS e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2.002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 31 de março de 2.021. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e do ativo imobilizado que foi avaliado o custo atribuído. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3 Uso de Estimativas e julgamento:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e projeções que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentam risco significativo de ajuste para um ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 e 7 - Depreciação das propriedades para investimento e do imobilizado. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. • **Propriedades para investimento - imóveis:** Correspondem a imóveis e terrenos, inicialmente mensurados pelo custo de aquisição ou construção do custo atribuído, que estão locados a terceiros com o objetivo de auferir rendas. A depreciação corresponderá à mensuração pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimada dos bens. • **Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado, inicialmente são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, acrescido do custo atribuído. A depreciação correspondente é mensurada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimada dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **e) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, inclui o efeito líquido entre as receitas e as despesas, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. As receitas com locações são registradas pelo valor do serviço contratado:

(b) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/19	Adições/ Baixas
Terrenos	61.655.728	-
Edificações	71.141.942	174.716
Equipamentos de informática	137.357	-
Máquinas e equipamentos	410.687	1.741
Móveis e utensílios	1.452.968	-
Veículos	182.227	-
Depreciação	(9.683.197)	(2.452.390)
	125.297.712	**(2.275.934)**

Despesa com depreciação: No exercício de 2.020, a depreciação montou a R$ 3.989.835 (Em 2.019 - R$ 3.433.137), sendo R$ 2.453.728 (Em 2.019 - R$ 1.339.775), referente ao ativo imobilizado e R$ 1.536.107 (Em 2.019 - R$ 2.093.362), referente as propriedades para investimentos. **(c) Alienação de Imóvel:** Em agosto de 2.020 a Administração concretizou a alienação de um imóvel referente as seguintes matrículas: • Imóvel correspondente a um Prédio e seu Terreno, localizado na Rua Humberto Primo, nº 395, Bairro Vila Mariana, com uma área total medindo 804,00 m², registrado no 1º Cartório de registro de Imóveis de são Paulo sob matrícula nº 36.606; • Imóvel correspondente a um Prédio com área construída de 100,00 m², localizado na avenida Conselheiro Rodrigues Alves, nº 432 com intersecção ao terreno da referida Rua Humberto Primo, 395, Bairro Vila Mariana, registrado no 1º Cartório de registro de Imóveis de são Paulo sob matrícula nº 82.599. O imóvel registrado tinha por custo contábil o valor líquido de R$ 5.715.302 e foi vendido pelo valor de R$ 12.500.000. O ganho por conta dos imóveis, foi registrado no resultado do exercício no montante de R$ 6.784.698. **(d) Transferência de Imóveis entre unidades:** Em janeiro de 2.020, ocorreu a transferência do saldo de Benfeitorias em Imóveis de terceiros e respectivos saldos de depreciação que montam a R$ 10.279.953, da entidade Associação Educativa e Assistencial Madre Carmen Salles - DF. A contrapartida do valor foi registrada no passivo não circulante, na rubrica de Contas a pagar com partes relacionadas conforme explicativa nº 8b. **(e) Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação praticadas no exercício de 2.020 e 2.019, que correspondem à vida útil estimadas dos bens são: Edificações - 2.0%; Equipamentos de informática - 32,41%; Máquinas e equipamentos - 34,17%; Móveis e utensílios - 39,29% e veículos 15,00%.

Terezinha de Jesus Duarte - Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores **Associação Concepcionista do Ensino** – São Paulo. **Opinião sem ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação Concepcionista do Ensino**, entidade civil sem fins econômicos e balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Ênfase – Plano de ação da Administração para liquidação dos empréstimos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1b, a administração da Associação elaborou um plano de ação para liquidação dos empréstimos financeiros captados com entidades congêneres (partes relacionadas), que prevê a venda de imóveis não utilizados nas atividades educacionais, de modo a equilibrar a posição patrimonial e financeira das entidades congêneres. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da entidade, e apresentada como informação suplementar quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que as auditorias realizadas de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Também: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, quer seja por fraude ou por erro, elaboramos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamento dos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nossa opinião sobre as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria • Obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais ser manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2.021.

LM Auditores Associados - CRC 2SP018181/O-8

Mauricio Diácoli - CRC 1SP129.562/O-5

CONSTRUCAP - CCPS – Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 584.223.000/001-38 - NIRE 35.300.063.095

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da **CONSTRUCAP - CCPS - ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada de modo exclusivamente digital em virtude da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) no dia 29 de abril de 2021, às 14h30 em primeira convocação e às 15h00 em segunda convocação, por meio de plataforma de videoconferência, que permitirá a participação e a votação a distância, mediante atuação remota, conforme autorizado pela Lei nº 14.030, de 28

Associação Educativa e Assistencial Maria Imaculada - São Paulo

Demonstrações Financeiras de 2020 e 2019

Balanço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Nota	2.020	2.019
Circulante		**2.139.353**	**2.613.271**
Caixa e equivalentes de caixa	4	955.363	1.534.414
Mensalidade a receber	5	949.427	837.600
Outros ativos circulantes		234.563	241.257
Não Circulante		**167.505.092**	**171.634.041**
Realizável em longo prazo		**2.851.204**	**2.944.294**
Depósitos judiciais		35.294	35.294
Empréstimos	6	2.816.000	2.809.000
Imobilizado, líquido	7	164.653.788	168.789.747
		164.653.788	**168.789.747**
Total do Ativo		**169.644.445**	**174.247.313**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.020	2.019
Circulante		**2.567.408**	**3.235.558**
Contas a pagar		896	6.227
Obrigações sociais e trabalhistas	8	1.377.099	1.504.579
Obrigações fiscais		228.840	229.204
Receitas antecipadas	9	965.573	1.485.544
Não Circulante		**268.877**	**606.693**
Provisão para contingências	10	268.877	606.693
Patrimônio Líquido		**166.808.160**	**170.405.062**
Patrimônio social		68.906.935	67.119.285
Ajuste de avaliação patrimonial		101.499.128	103.285.777
Déficit do exercício		(3.596.903)	(1.952.156)
Total do Passivo		**169.644.445**	**174.247.313**

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

Descrição	2.020	2.019
A - Geração do Valor Adicionado		
1 - Receitas	**18.457.661**	**24.573.050**
1.1 - Prestação de serviços (mensalidades)	14.837.441	15.650.585
1.2 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	(190.299)	(107.634)
1.3 - Outras receitas	3.810.519	9.030.099
2 - Serviços e Insumos Adquiridos de Terceiros	**5.141.386**	**7.951.072**
2.1 - Serviços de terceiros	1.301.249	2.597.854
2.2 - Materiais e insumos	1.035.977	1.320.687
2.3 - Depreciação	2.165.110	2.162.432
2.4 - Conservação e reparos	178.251	618.397
2.5 - Despesas com transações e serviços	60.895	86.709
2.6 - Publicidade e propaganda	75.055	235.903
2.7 - Serviços gráficos e comunicação	639.174	1.217.076
2.8 - Contribuições pagas a mantenedora	1.891.000	1.493.000
2.9 - Outras despesas gerais e administrativas	2.819	691.986
2.10 - Provisão para contingências-(reversão) constituição	(337.816)	
2.11 - Outros custos operacionais	42.262	143.764
2.12 - Despesa com capela	3.293	3.293
3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	**13.316.275**	**16.621.978**
4 - Retenções	**4.165.278**	**4.100.347**
4.1 - Depreciação	4.165.278	4.100.347
5 - Valor Adicionado Líquido (3 - 4)	**9.150.997**	**12.521.631**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**43.302**	**98.700**
6.1 - Receitas financeiras (juros, etc.)	43.302	98.700
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	**9.194.299**	**12.620.337**
8 - Distribuição do Valor Adicionado		
8.1 - Pessoal e encargos	**9.194.299**	**12.620.337**
8.1 - Remuneração do trabalho (pessoal e encargos)	12.726.043	14.484.518
8.2 - Impostos, taxas e contribuições		
(impostos, taxas e contribuições)	65.159	87.974
8.3 - Déficit do exercício	(3.596.903)	(1.952.156)

(a) Refere-se ao saldo das mensalidades a receber que subsequente ao encerramento do exercício social foi recebido o montante de R$ 338.825,64. **(b)** A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para cobrir perdas. As premissas utilizadas para constituição baseiam-se em percentuais de inadimplência de anos anteriores. A movimentação do período foi a seguinte:

Descrição	2.020	2.019
Saldo inicial	(514.506)	(406.872)
(-) Adições		(107.634)
(+) Baixas	131.231	
Saldo final	**(383.277)**	**(514.506)**

6. Empréstimos: Corresponde a empréstimos concedidos a funcionários e ex-funcionários do Ensino. Entidade congênere religiosa, para aquisição de um terreno e obras de empreitada que montou em 2.020 a R$ 2.816.000 (Em 2.019 - R$ 2.809.000). O vencimento desse montante ocorrerá somente após o ano de 2.028, motivo pelo qual o valor está sendo apresentado no ativo não circulante, e Reduzido Para Valor Presente.

7. Imobilizado

(a) Composição

Itens	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	1.875.000	-	2.020	2.019
Edificações	187.041.676	(25.625.412)	161.416.264	165.204.255
Equipamento de informática	761.509	(713.097)	48.510	73.076
Máquinas e equipamentos	2.220.128	(1.279.355)	940.773	1.098.556
Móveis e utensílios	1.975.600	(1.602.399)	373.252	538.858
Veículos	45.194	(45.194)	-	-
	193.919.107	**(29.265.359)**	**164.653.788**	**168.789.747**

(b) Movimentação	**Saldo em 31/12/19**	**Adições**	**Depreciação**	**Saldo em 31/12/20**
Terrenos	1.875.000	-	-	1.875.000
Edificações	165.204.255	-	(3.787.991)	161.416.264
Equipamento de informática	73.076	-	(24.567)	48.510
Máquinas e equipamentos	1.098.556	-	(157.783)	940.773
Móveis e utensílios	538.858	-	(165.606)	373.252
Veículos	-	-	-	-
	168.789.747	**-**	**(4.135.948)**	**164.653.788**

(c) Taxas de depreciações: As taxas de depreciações praticadas no exercício de 2.020, são as definidas pela Receita Federal, variando de 4% ao ano, para Imóveis; 10% Equipamentos de informática - 20%; Máquinas e equipamentos - 8%; Móveis e utensílios - 8% e veículos 20%.

8. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.020	2.019
Salários e ordenados (a)	685.227	573.088
Provisão de férias e encargos (b)	508.346	743.276
FGTS (a)	101.655	75.312
INSS	74.363	81.245
IRRF	8.508	31.658
	1.377.099	**1.504.579**

(a) - Corresponde a obrigação a pagar com salários referente ao mês de dezembro de 2.020, devidamente liquidada no início do exercício de 2.021. **(b)** - Refere-se a provisão de férias e respectivos encargos sociais, calculados com base no período aquisitivo e com base nos períodos aquisitivos de seus funcionários. **(c)** - Corresponde a obrigação a pagar referente ao FGTS. Por exemplo, o valor do vencimento do FGTS do mês de dezembro/2.020, a ser pago em janeiro do exercício social de 2.021. **9. Receitas Antecipadas:** As receitas antecipadas correspondem a mensalidades pagas em exercícios anteriores, no montante de R$ 965.573 (Em 2.019 - R$ 1.485.544). **10. Contingências:** Em 31 de dezembro de 2.020, a Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outras assuntos. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelos assessores jurídicos da Associação, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses ali em questão, inclusive, recursos judiciais. Em 31 de dezembro de 2.020, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Associação não espera que as ações em andamento resultem em perdas, no montante de R$ 268.877 (Em 2.019 - R$ 606.693), para os quais a administração entendeu ser suficiente a quantia registrada para contingências em seus passivos. **11. Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Corresponde à avaliação do custo atribuído do ativo imobilizado, no montante de R$ 101.499.128 (Em 2.019 - R$ 103.285.777). No exercício de 2.020, a apropriação ao patrimônio social ocorreu mediante a realização do valor incorporado da depreciação correspondente, no montante de R$ 1.786.649. **12. Mensalidades:** As receitas com mensalidades escolares são oriundas da unidade escolar Colégio Maria Imaculada, no montante de R$ 14.837.441 (Em 2.019 - R$ 15.650.585). **13. Receitas (Despesas) com Serviços Voluntários:** Conforme determinado pela ITG 2.002 (R1), para efeito de cumprimento à Imunidade aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a entidade deverá fazer controle identificável e mensurável os trabalhos voluntários recebidos durante o exercício de 2.020, evidenciando basicamente por membros dos órgãos de administração. O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos, em nossa própria de receitas e despesas (resultado). Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, como receita e despesa operacional, nas demonstrações de resultados. **14. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.020	2.019
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	955.363	1.534.414
Empréstimos e recebíveis		
Mensalidades a receber	949.427	837.600
Empréstimos	2.816.000	2.809.000
Total	**4.720.790**	**5.181.014**
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Contas a pagar	896	6.227
Total	**896**	**6.227**

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **15. Obrigação da Atividade Educacional para Fins de Certificação (a) Certificado de Entidade:** A Associação à portaria do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

Demonstração do Resultado
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

Receitas	Nota	2.020	2.019
Receitas Próprios			
Mensalidades	12	14.837.441	15.650.585
Receitas complementares		3.149.649	8.697.587
Bolsas de estudos		7.619.946	6.567.119
Descontos concedidos		562.573	(182.267)
Cancelamento de despesas			1.182.627
Doações			31.442
Receitas com atividades diversas		97.942	328.017
Receitas com serviços voluntários	13	498.863	628.017
Receita Bruta		**26.626.769**	**31.775.820**
Despesas			
Bolsas de estudos conforme Lei 12.101/09	14c	(5.191.567)	(4.478.360)
Despesa com pessoal - docente		(7.809.279)	(7.425.171)
Despesa com pessoal - administrativo		(4.916.764)	(7.095.349)
Materiais e insumos		(1.035.977)	(1.320.687)
Conservação e reparos		(178.251)	(618.397)
Serviços públicos e comunicação		(639.174)	(1.217.076)
Despesas com terceiros		(1.301.249)	(2.597.854)
Contribuições pagas a mantenedora		(1.891.000)	(1.493.000)
Depreciação	6b	(4.165.278)	(4.100.347)
Serviços de terceiros		(1.301.249)	(2.097.854)
Publicidade e propaganda		(75.055)	(235.903)
Despesas com transporte e seguros		(60.895)	(86.709)
Despesas com capela		(74.679)	(691.986)
Despesas gerais e administrativas		(180.112)	(655.279)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(190.299)	(107.634)
Reversão de provisão para contingência		337.816	
Bolsas de estudos		(2.816.000)	(2.088.760)
Despesas com serviços voluntários	13	(498.863)	(628.017)
		(30.224.164)	**(33.682.918)**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras		43.302	98.706
Despesas financeiras		(42.810)	(143.764)
		492	**(45.058)**
Déficit dos Exercícios		**(3.596.903)**	**(1.952.156)**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

	2.020	2.019
Déficit dos Exercícios	**(3.596.903)**	**(1.952.156)**
Ajuste de avaliação patrimonial		
Resultado Abrangente dos Exercícios	**(3.596.903)**	**(1.952.156)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (Método Indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2.020	2.019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(3.596.903)**	**(1.952.156)**
Déficit do exercício		
Ajustado por:		
Depreciação	4.165.278	4.100.347
Superávit antes dos ajustes	**568.375**	**2.148.191**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução a receber	(111.827)	(224.400)
Outros ativos	6.694	(94.221)
Fornecedores		(9)
Contas a pagar	(5.331)	(6.763)
Obrigações Sociais e trabalhistas	(127.480)	(797.304)
Obrigações fiscais	(15.368)	45.292
Receitas antecipadas	(519.971)	412.152
Provisão para contingências	(337.816)	28.442
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(542.724)**	**2.316.344**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos concedidos a entidades congêneres (partes relacionadas)	(7.000)	(929.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(7.000)**	**(929.000)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(29.329)	(62.667)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(29.329)**	**(62.667)**
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa	**(579.051)**	**1.324.676**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa no início do exercício	1.534.414	209.738
Caixa no fim do exercício	955.363	1.534.414
Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa	**(579.051)**	**1.324.676**

CEBAS, concedido pelo Ministério da Educação conforme Portaria nº 1.035, de 22 de setembro de 2.017, para o trênio de 2.014 a 2.019. O processo de renovação nº 23000.021594/2021-94 do certificado para o período de 2.019 a 2.022, encontra-se em análise no Ministério da Educação, órgão responsável pela análise e decisão dos requerimentos de concessão ou de renovação do Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam serviços na área de educação, considerando a competência conferida ao Ministério da Educação pelo art. 9º, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2.009. O CEBAS expirou valido durante todo o exercício de 2.020 por determinação do art. 3º, § 9º, do Decreto n. 2.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10 que prevê: "Art. 8º O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente". A Associação atende e se requisitos previstos e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a isenção em relação ao INSS cota patronal. **(b) Cálculo das gratuidades:** Em 15 de outubro de 2.013 foi publicada a Lei nº 12.868 que entre outros alterou o art. 12 inc. IV do dia 27 de novembro de 2.009, regulamentada pelo Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2.010 e posteriormente alterado pelo Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2.014, estabelecendo outros critérios para determinação da base de cálculo para aplicação das gratuidades. As principais alterações compreendem a concessão ou renovação do certificado, a entidade de educação que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, regular e presencial e que deverá, demonstrar sua adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação; atender a padrões mínimos de qualidade, definidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação e apresentar resultados de bons níveis de estudo na projeção das bolsas de estudo integral para cada cinco alunos pagantes, excluído da base de cálculo os alunos inadimplentes por mais de 90 dias. Para o cumprimento da proporção determinada, a entidade poderá oferecer bolsas de estudo parciais, observada as proporções cumulativas: (i) conceder 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes ou; - (ii) conceder 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, e bolsas parciais de 50%, para alcance do mínimo necessário. **Gratuidade calculada com base no número de bolsas oferecidas (Artigo 13 Lei 12.101/09).**

Descrição	2.020	2.019
(A) - Alunos matriculados *	957	954
(B) - (-) Bolsas de estudos convenção coletiva 100%	(47)	(41)
(C) - (-) Bolsas de 100%	(232)	(210)
(D) = (A-B-C) = Total de alunos pagantes	678	703
(E) = (D / 5) Quantidade mínima de bolsas de estudos 100% 136	136	141
(F) = (C - E) Quantidade faltante de bolsas de estudos 100% 96	**96**	**69**

(*) Considerados os alunos pagantes, não se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2.009. **(c) Bolsas de estudos conforme Lei 12.101/09**

Descrição	Qtde. Alunos	R$	Qtde. Alunos	2.019 R$
Bolsas de estudos 50%	5	104.884	7	112.224
Bolsas de estudos 100%	232	5.086.683	210	4.366.136
	237	**5.191.567**	**217**	**4.478.360**

16. Isenção Tributária Usufruida: A Associação Educativa e Assistencial Maria Imaculada São Paulo, é uma entidade sem fins lucrativos, isenta à tributação, nos termos do artigo 150 inciso VI letra "c" da Constituição Federal, sobre os seguintes tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de integração social); Cofins (Contribuição financiamento da seguridade social) Contribuição para o PIS/PASEP, sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS Contribuição financiamento da seguridade social, à alíquota de 3% de acordo com o pagamento da COFINS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Descrição	2.020	2.019
Cota patronal INSS	5.559.142	5.968.266
Contribuição financiamento da seguridade social	600.912	971.224
	6.159.654	**6.939.500**

17. Cobertura de Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. As premissas adotadas, em consideração a essas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e, consequentemente, não fizemos considerações quanto a suficiência dessas coberturas. **18. Outros Assuntos - Pandemia COVID-19:** O surto do novo coronavírus (Coronavírus) foi caracterizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que vêm sendo tomadas com o objetivo de proibição e redução do contágio mundial. A área da Educação foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela pandemia e em 17 de março foi publicada a portaria que autorizou aulas presenciais de 2020, foram: • Impossibilidade de realização de aulas presenciais, sendo necessário no investimento antecipado em aulas realizadas de aulas a distância. • Aumento de inadimplência e perda de alunos; A Administração entende que diante do impacto nas operações e, consequentemente, e em função das medidas já tomadas, não há necessidade de provisionamentos adicionais até o momento.

Joana de Lourdes Ferreira - Presidente **Jesusa Cuesta Cuesta** - Tesoureira **Dailton Rodrigues Vieira** - Contador - CRC 1SP176997/O-7

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores - Associação Educativa e Assistencial Maria Imaculada - São Paulo - SP. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação Educativa e Assistencial Maria Imaculada**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor por auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião sem ressalva. **Ênfase - Capital circulante líquido negativo:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a associação efetuou empréstimos financeiros que montam a R$ 2.816.000, para a entidade congênere religiosa Associação Congregação da Conceposinhas do Ensino, pertencente ao grupo da Rede Conceposinhas. Esse fato provocou no exercício de 2.020 na apuração de capital circulante líquido negativo (passivo circulante excedente ao ativo circulante) no valor de R$ 428.055 (Em 2.019 - R$ 622.287). Como forma de receber os empréstimos financeiros efetuados, a administração da Associação, que é a mesma da Entidade congênere, formalizou um plano de ação que prevê a venda de imóveis pela Associação Conceposinhas do Ensino, que não são utilizados para o desenvolvimento de atividade de serviços educacionais do Grupo, no montante contábil de R$ 24.604.135, e consequentemente corrigir a posição patrimonial e financeira da Associação Educativa e Assistencial Maria Imaculada. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis e normas adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2.002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 30 de março de 2.021. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e do ativo imobilizado que foi adotado o custo atribuído. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.1. Uso de Estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentam risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Nota 7 - Depreciação e amortização do imobilizado e intangível; e • Nota 10 - Provisão para contingência. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas no detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Mensalidades a receber:** As mensalidades a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, quando necessário, em montantes considerados suficientes pela Administração para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos. • **Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado, inicialmente são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, acrescido do custo atribuído. A depreciação corresponde à mensalidade pelo método linear e leva em consideração o período de vida útil e economica estimada dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constitutiva como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da entidade, que não tem capital social, devido a sua natureza jurídica de associação, conforme previsto on art. 44 e seguintes do Código Civil. **e) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, incluí o efeito líquido entre as receitas e as despesas, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. As receitas oriundas das mensalidades são registradas pelo valor do faturamento, considerando sua competitiva. Uma receita não é reconhecida se não há a certeza de seu recebimento. Os custos correspondentes também são registrados considerando o regime contábil de competência e referem-se basicamente a despesas com pessoal, previstos de forma direta e indireta as atividades operacionais. **f) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras correspondem basicamente aos rendimentos com aplicações financeiras e as despesas financeiras correspondem basicamente as tarifas bancárias. **g) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes e mensalidades a receber. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Contas a pagar e outros passivos circulante.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.020	2.019
Caixa	4.523	10.149
Bancos (a)	43.364	59.692
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	907.076	1.464.573
	955.363	**1.534.414**

(a) Bancos - conta corrente: Corresponde a valores mantidos em conta corrente nos Bancos Itaú, Brasil e Bradesco. **(b) Aplicações financeiras de curto prazo:** Referem-se, substancialmente a aplicações financeiras de curto prazo em certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimentos (FIF), assim distribuídas:

Instituição financeira	Tipo	2.020	2.019
Banco Bradesco	Fundo (DI)	751.613	1.291.189
Banco do Brasil	Fundo (DI)	44.297	78.925
Itaú	Fundo (DI)	111.166	93.859
		907.076	**1.464.573**

As aplicações financeiras acima são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. No exercício de 2.020, a rentabilidade dessas aplicações foi de 1,25% (Em 2.019 - 2,50% ao ano).

5. Mensalidades a Receber

Descrição	2.020	2.019
Mensalidades a receber ano corrente (a)	498.619	576.162
Mensalidades a receber anos anteriores	815.512	775.346
Outras mensalidades a taxas escolares	18.573	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(383.277)	(514.508)
	949.427	**837.600**

Demonstração do Valor Adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

Descrição	2.020	2.019
A - Geração do Valor Adicionado		
1 - Receitas	**18.457.661**	**24.573.050**
1.1 - Prestação de serviços (mensalidades)	14.837.441	15.650.585
1.2 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	(190.299)	(107.634)
1.3 - Outras receitas	3.810.519	9.030.099
2 - Serviços e Insumos Adquiridos de Terceiros	**5.141.386**	**7.951.072**
2.1 - Serviços de terceiros	1.301.249	2.597.854
2.2 - Materiais e insumos	1.035.977	1.320.687
2.3 - Depreciação	2.165.110	2.162.432
2.4 - Conservação e reparos	178.251	618.397
2.5 - Despesas com transações e serviços	60.895	86.709
2.6 - Publicidade e propaganda	75.055	235.903
2.7 - Serviços gráficos e comunicação	639.174	1.217.076
2.8 - Contribuições pagas a mantenedora	1.891.000	1.493.000
2.9 - Outras despesas gerais e administrativas	2.819	691.986
2.10 - Provisão para contingências-(reversão) constituição	(337.816)	
2.11 - Outros custos operacionais	42.262	143.764
2.12 - Despesa com capela	3.293	3.293
3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	**13.316.275**	**16.621.978**
4 - Retenções	**4.165.278**	**4.100.347**
4.1 - Depreciação	4.165.278	4.100.347
5 - Valor Adicionado Líquido (3 - 4)	**9.150.997**	**12.521.631**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**43.302**	**98.700**
6.1 - Receitas financeiras (juros, etc.)	43.302	98.700
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	**9.194.299**	**12.620.337**
8 - Distribuição do Valor Adicionado		
8.1 - Pessoal e encargos	**9.194.299**	**12.620.337**
8.1 - Remuneração do trabalho (pessoal e encargos)	12.726.043	14.484.518
8.2 - Impostos, taxas e contribuições		
(impostos, taxas e contribuições)	65.159	87.974
8.3 - Déficit do exercício	(3.596.903)	(1.952.156)

(a) Refere-se ao saldo das mensalidades a receber que subsequente ao encerramento do exercício social foi recebido o montante de R$ 338.825,64. **(b)** A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para cobrir perdas. As premissas utilizadas para constituição baseiam-se em percentuais de inadimplência de anos anteriores. A movimentação do período foi a seguinte:

Descrição	2.020	2.019
Saldo inicial	(514.506)	(406.872)
(-) Adições		(107.634)
(+) Baixas	131.231	
Saldo final	**(383.277)**	**(514.506)**

6. Empréstimos: Corresponde a empréstimos concedidos a funcionários e ex-funcionários do Ensino. Entidade congênere religiosa, para aquisição de um terreno e obras de empreitada que montou em 2.020 a R$ 2.816.000 (Em 2.019 - R$ 2.809.000). O vencimento desse montante ocorrerá somente após o ano de 2.028, motivo pelo qual o valor está sendo apresentado no ativo não circulante, e Reduzido Para Valor Presente.

7. Imobilizado

(a) Composição

Itens	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	1.875.000	-	2.020	2.019
Edificações	187.041.676	(25.625.412)	161.416.264	165.204.255
Equipamento de informática	761.509	(713.097)	48.510	73.076
Máquinas e equipamentos	2.220.128	(1.279.355)	940.773	1.098.556
Móveis e utensílios	1.975.600	(1.602.399)	373.252	538.858
Veículos	45.194	(45.194)	-	-
	193.919.107	**(29.265.359)**	**164.653.788**	**168.789.747**

(b) Movimentação	**Saldo em 31/12/19**	**Adições**	**Depreciação**	**Saldo em 31/12/20**
Terrenos	1.875.000	-	-	1.875.000
Edificações	165.204.255	-	(3.787.991)	161.416.264
Equipamento de informática	73.076	-	(24.567)	48.510
Máquinas e equipamentos	1.098.556	-	(157.783)	940.773
Móveis e utensílios	538.858	-	(165.606)	373.252
Veículos	-	-	-	-
	168.789.747	**-**	**(4.135.948)**	**164.653.788**

(c) Taxas de depreciações: As taxas de depreciações praticadas no exercício de 2.020, são as definidas pela Receita Federal, variando de 4% ao ano, para Imóveis; 10% Equipamentos de informática - 20%; Máquinas e equipamentos - 8%; Móveis e utensílios - 8% e veículos 20%.

8. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.020	2.019
Salários e ordenados (a)	685.227	573.088
Provisão de férias e encargos (b)	508.346	743.276
FGTS (a)	101.655	75.312
INSS	74.363	81.245

Anvisa autoriza novo ensaio clínico de vacina contra covid-19

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou na segunda-feira (19) que aprovou, na última sexta-feira (16), um novo ensaio clínico de vacina contra a covid-19.

A vacina candidata terá duas doses com intervalo de 22 dias entre elas. O desenvolvimento clínico está sendo patrocinado pela empresa Sichuan Clover Biopharmaceuticals, sediada na China.

O ensaio clínico aprovado é controlado por placebo, para avaliar a eficácia, imunogenicidade e segurança da vacina, em participantes a partir de 18 anos de idade.

Nesta fase, devem ser incluídos até 22 mil voluntários distribuídos entre países da América Latina, além da África do Sul, Bélgica, China, Espanha, Polônia e Reino Unido.

No Brasil, serão 12,1 mil voluntários, distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro.

Análise

Para a aprovação do ensaio clínico, a Anvisa informou que realizou reuniões com a equipe da farmacêutica, a fim de alinhar todos os requisitos técnicos necessários para os testes.

Segundo a Anvisa, desde o reconhecimento de calamidade pública no Brasil em virtude da pandemia do novo coronavírus, a agência tem adotado estratégias para dar celeridade às análises e às decisões sobre qualquer demanda que tenha como objetivo o enfrentamento da covid-19.

"Uma dessas estratégias foi a criação de um comitê de avaliação de estudos clínicos, registros e mudanças pós-registros de medicamentos para prevenção ou tratamento da doença. O grupo também atua em ações para reduzir o risco de desabastecimento de medicamentos com impacto para a saúde pública devido à pandemia", acrescentou.

Autorização

Para esta autorização, a Anvisa analisou os dados das etapas anteriores de desenvolvimento do produto, incluindo estudos in vitro e em animais, bem como dados preliminares de estudos clínicos em andamento. Os resultados obtidos até o momento demonstraram um perfil de segurança aceitável das vacinas candidatas.

Este é o sexto estudo de vacina contra o novo coronavírus autorizado pela Anvisa. As últimas autorizações foram: no dia 2 de junho de 2020, para o ensaio clínico da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford e a empresa Astrazeneca; em 3 de julho, para a vacina da Sinovac Research & Development, em parceria com o Instituto Butantan; em 21 de julho para a vacina da Pfizer/Wyeth; em 18 de agosto para a vacina da Janssen-Cilag; e em 8 de abril para a vacina da Medicago R&D. (Agencia Brasil)

CFM diz no Senado que não aprova tratamento precoce contra covid-19

Durante audiência pública da Comissão Temporária da Covid-19 do Senado na manhã de segunda-feira (19), o vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Donizette Giamberardino Filho, esclareceu que "o Conselho Federal de Medicina não recomenda e não aprova tratamento precoce e não aprova também nenhum tratamento do tipo protocolos populacionais contra a covid-19".

Ano passado, o conselho aprovou parecer que facultou aos médicos a prescrição da cloroquina e da hidroxicloroquina para pacientes com sintomas leves, moderados e críticos de covid-19.

Segundo o médico, o que o CFM fez foi uma autorização fora da bula, off label, em situações individuais e com autonomia das duas partes, "firmando consentimento esclarecido do médico e informado ao paciente". Em nenhum momento ele, o CFM, autorizou qualquer procedimento experimental fora do sistema CRM/CFM. "Esse parecer não é habeas corpus para ninguém. O médico que, tendo evidências de previsibilidade, prescrever medicamentos off label e isso vier a trazer malefícios porque essa prescrição foi inadequada, seja em dose ou em tempo de uso, pode responder por isso", avaliou Donizette.

Perguntado por senadores sobre uma revisão de posicionamento do CFM diante de evidências científicas de ineficiência dessa prescrição, o médico disse que a entidade está frequentemente reavaliando condutas, mas que nesse caso, especificamente, só uma decisão de plenário poderia reverter a orientação dada em abril do ano passado. "O Conselho Federal estuda a todo momento. Esse parecer pode ser revisto? Pode, mas é uma decisão de plenária, eu não posso fazer isso por minha opinião. O que eu repito é que a autonomia é limitada ao benefício. Quem ousa passar disso, responde por isso", garantiu.

Já a microbiologista Natália Pasternak, presidente do Instituto Questão de Ciência (ICQ), da Universidade de São Paulo (USP), ressaltou que existem vários tipos de estudos científicos que têm sido reportados para tentar validar o uso do chamado kit covid ou tratamento precoce, que causaram controvérsia no Brasil. Segundo ela, os melhores estudos nessa área mostram que vários componentes desse kit já foram desmentidos. "Não é que não existem evidências ainda; é que já existem evidências de que esses medicamentos não funcionam. Para cloroquina e hidroxicloroquina, nós temos mais de 30 trabalhos feitos no padrão ouro que mostram que esses medicamentos não servem para covid-19. Para ivermectina, nós temos trabalhos também que demonstram que não serve e uma série de trabalhos que são muito malfeitos e muito inconclusivos. Infelizmente, muitos médicos acabam se fiando nisso", criticou.

A pesquisadora defendeu que a ciência vem para ficar de mãos dadas com a Medicina e com a saúde pública, e não para antagonizá-la. "A ciência serve para embasar a medicina, para que médicos tenham a tranquilidade de receitar medicamentos que eles sabem que passaram por esses testes e que, por isso, por haver uma base científica, podem receitar", acrescentou.

Para a especialista o Brasil não precisa de posturas públicas que confundam orientações sanitárias; "Nós não precisamos de que a tragédia da pandemia seja utilizada como mecanismo de busca de poder, ou seja, politizada; nós não precisamos de que empresas patrocinem a publicidade do kit covid; não precisamos de posturas públicas alarmistas. Precisamos, sim, de transparência. Precisamos de informação", defendeu.

Natália Pasternak apontou a municipalização das condutas para evitar a disseminação do vírus como um erro. Para a especialista, o ideal seria que as medidas de distanciamento social atingissem micro e macrorregiões onde haja a circulação das pessoas. Ainda segundo ela, não há sentido, numa região metropolitana, determinado prefeito não fazer o distanciamento, pois essa conduta pode atrapalhar muito a eficácia da medida. Então, nós temos que ter ações mais conjuntas. A municipalização é um direito, mas a descentralização tem limites para sua eficiência", ponderou.

Os senadores ouviram ainda as considerações da doutora Margareth Dalcomo, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A especialista condenou a utilização de alguns fármacos, que considerou estarem sendo usados de forma "arbitrária" no tratamento do novo coronavírus. Segundo ela, essas drogas não passam de "saquinhos da ilusão". "São antibióticos que não têm a menor indicação para uma doença que é viral – antibiótico é remédio usado em doença causada por bactéria –, misturando com vitaminas, com zinco, com corticosteroides, que é um medicamento que só tem indicação em casos específicos de covid-19, com critério médico abalizado naturalmente, e isso mais com anticoagulante, o que piora mais ainda a situação. Anticoagulante também tem indicação na covid-19, porém deve ser usado criteriosamente a partir da avaliação de determinados marcadores clínicos da covid, com os quais nós estamos muito acostumados a lidar", avaliou. (Agencia Brasil)

INSS detalha comunicação à PF em caso de saque indevido de benefício

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou no Diário Oficial da União de segunda-feira (19) portaria que estabelece fluxo de comunicação com a Polícia Federal (PF) ou Ministério Público Federal (MPF), caso sejam identificados saques indevidos em pagamentos feitos após o óbito de beneficiário.

A portaria, que entrará em vigor no dia 3 de maio, detalha os dados necessários para a "adoção de medidas relacionadas à persecução penal" contra esse tipo de irregularidade. Os dados serão coletados, para fins de encaminhamento, "preferencialmente de forma eletrônica", tanto à PF como ao MPF.

A portaria acrescenta que a identificação da irregularidade abrange, além do pagamento indevido de benefício após o óbito do beneficiário, a confirmação do óbito, o pagamento e o saque indevido.

"Após o encaminhamento dos dados ao MPF, haverá a comunicação à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS para análise e providências a seu cargo", diz a portaria.

Os dados, os documentos, o meio, a formatação e a periodicidade de envio serão ajustados com a PF e o MPF, por meio da Diretoria de Integridade, Governança e Gerenciamento de Riscos (Digov) e da Procuradoria Especializada.

No ajuste deverá constar que a PF, identificando a autoria delitiva, comunicará o fato ao INSS, para fins de adoção de medidas relacionadas à recuperação patrimonial.

Após a Digov construir e operacionalizar o ajuste, as gerências executivas deverão comunicar os casos de pagamento indevido tão logo seja confirmado o óbito do beneficiário, o pagamento e o saque indevido nos casos em que a data do último saque tenha ocorrido há menos de 12 (doze) anos; e nos casos em que tenha havido saque de quantia superior a três competências.

"Nos demais casos, após a conclusão do processo administrativo, deverá ser dada ciência à Coordenação-Geral de Monitoramento e Controle de Benefícios, para fins de consolidação dos dados e envio trimestral à Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da PF e à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF." (Agencia Brasil)

Após uma semana, vacinação contra gripe atinge 1,8% do público-alvo

Uma semana depois do início da campanha nacional de vacinação contra a gripe, foram aplicadas até agora 1,4 milhão de doses. Isso representa 1,8% do público-alvo definido, que abarca 79,7 milhões de pessoas. Dividida em três etapas, a campanha começou no dia 12 deste mês e vai até 9 de julho.

As informações são disponibilizadas em um painel próprio do Ministério da Saúde, que pode ser acessado por meio do site da pasta.

Até agora, a região que mais vacinou foi o Sudeste, com 607 mil doses aplicadas. Aparecem em seguida, as regiões Sul (383 mil), Nordeste (275,6 mil), Centro-Oeste (121,3 mil) e Norte (50 mil).

O ranking dos estados que mais aplicaram vacinas é liderado por São Paulo (364,2 mil), Minas Gerais (198,2 mil), Paraná (158,2 mil) e Rio Grande do Sul (144,9 mil).

Quando considerada a cobertura vacinal – que toma a vacinação pela população – os estados com os maiores índices são Paraná (3,5%), Santa Catarina (2,9%), Rio Grande do Sul (2,9%), Espírito Santo (2,8%) e Mato Grosso do Sul (2,6%).

Entre os grupos prioritários, as crianças receberam 981,9 mil doses, os trabalhadores da saúde, 259,8 mil, e as gestantes, 142,1 mil.

Grupos prioritários

Os grupos são organizados para vacinação em três etapas, e os dias de mobilização, chamados de dias D, definidos em cada município pela Secretaria de Saúde local.

Os grupos prioritários são:

- Crianças de 6 meses a menores de 6 anos;
- Gestantes;
- Puérperas;
- Povos indígenas;
- Trabalhadores de saúde;
- Pessoas com 60 anos ou mais;
- Professores;
- Portadores de doenças crônicas não transmissíveis;
- Pessoas com deficiência permanente;
- Forças de segurança, de salvamento e armadas;
- Caminhoneiros;
- Trabalhadores do transporte coletivo de passageiros;
- Funcionários trabalhando em prisões e unidades de internação;
- Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em unidades de internação;
- População privada de liberdade.

Covid-19

O Ministério da Saúde não recomenda que sejam aplicadas conjuntamente as vacinas contra a covid-19 e contra a influenza.

A pasta recomenda que as pessoas que estiverem nos grupos prioritários procurem se vacinar antes contra a covid-19. Segundo especialistas, é aconselhável uma diferença de pelo menos 14 dias entre uma vacina e outra. (Agencia Brasil)

MAURICIO PICAZO GALHARDO

REUNIÃO

Ministros e secretários da Agricultura das Américas participaram dia (15) da 3ª Reunião Hemisférica de Ministros e Secretários de Agricultura. No encontro, organizado pelo Ministério da Agricultura do Peru, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), foram apresentadas as políticas de contenção à Covid-19 e iniciativas para a recuperação dos sistemas agroalimentares, da segurança alimentar, da agricultura e do mundo rural.

DESPERDÍCIOS

Destruir microrganismos causadores de doenças, prolongar o prazo de validade dos produtos, retardar o amadurecimento e brotação, esterilizar alimentos, tudo com segurança e sem o uso de produtos químicos. Essas são algumas vantagens do uso de irradiação na agricultura e pecuária. A implementação dessa tecnologia no Brasil foi debatida em evento online, realizado pela empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul), vinculada à Marinha do Brasil.

PRODUÇÃO

Aprojeção do Valor da Produção Agropecuária (VBP) deste ano aumentou, em valores reais, 12,4% em relação ao de 2020, que somou R$ 940,9 bilhões. O valor absoluto previsto é de R$ 1,057 trilhão, o maior já obtido desde 1989. As lavouras representam R$ 727,7 bilhões, e a pecuária, R$ 330,1 bilhões. O crescimento real deve chegar a 16,1% nas lavouras e 5,1% na pecuária.

FIAGRO

Autor do Projeto de Lei que cria os Fundos de Investimentos das Cadeias Agroindustriais (FIAgro), o deputado Arnaldo Jardim (CD-SP) defendeu que o Fundo só tem condições de acontecer "por vivermos um amadurecimento do setor agro e da conjuntura econômica do nosso país". O FIAgro foi tema, da primeira de uma série de lives a ser produzida pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), sobre matérias importantes para o setor.

AUTOCONTROLE

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou, em reunião da diretoria da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que trabalhará pela aprovação, no Congresso Nacional, do projeto de lei que dispõe sobre o autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial. O objetivo da proposta é tornar obrigatória adoção de programas de autocontrole pelos agentes regulados pela legislação da defesa agropecuária.

NOVO MODELO

A Sociedade Rural Brasileira vem a público demonstrar preocupação com o efeito dos cortes no orçamento da União, especialmente no que se refere aos recursos destinados ao financiamento do agronegócio. A entidade entende que uma mudança no modelo do crédito rural no Brasil se torna cada vez mais urgente e está trabalhando em uma proposta que será apresentada em breve.

MANGA

Mesmo diante da pandemia da Covid-19, a manga do Brasil ultrapassou recordes de exportação durante o ano de 2020. O Observatório do Mercado de Manga da Embrapa Semiárido (PE), a partir de dados do Comex Stat (MDIC), apontou que os valores e volumes das exportações no último ano cresceram mais de 10% em relação ao ano anterior.

COREIA DO SUL

O Brasil tem potencial para aumentar as exportações, para a Coreia do Sul, de pelo menos 41 produtos agropecuários, podendo chegar a 250 itens, de acordo com um estudo inédito elaborado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O estudo "Brasil e Coreia do Sul: Complementariedade que merece amplo acordo" mostra que é preciso superar desafios como as barreiras tarifárias e não tarifárias.

DIÁLOGO

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, reuniu-se, na quarta (14), com o presidente da American Farm Bureau Federation (AFBF), Zippy Duvall, para propor a criação do Diálogo Agrícola Brasil – Estados Unidos. Este foi o principal tema do encontro. A ideia é realizar todos os anos um evento que reunirá representantes do setor e produtores rurais brasileiros e norte-americanos.

HORTALIÇAS

Os preços das principais hortaliças comercializadas no atacado em março registraram queda. O resultado, em geral, é reflexo de uma maior oferta nos mercados aliado a uma diminuição no consumo. Enquanto o avanço da colheita resulta numa maior quantidade de produto nas Centrais de Abastecimento (Ceasas) analisadas, as medidas restritivas visando o combate ao coronavírus afetam a demanda.

EDITOR

O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 63 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor do agronegócio, e agora tem esta coluna semanal de noticias do agronegócio em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. Email: mauricio.picazo.galhardo@gmail.com